

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

HEITOR MOREIRA CAMPOS

Cidadania por um fio: o Caso Castro Malta (1884-1885) das páginas de jornal para as
salas de aula

UBERLÂNDIA
2024

HEITOR MOREIRA CAMPOS

Cidadania por um fio: o Caso Castro Malta (1884-1885) das páginas de jornal para as salas de aula

Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Flávia Cernic Ramos.

UBERLÂNDIA
2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C198 2024	<p>Campos, Heitor Moreira, 2002- Cidadania por um fio: O caso Castro Malta (1884-1885) das páginas de jornais para a sala de aula [recurso eletrônico] / Heitor Moreira Campos. - 2024.</p> <p>Orientadora: Ana Flávia Cernic Ramos. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em História. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia.</p> <p>1. História. I. Ramos, Ana Flávia Cernic, 1978-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em História. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 930</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

HEITOR MOREIRA CAMPOS

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a Ana Flávia Cernic Ramos (Orientadora)

Prof. Dr. Gustavo de Souza Oliveira

Prof.^a, Dr.^a Nara Rúbia de Carvalho Cunha

UBERLÂNDIA
2024

AGRADECIMENTOS

Apesar de minha formação como historiador só ter começado em 2021, devido à pandemia, muito do que tenho a agradecer referente aonde cheguei vem de muito antes que isso.

Gostaria de inicialmente agradecer à minha família. Meus pais, Nilmar e Polyana por me sustentarem durante todo esse processo (e não apenas com gastos referentes à minha formação), claro, mas também por terem me criado, me apoiado, me ouvido, mesmo quando discordavam de minhas decisões (inclusive a de vir para Uberlândia e cursar história). À Luísa, minha irmã, por me apoiar também. Aos meus avós, José Moreira, Marlene e Lázara, sempre confiantes em mim, meu avô Eduardo, que não conheci mas que carrego comigo.

Meus agradecimentos à minha namorada Laleska, que melhorou minha vida e me apoiou durante grande parte desse processo de pesquisa e escrita, inclusive ajudando a me familiarizar com uma ferramenta importante para o desenvolvimento do material paradidático proposto. Meus amigos também foram de grande ajuda, e mais importante, companhia. Tanto os que tomaram caminhos que nos afastaram na vida tanto os que permanecem em contato até hoje. Destaco a minha família da UFU, Gabriel, Anamaria, Emília, Daniela e Vinícius por estarem sempre presentes com apoio, nos melhores e piores momentos ao longo dos últimos anos, assim como Lino, Andressa, Ana Rafaela, Flávia e Danielly.

Gostaria de agradecer aos professores Gustavo de Souza Oliveira e Nara Rúbia de Carvalho Cunha, não só por participarem da banca, por sua leitura e seus apontamentos, mas também por contribuírem inesquecivelmente de minha formação como historiador.

Por último, agradeço à professora Ana Flávia, por me orientar, me ensinar, me aconselhar, me elogiar e me acompanhar ao longo desse processo, sempre com muita paciência e diligência.

Resumo: O presente trabalho busca analisar o uso da imprensa como fonte histórica e como instrumento de ensino na disciplina de história na educação básica. O objetivo central é pensar (e propor) estratégias didáticas para o uso de fontes primárias como a imprensa em sala de aula, visando guiar e ajudar professores e alunos a desenvolverem a criticidade na leitura de textos jornalísticos nos estudos de história. Através da cobertura do Caso Castro Malta (1884-1885), homem que foi preso em novembro de 1884 sob a justificativa de ser vagabundo e perturbador da ordem pública, e que veio a falecer dias depois na Casa de Detenção sob custódia da polícia, em periódicos cariocas. A pesquisa procura destacar o potencial da imprensa como fonte histórica para discutir temas como a cidadania, o alistamento e a violência policial com turmas dos segundo e terceiro anos do Ensino Médio. Esse tema foi escolhido por conta dos debates relevantes levantados ao longo dessa cobertura jornalística, tais como cidadania, violência policial, racismo, recrutamento forçado para o Exército e Marinha Imperial, ressaltando aspectos da precariedade da liberdade da população negra e pobre no Rio de Janeiro, então capital do país.

Palavras-chave: História; imprensa; cidadania; Ensino

Abstract: The following work aims to analyse how the press can be used as a historical source and as a tool for teaching history in basic education. The main goal is to think (and present) strategies for the use of primary sources such as the press in classrooms, aiming to guide and help teachers and students to develop critical reading skills for journalistic texts in historical studies. Through the covering of the Castro Malta case (1884-1885), a man arrested in november 1884 under the pretense of being a bum and a disruptor of the public order and died days after in the Casa de Detenção under the custody of the police, in Rio de Janeiro's newspapers. This research strives to highlight the press' potential as historical source to discuss themes like citizenship, enlistment and police brutality with the second and third years of High School. This theme was chosen due to the relevant debates raised throughout this journalistic covering, such as citizenship, police brutality, racismo, forced enlistment to the Army or Imperial Navy, bringing attention to aspects of the precariousness of the liberty of the black and poor population of Rio the Janeiro, then the country's capital.

Keywords: History; press; citizenship; Teaching

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
Capítulo 1 – O uso de fontes históricas em sala de aula.....	17
O uso da imprensa como fonte histórica na sala de aula.....	24
Capítulo 2 – Cidadania e liberdade no Império brasileiro.....	35
O Caso Castro Malta nos jornais do Império.....	39
A precariedade da liberdade e da cidadania no Império brasileiro.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	65
Anexo – Material Paradidático: Cidadania por um fio.....	68

Introdução

Este trabalho foi construído com a intenção de propor um material paradidático para ser aplicado na educação básica, no 2º e 3º anos do ensino médio, através da leitura crítica da imprensa oitocentista. Portanto, textos jornalísticos serão utilizados como fontes históricas e serão essenciais para o desenvolvimento das atividades em salas de aula. Desenvolver habilidades como leitura crítica de jornais, tratar os jornais como fontes históricas e entender os usos possíveis desse material pelos historiadores são algumas das propostas do trabalho que aqui se apresenta.

A ideia de trazer fontes documentais para a sala de aula não é nova ou única. Como a bibliografia especializada aponta, o uso de fontes em salas de aula significa boas oportunidades de ensino e aprendizagem para a escola, entre elas, o fato de as fontes aproximarem os alunos do trabalho do historiador. Érica da Silva Xavier, por exemplo, afirma que o papel do professor é de mediador entre os alunos e o objeto de estudo, não apenas um transmissor de conhecimento. Isso porque ele transforma as fontes históricas em ferramenta, o ponto de partida do debate. Esse uso permite que os alunos compreendam novos conceitos, significados e participem de uma nova dinâmica para sua aula que envolva uma interação com as fontes. Dito isso, faz-se necessário que as fontes não sejam usadas de forma ilustrativa pelo professor, pois isso impediria a criação de um “raciocínio histórico” que conectasse o passado ao presente, evidenciando a historicidade que esses objetos possuem¹. Marieta Pinheiro de Carvalho e Vivian Cristina da Silva Zampa, por sua vez, discutem como as fontes podem contribuir para o desenvolvimento intelectual dos alunos ao tornar o aprendizado mais concreto, superando barreiras de atualização do conhecimento, ao mesmo tempo em que demandam sensibilidade por parte do professor para lidar com os documentos². Segundo Nilton Mullet Pereira, há uma dificuldade maior de se ensinar sobre o saber fazer a história, o que cria limitações na forma como as fontes históricas são trabalhadas em sala de aula, sendo muitas vezes usadas como meros meios de comprovar o que está sendo falado pelo professor e pelo livro didático, sem problematizar o que está sendo mostrado, sem questionar a origem, as condições de produção, o autor, o formato e o

¹ XAVIER, Érica da Silva. *O uso das fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico: a canção como mediador*. Antíteses, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 1098-1104, 2011.

² DE CARVALHO, Marieta Pinheiro; ZAMPA, Vivian Cristina da Silva. *O Arquivo Nacional na “Sala de Aula”*: fontes históricas na construção do conhecimento. Revista História Hoje, v. 6, nº 12, 2017, p.37-40.

objetivo do documento³. Flávia Eloísa Caimi problematiza ainda a forma como geralmente se faz o uso de fontes na educação básica, mostrando como a falta de formatação, de referências e de contextualização das ilustrações do livro acabou dando um caráter meramente ilustrativo às fontes que nele surgiram. Como consequência, segundo ela, perdeu-se a oportunidade de ajudar os alunos a desenvolver importantes competências intelectuais críticas⁴.

Assim, levadas ao cotidiano escolar, para que se discutam os cuidados e procedimentos na análise desse tipo de documento, as fontes ajudam os alunos a compreenderem como se constrói o conhecimento histórico, ou seja, os procedimentos utilizados pelo historiador na construção do saber. Tal estratégia didática distancia-se também de aulas meramente expositivas, tradicionais, encorajando, assim, maior interação com os alunos, que podem, junto com o professor, desenvolver pensamento autônomo e questionador. A ideia é que se construa conhecimento e não apenas se aprenda a repetir conteúdos do livro didático ou do professor. Habilidades como leitura crítica, atenção ao ponto de vista de quem produz a fonte, entre outros, podem ser desenvolvidas nesse tipo de aula e são essenciais para formação do estudante, preparando-o para a vida adulta, em sociedade. Impulsionar a reflexão, o olhar crítico e questionador, cuidadoso, são certamente objetivos do material paradidático que este estudo pretende desenvolver. Logo, é imprescindível pensar os documentos trazidos para sala de aula, ainda que não seja possível ou necessário transformar os estudantes em historiadores.

Se o documento histórico surge aqui como um instrumento importante no ensino de história e no entendimento do fazer historiográfico, é preciso pensar naquela que é uma das primeiras lições de todo historiador, ao aprender o ofício: a de evitar ver as fontes através de uma ótica positivista, onde o documento se torna apenas uma manifestação da verdade, espelho transparente do real, que retrataria os fatos tal como eles aconteceram. Já Marc Bloch nos ensina que a maioria dos testemunhos históricos dividem-se em dois grupos, os voluntários e os que não são. Ao usar as fontes voluntárias, os historiadores estão agindo conforme as expectativas dos produtores desses testemunhos, enquanto as fontes não voluntárias são mais confiáveis justamente

³ PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. *O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula?* Revista Anos 90, Porto Alegre, v.15, n.28, p.122-123, 2008.

⁴ CAIMI, Flávia Eloísa. *Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar?* Anos 90, v. 15, n. 28, 2008, p. 135-138.

por não terem como objetivo convencer a opinião dos historiadores do futuro, mesmo que não sejam documentos isentos de erros ou mentiras⁵.

Ao ler esses “testemunhos voluntários”, o historiador deve evitar cair na armadilha de ficar preso aos preconceitos e limitações do período em que se insere o produtor da fonte utilizada. Para o autor, há mais valor no que o documento deixa a entender do que no que ele diz: Bloch cita como exemplo disso Saint-Simon, que embora frequentemente inventasse diversas de suas informações sobre a corte de Luís XIV, deixava ver nas entrelinhas de seu texto formas de viver e de pensar daquele período, ou seja, informações que são dadas sem a intenção do autor. Estes tipos de dados seriam, segundo o historiador, mais significativos para a historiografia atual⁶. Ao nos atentarmos para o que essas fontes de fato relatam, podemos conhecer que tipo de informação aquela sociedade queria deixar para o futuro, algo que, por sua vez, pode nos dizer muito sobre o período em que o documento foi produzido e sobre os sujeitos históricos que nele viveram. Bloch diz que “consequimos todavia saber sobre ele [sujeito] muito mais do que ele julgara sensato nos dar a conhecer”⁷. Assim, a primeira necessidade de uma pesquisa histórica competente é a de questionar as suas fontes, não apenas sobre sua veracidade, mas também sobre outros aspectos, tais como quando foi produzida, por quem foi produzida, como foi produzida, bem como suas possíveis intenções e interlocuções.

Documentos apenas “falam” ao serem interrogados e deve-se saber que tipo de pergunta fazer dependendo da direção da pesquisa, com flexibilidade que permita descobertas surpreendentes de fato. Isso tudo deve ser pensado sobre toda a infinidade de tipos de fontes. Aprofundando a análise, para conseguir respostas de questões mais complexas, faz-se necessário ao historiador ler e entender as especificidades dos mais variados tipos de fontes. Bloch argumenta, por exemplo, que em períodos históricos mais próximos do presente, balanços de bancos podem ser mais úteis que debates parlamentares dependendo da pesquisa, e cada tipo de fonte precisa ser abordada de uma forma que leve em consideração sua individualidade, de modo que cada tipo de documento requeira aprendizado. Um pequeno número de historiadores seria capaz de ler documentos medievais e também de datar vestígios pré-históricos ou celtas de uma

⁵ BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, pp. 76-78.

⁶ *Idem*, p. 78.

⁷ *Idem*, p. 78.

mesma região, como ele traz como exemplo. As limitações podem ser contornadas até certo ponto, caso seja possível depender de outros pesquisadores, historiadores ou não⁸.

Le Goff, por sua vez, acreditava que uma “História nova” surgiria como consequência de afirmações e renovações de diversas ciências humanas (como a sociologia e a geografia) e da interdisciplinaridade com esses campos em novos estudos históricos⁹, além de uma manifestação desse processo que ele chamou de “revolução documental”¹⁰. Essa nova História também questionava a “História positivista” produzida no século XIX, sempre muito dependente de textos, documentos escritos e arquivados oficialmente. Os historiadores, segundo ele, ampliaram o campo documental utilizado para a pesquisa histórica outros tipos de fontes, tais como filmes, estatísticas, ferramentas, fotografias, entre outros. Com esses novos tipos de fonte deviam vir, por sua vez, novos métodos de análise, que dessem conta das especificidades documentais de cada um deles. Isso representaria novos aprendizados aos historiadores¹¹.

Certamente a imprensa está entre esses novos tipos de fontes utilizados na produção de conhecimento histórico. Segundo as regras de Bloch, ela inicialmente pode ser considerada uma “fonte voluntária”¹², já que foi escrita para informar e convencer o leitor, muitas vezes tentando forjar uma opinião pública sobre os assuntos tratados em suas páginas. Para analisá-la devidamente é imprescindível pensar em como ela tenta construir ou reproduzir suas narrativas, seja pela diagramação do jornal, pelas notícias selecionadas para serem discutidas, seja por conta do viés de quem escreve ou é dono do periódico, ou a escolha de palavras do texto¹³.

Desse modo, há diversos aspectos que devem ser levados em consideração não só por historiadores, mas também pelos cidadãos que estão em contato com a imprensa. Uma leitura crítica e consciente da lógica de produção dos jornais e revistas é

⁸ BLOCH, *op. cit.*, pp. 78-81.

⁹ LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 25-27.

¹⁰ *Idem*, pp. 28-29.

¹¹ *Idem*, p. 28-29.

¹² BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 76-78.

¹³ CRUZ, H. de F., PEIXOTO, M. do R. da C. Na Oficina do Historiador: Conversas Sobre História e Imprensa. In: *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 35(2), 2009, p. 264; DOS SANTOS, Rodrigo Luís. Ensino de História e a Imprensa: Diálogos Possíveis para o Uso de Jornais Impressos na Reflexão Sócio-histórica e Cultural em Sala de Aula. *Revista Urutágua—Revista Acadêmica Multidisciplinar*. Universidade Estadual de Maringá (UEM). N. 38, 2018, p.102; GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. 13ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papius, 2012, p. 334-337.; FARIA, Maria Alice. *Como usar o jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2009; PEREIRA MARCILIO, D. A. Ensino de História com o Uso de Jornais: Abordagens para uma Educação Patrimonial Emancipadora. *Revista Espacialidades, [S. l.]*, v. 18, n. 2, 2022, pp. 437–454, p.10;

pressuposto importante para, entre outras coisas, o exercício da cidadania e do entendimento do mundo. No entanto, é difícil crer que a maior parte dos leitores de fato pense nesses aspectos ao se informarem pela mídia, sendo então influenciados, frequentemente sem perceberem. Essa criticidade é essencial para a vida em sociedade atual, repleta de desinformação e com a venda de discursos perigosos e contrários aos interesses de grande parte do público e até da democracia. Por isso, exercícios educativos que discutam e que proponham uma leitura mais cuidadosa desse tipo de material se mostram fundamentais. Esta é uma habilidade que deve ser desenvolvida constantemente, e idealmente o processo deve começar desde cedo, nas escolas. Infelizmente isso é comumente deixado de lado a favor de outros saberes. Por isso, este trabalho escolheu a imprensa para uma proposta de uso de jornais em salas de aula, com a finalidade de discutir seu papel no que diz respeito a temas específicos do currículo escolar que podem ser relacionados a ela.

Mas que jornais utilizar e que temas abordar? Sobre o que discutiriam os alunos? Como um exercício, recortado, o assunto proposto aqui está relacionado ao Brasil Império, em seus anos finais. No entendimento deste trabalho seria proveitoso tratar de um período importante nos currículos escolares e abordar questões que permanecem relevantes pela história do Brasil. Isso porque a década de 1880 viu o declínio da escravidão e o triunfo do movimento abolicionista, com todos os seus dilemas e desafios, entre eles a questão da ampliação e consolidação da cidadania para todos brasileiros. O tema da cidadania esteve ao lado dos debates sobre o fim da escravidão e aquilo que se costumou chamar de “transição para o mundo livre”¹⁴. Nesse trabalho, no entanto, o foco é pensar nas implicações disso para discussões sobre cidadania e direitos civis por meio de periódicos. Ao olhar para a imprensa, observamos fenômenos recorrentes que explicitam a fragilidade dos direitos e da cidadania da população pobre e não branca no império. Isso porque são frequentes nessas fontes os relatos, as queixas e suspeitas em relação a pessoas pobres e não brancas. Um dos exemplos é a questão do alistamento compulsório de civis, assim como as resistências a esse processo. Violência

¹⁴ Sobre discussões sobre o tema da “transição do trabalho escravo para o livre” ver LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. Projeto História: revista do programa de estudos pós-graduados de história, São Paulo, v. 16, fev., 1998; LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. Topoi, v.6, n.11, jul.-dez. 2005, p. 289-326; REZENDE, Giselle Paiva. Das fronteiras incertas entre o trabalho livre e a escravidão: As leis de locação de serviços no século XIX e suas interpretações historiográficas. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

policial, alistamento forçado de pessoas pobres são alguns dos elementos recorrentes que vamos discutir nesse exercício do uso de fontes primárias em sala de aula. Esse recrutamento forçado era teoricamente ilegal de acordo com a lei de sorteio militar de 1874, que deixava à sorte quais cidadãos deveriam servir nas Forças Armadas, mas na prática, o recrutamento forçado imperava¹⁵. Além disso, o óbvio: o que a obrigatoriedade do serviço militar pode dizer sobre as liberdades e direitos dos cidadãos brasileiros, ainda mais no contexto social, econômico e político de um país escravista?

Vale destacar como o uso de fontes no ensino de história se encaixa nas competências que estão previstas na BNCC para o Ensino Médio na área de Ciências Humanas e Sociais, como a 1ª: “Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles”. Destacamos ainda a 6ª Competência: “Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade”¹⁶.

Vale mencionar também algumas das habilidades específicas referentes a cada competência e que são relevantes para esse trabalho com fontes. Na 1ª, podemos citar as habilidades: “EM13CHS10” - “Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais”; A “EM13CHS103” - “Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.)”; a habilidade EM13CHS106, que prevê “utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e de diferentes gêneros textuais e as tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas

¹⁵ KRAAY, Hendrik. *Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Imperial*. Diálogos, DHI/UEM, v. 3, n. 1, 1999, p. 113-151;

¹⁶ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 17/05/2024.

sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva”¹⁷. Na 6ª, destaco a seguinte: EM13CHS602 - “Identificar, caracterizar e relacionar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da cidadania”¹⁸. O material proposto foi pensado para, no mínimo, duas aulas, com turmas do Ensino Médio, em especial para o segundo e terceiro anos, já que é a partir dessas turmas que se pode falar sobre o Brasil Imperial, período de origem das fontes escolhidas. Usar a imprensa para pensar as temáticas e o período histórico proposto é não apenas adequado, como essencial para a compreensão desses tópicos.

De acordo com Tânia Regina de Luca, o Brasil da segunda metade do século XIX passava por uma intensificação da urbanização, do comércio e da diversificação de atividades comerciais, o que demandava e contribuía para a circulação de informação. Os jornais então se tornaram cada vez mais difundidos e necessários. Com esse processo, os periódicos se tornaram mais complexos e estudá-los demanda que o pesquisador considere aspectos como o porquê de algo ter se tornado uma notícia, qual destaque é dado ao ocorrido, o local de publicação, o que vai para a primeira página e o que não vai, qual o peso das figuras da capa, requiere ainda pensar a tipografia e as ilustrações, para qual público ele é pensado, entre outras questões. Mas a autora chama atenção para mais do que isso, ela destaca também a necessidade de pensar o grupo responsável pelo jornal, pela sua linha editorial, seus colaboradores, os redatores de cada matéria, suas ligações com poderes cotidianos e seus interesses financeiros¹⁹.

Importante ainda destacar que, de acordo com Marcelo Balaban, desfilavam também na imprensa as novidades culturais, tecnológicas, cotidianas, como o problema dos bondes na Corte, a crônica falta d’água enfrentada nas grandes cidades e, em especial, assuntos políticos, sobretudo os debates parlamentares, a escravidão, as novas leis e a Guerra do Paraguai através de textos e estampas que representavam essas

¹⁷ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 17/05/2024.

¹⁸ *Idem.*

¹⁹ LUCA, Tania Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas* –2. ed. –São Paulo: Contexto, 2006, p. 136-140.

questões de forma diversa e propositalmente pouco direta²⁰. O autor, ao analisar a *Revista Illustrada*, verifica como, ao longo da década de 1880, nesse jornal e em outros, foi comum cobrir acontecimentos que tratavam de questões ligadas à cidadania, direitos civis, liberdade, relação entre o povo e o Estado e reivindicações sociais, além de críticas ao regime monárquico²¹. A cobertura da Revolta do Vintém, por exemplo, através tanto das notícias como das ilustrações de Angelo Agostini, mostrava o povo como agente social e defendia indiretamente a ampliação do acesso à vida política dos libertos²². Priscilla Verona, por sua vez, afirma que os jornais eram o principal veículo de expressão e debates temáticos que eram centrais a discussões da sociedade imperial²³, e que eles estavam vinculados a um projeto iluminista de educar e civilizar o leitor²⁴. Segundo Verona, a imprensa desse período expunha os ideais defendidos pelas elites políticas e intelectuais com o intuito de construir o Estado-nação em formação naquele período²⁵.

A presente monografia está dividida em dois capítulos: o primeiro consiste em uma discussão do uso de fontes e da imprensa no ensino de história. Procuramos mostrar nesse primeiro momento um aporte teórico para o que aqui propomos, evidenciando como esse tipo de material tem sido importante no ensino desta disciplina. Já o segundo capítulo apresenta e analisa os temas escolhidos para o exercício didático, entre eles a cidadania, o alistamento e a imprensa no Brasil Império. A ideia deste segundo capítulo é não só apresentar o caso de Castro Malta, que teve grande repercussão na imprensa, como articulá-lo a temas maiores no Segundo Reinado. Este capítulo, fundado na discussão historiográfica sobre os assuntos escolhidos, fundamenta o exercício pedagógico que será apresentado a seguir. Por último, apresentaremos o

²⁰ BALABAN, Marcelo. *O Poeta do Lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, p. 24.

²¹ *Idem*, p. 343-391.

²² *Idem*, p. 449-450.

²³ JINZENJI, M. Y. *Cultura impressa e educação da mulher: lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829-1832)*. 2008. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p.18, 2008 *apud* VERONA, Priscilla. O Uso de Jornais do Século XIX na Sala de Aula: uma Fonte Histórica para Entender o Brasil Império. *Revista Brasileira de Educação Básica*, 2018.

²⁴ PALLARES-BURKE, M. L. G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 104, p. 147, 1998 *apud* VERONA, Priscilla. O Uso de Jornais do Século XIX na Sala de Aula: uma Fonte Histórica para Entender o Brasil Império. *Revista Brasileira de Educação Básica*, 2018.

²⁵ FARIA FILHO, L. M.; CHAMON, C. S.; ROSA, W. M. *Educação elementar: Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte: UFMG, p. 14-15, 2006 *apud* VERONA, Priscilla. O Uso de Jornais do Século XIX na Sala de Aula: uma Fonte Histórica para Entender o Brasil Império. *Revista Brasileira de Educação Básica*, 2018.

produto final - material paradidático utilizando a imprensa oitocentista como fonte história em anexo, ao final.

Capítulo 1 - O uso de fontes históricas em sala de aula: a imprensa como ferramenta de ensino de História

A produção acadêmica em História e o ensino de história nas escolas de educação básica são muito distintas, uma vez que fazem parte de diferentes instituições e têm objetivos próprios. Não há uma hierarquia entre elas, mas há uma distância oriunda de suas naturezas diversas. Segundo Nilton Mullet Pereira, em um artigo sobre as possibilidades oriundas do uso de fontes em salas de aula após a “revolução documental”, a construção do conhecimento histórico na escola depende não apenas da pesquisa histórica, mas também do contexto sócio-político do ambiente escolar, das circunstâncias dos professores, dos alunos, da comunidade, do governo, entre outros. Alunos em salas mal arejadas podem ter dificuldade maior de aprender devido ao desconforto, certos tópicos de caráter político podem gerar debates que atrapalhem o ritmo das aulas, alguns alunos podem ter facilidade com assuntos enquanto outros vão exigir mais tempo e atenção, entre outras tantas circunstâncias. Conforme argumenta o autor, os alunos devem se enxergar como agentes históricos, compreender e historicizar o presente em que estão inseridos a partir do estudo do passado²⁶. Na academia, a produção de conhecimento e o ensino de novos profissionais demanda a aprendizagem de uma bagagem teórica, filosófica e epistemológica da história. Na educação básica, busca-se formar cidadãos e não historiadores. Nesse sentido, há uma dificuldade maior de se ensinar sobre os saberes da profissão de historiador, seja pela maturidade intelectual dos alunos, o tempo das aulas, o currículo escolar e demais condições. Ainda segundo Pereira, isso cria limitações na forma como as fontes históricas são trabalhadas em sala de aula, sendo muitas vezes usadas como meros meios de comprovar o que está sendo falado pelo professor e pelo livro didático, ou ainda como forma de dar validade aos seus respectivos discursos, sem problematizar o que está sendo mostrado, sem questionar a origem, condições de produção, autor, formato e objetivo do documento²⁷. Para ilustrar seu ponto, o autor menciona como a leitura de artigos do Tratado de Versalhes para uma aula da Primeira Guerra Mundial sem levar em conta as características de sua produção, usando a fonte simplesmente como “prova” do que

²⁶ PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. *O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula?* Revista Anos 90, Porto Alegre, v.15, n.28, p.117-120, dez. 2008.

²⁷ *Idem*, 122-123.

havia afirmado, de forma que se perdeu uma oportunidade de ensinar sobre o ofício do historiador e também passou aos alunos uma perspectiva positivista do uso de fontes.

Flávia Eloísa Caimi, por sua vez, em semelhante perspectiva, problematiza a forma como geralmente se faz o uso de fontes na educação básica. Começando sua análise pelo livro “Nossa Pátria”, de Rocha Pombo, publicado originalmente em 1917, a autora mostra nessa obra como a falta de formatação, de referências e de contextualização das ilustrações do livro acabou dando um caráter meramente ilustrativo às fontes que nele surgiram. Como consequência, segundo ela, perdeu-se a oportunidade de ajudar os alunos a desenvolver importantes competências intelectuais críticas²⁸. Segundo a autora:

Quanto ao uso de tais documentos/fontes em sala de aula, há importantes indicações metodológicas que preconizam o papel ativo do estudante nos procedimentos de compreensão e interpretação. Mais do que objetos ilustrativos, as fontes são trabalhadas no sentido de desenvolver habilidades de observação, problematização, análise, comparação, formulação de hipóteses, crítica, produção de sínteses, reconhecimento de diferenças e semelhanças, enfim, capacidades que favorecem a construção do conhecimento histórico numa perspectiva autônoma²⁹.

Desse modo, a importância das fontes nas escolas é atribuída a uma forma de os alunos construírem conhecimento de forma ativa, ao invés de meramente reproduzirem o que é dito pelo professor ou material didático. Isso não significa, no entanto, que o conhecimento escolar deva se subordinar e imitar o conhecimento acadêmico, o que seria uma impossibilidade. Caimi propõe, nesse mesmo texto, que apesar da distância entre as duas produções de conhecimento histórico, o ensino escolar precisa da pesquisa acadêmica no que tange ao uso de fontes:

O tratamento do tema “fontes históricas na sala de aula” remete, inexoravelmente, ao estabelecimento de relações com as atuais discussões historiográficas, porque a história, como disciplina escolar, ainda que possua especificidades e finalidades que lhes são próprias, não prescinde de um estreito diálogo com a ciência de referência – no caso a história acadêmica – e com os princípios, fundamentos e métodos que regem a pesquisa histórica. Tal entendimento não significa decretar a dependência da história escolar em relação ao conhecimento acadêmico, tampouco tomá-la como um saber inferior na hierarquia de

²⁸ CAIMI, Flávia Eloísa. *Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar?* Anos 90, v. 15, n. 28, 2008, p. 135-138.

²⁹ *Idem*, p. 141.

conhecimentos, mera vulgarização didática de um corpo de saberes produzido pelos “cientistas”³⁰.

Marieta Pinheiro de Carvalho e Vivian Cristina da Silva Zampa, em artigo sobre o uso de fontes como forma de construção do conhecimento, especificamente sobre o Arquivo Nacional, refletem sobre o uso de documentos em salas de aula e sua importância para o ensino. No texto, discute-se como as fontes podem contribuir para o desenvolvimento intelectual dos alunos ao tornar o aprendizado mais concreto e superar barreiras de atualização do conhecimento ao mesmo tempo em que demanda sensibilidade por parte do professor para lidar com os documentos³¹. As autoras destacam como o papel do aluno é repensado a partir da década de 1990, de forma que é entendido como sujeito da construção do conhecimento, tal como o professor, que não deve apenas reproduzir os seus saberes para a turma ou depender exclusivamente do livro didático, que contém limitações e o uso de fontes pode cumprir essa função de ferramenta da construção do saber histórico. Elas trazem ainda uma reflexão sobre um projeto para a educação básica que utiliza o site do Arquivo Nacional referente ao período colonial com o uso do Roteiro de Fontes, a respectiva ferramenta de busca. Esse projeto, dividido em 5 temas (Expansão Portuguesa; Brasil; Portugal e Império Luso-Brasileiro e a Corte no Brasil) cada um com dezenas de subtópicos diversos, que por sua vez contêm comentários feitos por especialistas, sugestões de referências sobre o assunto e resumos dos documentos³². Os documentos carregam marcas do passado, que segundo Carvalho e Zampa devem ser complementadas pelo professor com diferentes fontes para que seja aproveitada a oportunidade de desmentir mitos e estereótipos comuns sobre a colonização, como a preguiça de indígenas, ou a passividade de escravizados, por exemplo³³. As autoras, no entanto, não descrevem apropriadamente como funciona o projeto, ou fazem muitas sugestões sobre como o professor poderia complementar e mediar esse processo de aprendizado.

Érica da Silva Xavier, em artigo sobre o uso de canção como documento em salas de aula, afirma que o papel do professor é de mediador entre os alunos e o objeto de estudo, não apenas um transmissor de conhecimento, pois ele transforma em

³⁰ *Idem*, p. 129-150;

³¹ DE CARVALHO, Marieta Pinheiro; ZAMPA, Vivian Cristina da Silva. *O Arquivo Nacional na “Sala de Aula”*: fontes históricas na construção do conhecimento. Revista História Hoje, v. 6, nº 12, 2017, p.37-40.

³² *Idem*, p. 40-49.

³³ *Idem*, p. 51.

ferramenta as fontes. Esses documentos não devem ser pensados em sala de aula da forma que os historiadores o fazem, mas sobre outra ótica, uma que lhes permite a perceber como se constitui a história e contextualizar o conteúdo que estudam. Esse uso permite aos alunos fazerem diferenciações e abstrações que seriam difíceis de realizar de outra forma e o professor pode trazer novos conceitos, significados e dinâmica para sua aula que envolva uma interação com as fontes. Dito isso, faz-se necessário que não sejam usadas de forma ilustrativa, pois isso impediria a criação de um “raciocínio histórico” que conecta o passado ao presente e percebe a historicidade que esses objetos possuem³⁴. A autora afirma que canções podem ser pensadas para ser usadas em salas de aula por serem objetos culturais de fácil acesso à toda a sociedade e estarem lotadas de conteúdo explícito e implícito. Xavier discorre sobre como a música deve ser pensada como inseparável de movimentos históricos e sociais, assim como aspectos como a letra e a melodia não devem ser pensados separadamente, pois foram pensadas para funcionar juntas. Apesar da maior parte das pessoas serem leigas quanto ao código musical, isso não deveria desestimular um professor, pois ainda assim a maior parte dos ouvintes vai criar uma percepção musical oriunda do que ouvem no cotidiano. Ademais, deve se pensar como a experiência de ouvir música dos alunos, mais individualizada por tecnologias como celulares, fones de ouvido, walkmans e mp3s certamente vai afetar a forma que os alunos vão se sentir ao ouvir algo em sala de aula, coletivamente³⁵. Apesar de pensar em justificativas para uma aula desse tipo, e de discorrer sobre o papel do professor e as formas de se usar músicas em salas de aula, não cria uma proposta própria com o intuito de colocar em prática suas ideias ou mesmo propiciar um exemplo aos leitores.

Selva Guimarães, em um livro sobre reflexões sobre o ensino de história, didática e metodologias de ensino, dedica um capítulo ao uso de fontes no processo educacional. Diversas possibilidades são discutidas e pensadas, como o cinema, a literatura, fontes orais, museus, tecnologias digitais, canções, documentos e imprensa. De início, no entanto, a autora faz um breve comentário sobre o uso de fontes. Ela afirma que o professor incorpora noções e linguagens do mundo além da escola no seu cotidiano profissional, já que o “aluno/cidadão” se desenvolve em diversos espaços de vivência de modo que todos os veículos, artefatos e linguagens frutos de experiências culturais e

³⁴ XAVIER, Érica da Silva. *O uso das fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico: a canção como mediador*. Antíteses, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 1098-1104, 2011.

³⁵ *Idem*, p. 1107-1108.

sociais contribuem para a produção de saberes históricos de forma que complementa o livro didático, sejam eles a internet, a TV, a imprensa, imagens, literatura, cinema, a oralidade, monumentos ou museus. Ao pensar nisso, o professor deve reconstruir suas concepções pedagógicas e metodologias, mantendo-se atualizado e considerando essas fontes como elementos constitutivos de uma realidade sociopolítica e que ajudam na constituição de uma memória³⁶. A autora não define ou elabora sobre alguns desses conceitos, como a memória ou linguagens, mas ainda assim, faz um importante comentário para pensar esse tema. Alunos estão em contato com potenciais fontes o tempo todo, e trazê-las para a sala de aula, ainda que desafiador, podem ajudar a compreender a realidade de forma mais completa do que através de uma aula expositiva ou somente sob a orientação do livro didático.

Convém mencionar, sobre o uso de fontes históricas em sala de aula, dois projetos em formato digital que nos ajudam a pensar (e demonstrar) as possibilidades didáticas desse tipo de material em salas de aula no ensino de história, ainda que eles não usem a imprensa como fonte. O primeiro deles intitula-se “Janela para a História”, coordenado pelo professor Fábio André Hahn, da Universidade Federal do Paraná com mestrado profissional em Ensino de História e em História Pública. O projeto propõe o uso de documentos em sala de aula, através de atividades com temáticas da história paranaense, com perguntas a serem respondidas pelos alunos por meio de uma investigação sobre as fontes que demanda a leitura de documentos e em seguida, escrita de um texto utilizando informações contidas nas fontes, de forma que incentive os alunos a lerem cuidadosamente, buscando informações relevantes de forma que possam usá-las na sua escrita. Tópicos abordados incluem a escravidão, colonização, a Guerra do Contestado, imigração, a estrada Boiadeira e a cidade espanhola. Entre as fontes utilizadas, encontram-se fotografias, mapas e depoimentos. Das atividades apresentadas na “Janela para a História”, destaca-se a proposta de criação de um relato do modo de vida das pessoas da época da colonização, que deve ser feito pelos alunos após a leitura das fontes reunidas no projeto. Referente ao tópico da colonização, os jovens devem fazer algo similar, um relato imaginário (como se real fosse) com os motivos e experiências da vinda de jovens imigrantes ucranianos ao Paraná, isso após entrar em

³⁶GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. 13ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papyrus, 2012, p. 258-259.

contato com fontes que vão dar embasamento aos seus textos³⁷. Outro caso que se destaca é o da imigração ucraniana, que exige a escrita de um relato descritivo da jornada de um imigrante para o Paraná, em que os alunos devem se basear em textos e mapas que trazem informações que buscam esclarecer o contexto histórico e as causas da imigração ucraniana para a região. Desse modo, os alunos precisam entrar em contato e analisar as fontes, depois elaborar um relato como se estivessem inseridos no período histórico estudado, o que os incentiva a pensar a história sem anacronismos. Esses são apenas 2 exemplos do projeto, com outros 4 com atividades semelhantes.



Página de apresentação do Projeto “Janela para a História”. *JANELA para a História*. Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2014. Disponível em: <http://janelaparaahistoria.unespar.edu.br/>. Acesso em: 04/10/2024.

Outro material interessante sobre o uso de fontes primárias no ensino de história intitula-se “Lendo Como um Historiador” (Reading Like a Historian), coordenado por Sam Wineburg, professor de Educação e de História e Estudos Americanos da Universidade de Stanford nos Estados Unidos³⁸. O projeto se propõe a desenvolver atividades que ajudem os alunos a aprenderem história não pela memorização, mas por meio da leitura crítica de fontes diversas, o que os permitiria comentar documentos históricos e justificar suas interpretações. Nesse projeto, as atividades passeiam por assuntos igualmente que vão desde a Idade Média, a Queda da Dinastia Qin, na China, a figura de Mansa Musa, entre outros. Destaca-se a atividade sobre o primeiro imperador romano, Otávio Augusto (Augustus, no site, pois está escrito em inglês), que

³⁷ JANELA para a História. Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2014. Disponível em: <http://janelaparaahistoria.unespar.edu.br/> Acesso em: 04/10/2024.

³⁸ *READING Like a Historian*. Palo Alto: Universidade de Stanford, 2006. Disponível em: <https://inquirygroup.org/history-lessons?page=2#main-content> Acesso em: 04/10/2024.

oferece um mapa do Império Romano, uma imagem de moedas usadas no período (com a imagem do imperador) e relatos traduzidos de variadas origens com uma brevíssima contextualização sobre a autoria (um do próprio Augusto, dois de historiadores que escreveram séculos após a morte do imperador, um de um soldado que serviu durante seu reinado). O intuito dessa tarefa é determinar que tipo de líder foi Augusto, baseando-se nos diferentes documentos apresentados aos alunos. Que imagens surgiam daquele governante romano em decretos imperiais, moedas, mapas e textos do próprio imperador ou de outros sobre ele? As fontes reunidas no projeto dão, assim, perspectivas diferentes sobre o reinado do imperador. Intencionalmente escolhidos por apresentarem visões múltiplas, os documentos reunidos se contradizem, tensionam sobre um sentido final a respeito do imperador. Exemplo disso são os textos dos historiadores Cássio Dio e de Suetônio, que retratam o imperador como um monarca que concentrou o poder e privilégios para si. Já o documento escrito pelo próprio imperador sobre os próprios feitos o retrata de forma humilde, atencioso e sem apreço por cerimônias. Os alunos devem analisar as fontes, discernir como cada uma retrata o reinado do homem e justificar suas respostas, quando há contradições, devem pensar se são ou não inconciliáveis. Ao final, devem escrever uma resposta com a própria opinião sobre Augusto, baseada e justificada em tudo o que leram, desse modo, os alunos devem pensar por si mesmos, ao invés de memorizar informações dadas a eles. Desse modo, cada atividade é focada em uma pergunta específica aplicada a diferentes documentos, e por fim, uma pergunta pessoal. Por fim, após a conclusão, é realizada uma discussão em sala de aula em que o professor deve questionar possíveis afirmações dos alunos (por exemplo, caso eles afirmem que Otávio Augusto era popular por ter seu rosto em moedas, o professor pode questionar se o próprio não poderia ter colocado as moedas com seu rosto em circulação para se mostrar popular)³⁹. Assim, pode-se ver como esse tipo de atividade no ensino de história pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades de leitura, interpretação de texto, pensamento crítico, articulação de argumentos baseados em fontes documentais e escrita.

³⁹ *Idem.*



Reading Like a Historian

The Reading Like a Historian curriculum engages students in historical inquiry. Each lesson revolves around a central historical question and features a set of primary documents designed for groups of students with a range of reading skills.

This curriculum teaches students how to investigate historical questions by employing reading strategies such as sourcing, contextualizing, corroborating, and close reading. Instead of memorizing historical facts, students evaluate the trustworthiness of multiple perspectives on historical issues and learn to make historical claims backed by documentary evidence. To learn more about how to use Reading Like a Historian lessons, watch [these videos](#) about how teachers use these materials in their classrooms.

[Click here](#) for a complete list of Reading Like a Historian lessons, and [click here](#) for a complete list of materials available in Spanish.

Página de apresentação do projeto “Reading Like a Historian”. *READING Like a Historian*. Palo Alto: Universidade de Stanford, 2006. Disponível em: <https://inquirygroup.org/history-lessons?page=2#main-content> Acesso em: 04/10/2024.

Deve-se, portanto, atentar-se para usar documentos históricos de forma pautada em metodologia de análise científica, de acordo com a historiografia referente. Apesar do meio escolar e o acadêmico terem realidades diferentes, não existe forma de ensinar história sem diálogo com a historiografia e sua metodologia. Sem questionar, interpretar e buscar entender documentos históricos, os resultados de qualquer atividade, seja escolar ou acadêmica, seriam de pouco valor intelectual.

Uso da imprensa como fonte histórica na sala de aula

Entre as diversas possibilidades para o uso de fontes em sala de aula no ensino de História está a interessantíssima opção da imprensa como ferramenta pedagógica. Como se sabe, atualmente há uma vasta quantidade de jornais disponíveis no formato digital, com acesso fácil e gratuito, graças à internet. Através de arquivos públicos e sites como a Hemeroteca Digital⁴⁰, pode-se acessar milhares de páginas de jornais antigos, de diferentes tempos históricos de nosso país. Tais periódicos podem nos mostrar como se davam ou se forjavam as disputas presentes no cotidiano em diferentes contextos históricos, tensões que, por muitas vezes, escapam ou são silenciadas nos materiais didáticos. Essa possibilidade do uso da imprensa como ferramenta pedagógica não passou despercebida por diversos pesquisadores e professores do ensino de história.

⁴⁰BNDigital. *Hemeroteca Digital Brasileira*. 2012. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 23/09/2024.

Há, hoje em dia, diversos trabalhos acadêmicos com propostas e discussões sobre o uso da imprensa como fonte histórica em salas de aula para o ensino de história⁴¹.

Antes mesmo de discutir o seu uso em sala de aula, deve-se pensar, contudo, a própria imprensa, como produto e fonte de um tempo histórico. Refletir sobre suas especificidades enquanto um testemunho de uma época, como registro do passado. Pereira Marcilio, em artigo sobre o uso da imprensa nas escolas no contexto da educação patrimonial, afirma que o jornal não é um mero reflexo imparcial da sociedade em que se insere, mas uma produção intencional com diversos meios de deixar implícito ou explícito seu questionamento. Isso se evidenciaria na escolha dos fatos a serem noticiados, na escolha de palavras do texto, no enquadramento de imagens e da disposição do texto⁴². Todas essas marcas de um jornal vêm das escolhas feitas por sujeitos sociais, responsáveis pela produção de periódicos, com seus interesses, perspectivas e vivências nada neutras. Como consequência disso, diferentes jornais podem noticiar um mesmo fato de maneiras divergentes e, por esse motivo, a imprensa também não deve ser usada apenas como forma de comprovação de acontecimentos. Ainda de acordo com esse autor, o jornal é um importante patrimônio material nas sociedades em que está inserido, porque existe um empenho social em preservar conteúdos jornalísticos, como através da criação de instituições públicas, para preservá-los como fontes. Ele afirma, ademais, que o papel do professor é crucial para o desenvolvimento de uma atividade com o uso de fontes em sala de aula, e que parte importante desse processo seria uma contextualização sobre características técnicas do

⁴¹ DOS SANTOS, Rodrigo Luís. *Ensino de História e a Imprensa: Diálogos Possíveis para o Uso de Jornais Impressos na Reflexão Sócio-histórica e Cultural em Sala de Aula*. Revista Urutáguá– Revista Acadêmica Multidisciplinar. Universidade Estadual de Maringá (UEM). N. 38, 2018; FARIA, Maria Alice. *Como usar o jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2009. GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. 13ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papyrus, 2012. HACHMANN, Juliana. *Imprensa64.pro.br –Uma Proposta de Investigação Histórica Escolar Sobre o Golpe de Estado de 1964 por Meio da Imprensa*. Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), 2016; MOURA, Antonio Guanacuy Almeida. *Imprensa, Pesquisa e Ensino de História: Impressos Digitalizados da Hemeroteca Digital para Estudar a Balaiada na Sala de Aula*. *Veredas da História*, v. 15, n. 1, 2022; VERONA, Priscilla. *O Uso de Jornais do Século XIX na Sala de Aula: uma Fonte Histórica para Entender o Brasil Império*. Revista Brasileira de Educação Básica, 2018. Disponível em: <https://rbeducacaobasica.com.br/2018/04/01/o-uso-de-jornais-do-seculo-xix-na-sala-de-aula-uma-fonte-historica-para-entender-o-brasil-imperio/> Acesso em: 25/09/2024.

⁴² PEREIRA MARCILIO, D. A. *Ensino de História com o Uso de Jornais: Abordagens para uma Educação Patrimonial Emancipadora*. Revista Espacialidades, [S. l.], v. 18, n. 2, 2022, pp. 437–454, p.10.

tipo de documento que está sendo usado. No caso dos jornais, falar também sobre a natureza descartável ou passageira das notícias é essencial⁴³.

De acordo com Pereira Marcílio, uma aula com análise de jornais para estudar um tema pode desenvolver nos alunos a capacidade de desconfiar do conteúdo e narrativa dessa produção jornalística, buscando compreender as intencionalidades, interesses ou escolhas que produziram as características materiais de sua fabricação, organização e seu público alvo, num processo de indagação que aproxima o aluno do trabalho do historiador, mesmo que a pretensão não seja transformá-los nisso. “Isso, no entanto, não significa que o professor queira comprovar que os jornais ou a mídia não são confiáveis, em uma dicotomia simplista de verdadeiro ou falso”⁴⁴. Infelizmente, esse texto, preocupado com uma discussão teórica e apresentação de outras pesquisas, não apresenta exemplos ou propostas próprias, então, faz-se necessário discutir outros autores.

Novamente de acordo com Selva Gimarães, ao discutir sobre a imprensa na sala de aula, inicialmente discorre o caráter questionável da informação nesse meio, apesar das notícias serem atribuídas frequentemente o status de verdade. A imprensa tem um “lugar social”, um papel na sociedade globalizada de vender informação, e através das notícias, ela o faz de forma limitada, fragmentada, e logo é esgotada conforme a informação envelhece. Ainda assim, é importante registro de dimensões históricas do presente e do passado, além de prover materiais de diferentes outras fontes, como dados estatísticos, fotografias, charges, crônicas, mapas, poesias, dossiês, entre outros⁴⁵. A autora elabora ainda uma possibilidade de um “trabalho pedagógico” que envolveria inicialmente uma identificação do veículo, nome do jornal, local de produção, a época, a autoria da matéria, sua proposta veiculada. Guimarães sugere um confronto entre matérias jornalísticas, escolhendo um acontecimento relevante para aulas de História e analisando seu tratamento em diferentes jornais, como a *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *O Estado de Minas...* como informam o mesmo evento? Onde cada um deles coloca suas ênfases, o que omitem, qual o lugar da matéria no jornal⁴⁶? Uma atividade desse tipo, segundo ela, levando em conta a impossibilidade de

⁴³ *Idem*, p. 9-13.

⁴⁴ *Idem*, p.9;

⁴⁵ GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. 13ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papyrus, 2012, p. 334-337.

⁴⁶ *Idem*, p. 338.

neutralidade e imparcialidade dos discursos propagados nesse meio, podem articular saberes históricos e práticas de leitura crítica simultaneamente, o que por sua vez contribuiria para a formação da cidadania dos alunos e a consolidação da democracia brasileira⁴⁷. Esse confronto sugerido por Selva é uma interessante possibilidade didática, por incentivar o aluno a perceber as diferenças que podem vir de diferentes matérias e como o modo em que são escritas criam uma narrativa única que vai além de apenas informar o leitor.

Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, por sua vez, afirmam que não se deve pensar a imprensa como parte de um processo de democratização gradual e constante da sociedade. As autoras ainda afirmam que a análise dos alinhamentos ideológicos dos jornais também deve escapar de generalizações, evitando atribuir a jornais descrições como simplesmente “populista” ou “liberal-conservador”, pois estas seriam qualificações de caráter “estático”, que ignora toda uma construção histórica do significado de termos como esses e pode prejudicar o entendimento de como esses termos eram pensados no período histórico tratado⁴⁸.

Nesse sentido, o texto de Cruz e Peixoto vai além do de Pereira Marcílio, por aprofundar mais sobre o modo de questionar e entender a construção de uma notícia. A generalização seria uma limitação, possivelmente até mesmo um erro na análise do periódico. Mesmo dois jornais com perspectivas parecidas podem ser diferentes. Portanto, avaliar suas construções narrativas em toda sua complexidade se torna indispensável para o uso da imprensa como fonte. Ao se pensar atividades didáticas com a imprensa, generalizações não devem ser incentivadas, mas sim a compreensão das nuances de cada jornal.

De acordo com Tânia Regina de Luca em clássico texto sobre os periódicos e seus usos na historiografia, o Brasil da segunda metade do século XIX passava por relativa tranquilidade política e desenvolvimento econômico, com intensificação da urbanização, do comércio e da diversificação de atividades comerciais. Tudo isso demandava e contribuía para a circulação de informação, facilitada também por tecnologias como o telégrafo. Os jornais então se tornaram cada vez mais difundidos e necessários, além de se aperfeiçoarem de maneira que exigiam mais competências como

⁴⁷ *Idem*, p. 343.

⁴⁸ CRUZ, H. de F., PEIXOTO, M. do R. da C. *Na Oficina do Historiador: Conversas Sobre História e Imprensa*. In: *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 35(2), 2009, p. 264;

repórteres, desenhistas, fotógrafos, articulistas, redatores, críticos, revisores, e operários encarregados da impressão, e esses profissionais viam a imprensa como oportunidade de crescerem também. Com esse processo os periódicos se tornaram mais complexos, e estudá-los demandam que o pesquisador considere aspectos como o porquê de algo ter se tornado uma notícia, qual destaque é dado ao ocorrido, o local de publicação, o que vai para a primeira página e o que não vai, qual o peso das figuras da capa, pensar a tipografia e as ilustrações, para qual público ele é pensado... Mas a autora chama atenção para mais do que isso, destaca também a necessidade de pensar o grupo responsável pelo jornal, pela sua linha editorial, seus colaboradores, os redatores de cada matéria (quem são e como isso pode influenciar cada notícia em específico), suas ligações com poderes cotidianos e seus interesses financeiros (incluindo publicidade)⁴⁹. Desse modo, não cabe apenas pensar a materialidade do jornal em si e como ele é construído, mas também quem o constrói e por que o fizeram daquela forma, para que público, com o apoio de quem, sob quais interesses.

Rodrigo Luís dos Santos, em artigo sobre o uso da imprensa em salas de aula, chamou atenção para o fato de que a imprensa tem uma participação ativa na sociedade, justamente pelo fato de poder influenciar o seu público, por ser “um instrumento de manipular interesses e intervenção na vida social”⁵⁰. Isso porque ele vê a imprensa como “... a principal responsável pela difusão de informações”⁵¹. Por outro lado, afirma ainda que “a imprensa tem um papel que vai além deste”. Ela representa, de forma prática, o processo de catalisação e estruturação de ideias, objetivos, ideologias e intencionalidades daqueles que a operacionam”⁵². A partir de seu discurso de uma suposta neutralidade, a imprensa, segundo Santos, acabaria induzindo os leitores a não questionarem o conteúdo abordado. Santos ainda traz um exemplo de como uma atividade poderia ser feita em sala de aula de forma que busque despertar um interesse em saber a origem das informações que circulam no cotidiano: um recorte de 3 jornais recentes e suas matérias sobre a Reforma da Previdência, onde se busca analisar as semelhanças e diferenças entre eles, questionar os textos, identificar as seções de maior destaque, questões técnicas (fotografias, escrita, linguagem, diagramação, capas,

⁴⁹ LUCA, Tania Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas* –2. ed. –São Paulo: Contexto, 2006, p. 136-140.

⁵⁰ DOS SANTOS, Rodrigo Luís. *Ensino de História e a Imprensa: Diálogos Possíveis para o Uso de Jornais Impressos na Reflexão Sócio-histórica e Cultural em Sala de Aula*. Revista Urutágua– Revista Acadêmica Multidisciplinar. Universidade Estadual de Maringá (UEM). N. 38, 2018, p.102.

⁵¹ *Idem*, p.98.

⁵² *Idem*, p. 98.

manchetes...), o discurso de cada um e os responsáveis por tudo isso. A partir disso, há diferentes aspectos, todos relevantes para o discurso sendo construído, para serem pensados pelos alunos, com orientação do professor, que deve ajudar nos processos de elaboração, difusão e circularidade das ideias, aprofundando as questões e explorando melhor cada tema norteador⁵³. Esse exemplo, no entanto, permanece pouco desenvolvido no artigo.

Priscilla Verona, por sua vez, ao tratar do uso de jornais em sala de aula especificamente para entender a história do Brasil Império, período que esse trabalho também aborda, afirma que os jornais eram o principal veículo de expressão e debates temáticos que eram centrais a discussões da sociedade imperial⁵⁴, e que estavam vinculados a um projeto iluminista de educar e civilizar o leitor⁵⁵. Segundo Verona, a imprensa desse período expunha os ideais defendidos pelas elites políticas e intelectuais com o intuito de construir o Estado-nação em formação naquele período⁵⁶. As particularidades do período de origem das notícias devem sempre ser levadas em consideração, para evitar anacronismos e de forma geral fazer um estudo mais preciso e as “noções e particularidades” de cada tempo devem ser contextualizadas com a turma para evitar confusão e anacronismo. Além disso, a autora sugere que o acesso dos periódicos seja realizado através de plataformas digitais, como a Hemeroteca Digital e sites de arquivos públicos. Uma vez em sala de aula, as notícias podem ser usadas de forma impressa e nesse caso os alunos devem ter uma cópia para si, ou exibidas através de projetores para toda a classe. Ademais, ela afirma que atividades planejadas que envolvam simplesmente a leitura, provavelmente não iriam gerar interesse em alunos, e que atividades com mais participação ativa poderiam se mostrar mais proveitosa⁵⁷. Esse

⁵³ *Idem*, p. 103-105.

⁵⁴ JINZENJI, M. Y. *Cultura impressa e educação da mulher: lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829-1832)*. 2008. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p.18, 2008 *apud* VERONA, Priscilla. *O Uso de Jornais do Século XIX na Sala de Aula: uma Fonte Histórica para Entender o Brasil Império*. Revista Brasileira de Educação Básica, 2018.

⁵⁵ PALLARES-BURKE, M. L. G. *A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 104, p. 147, 1998 *apud* VERONA, Priscilla. *O Uso de Jornais do Século XIX na Sala de Aula: uma Fonte Histórica para Entender o Brasil Império*. Revista Brasileira de Educação Básica, 2018.

⁵⁶ FARIA FILHO, L. M.; CHAMON, C. S.; ROSA, W. M. *Educação elementar: Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte: UFMG, p. 14-15, 2006 *apud* VERONA, Priscilla. *O Uso de Jornais do Século XIX na Sala de Aula: uma Fonte Histórica para Entender o Brasil Império*. Revista Brasileira de Educação Básica, 2018.

⁵⁷ VERONA, Priscilla. *O Uso de Jornais do Século XIX na Sala de Aula: uma Fonte Histórica para Entender o Brasil Império*. Revista Brasileira de Educação Básica, 2018. Disponível em:

aspecto foi levado em consideração ao criar o material paradidático da presente monografia, já que a escrita é parte fundamental da proposta.

Maria Alice Faria, autora do livro *Como usar o jornal em salas de aula*, julga ser necessário que os alunos conheçam tanto o trajeto que transforma a informação em notícia, como o próprio meio de comunicação responsável por esse trajeto. Isso envolve questionar a ideia de que a imprensa é objetiva. Os leitores devem entendê-la, assim como a si mesmos, como influenciados por diversas perspectivas, experiências, interesses parciais, e isso irá formatar e impactar suas leituras de jornais, o que vai ajudar a compreender as intencionalidades das notícias. Essa falta de imparcialidade, no entanto, não invalida a leitura crítica, que é uma habilidade que pode e deve ser aprendida pelos alunos. Não obstante, deve-se conhecer bem o jornal, seus posicionamentos ideológicos, que tipo de notícias transmite, de que forma faz isso (seja com o uso de sua linguagem e diagramação, mas também seus meios de distribuição) e para qual público, quem são os donos, seus editores e autores. Destaca-se ainda a necessidade de comparar jornais diferentes, para assim evidenciar suas divergências, algo muito relevante para a presente proposta de oficina escolar⁵⁸. Na proposta desse trabalho, essas questões são devidamente apresentadas aos alunos em uma contextualização inicial de forma expositiva, e então eles são incentivados a levar isso em consideração na sua leitura das fontes e em sua escrita.

Ademais, a autora argumenta sobre a necessidade de se ensinar como o sensacionalismo faz parte do meio jornalístico. Faria chama de sensacionalismo: “... a exploração indevida de assuntos ainda não comprovados”⁵⁹. Assuntos polêmicos podem muito bem ser noticiados mesmo sem ter todas as informações necessárias para compreender de fato os acontecimentos, pelo simples fato de que vão chamar atenção, possibilitando mais vendas, visualizações, ou mais visibilidade de forma geral. Notícias podem abordar fatos de modo exagerado, atribuindo a eles atenção de forma que beneficie os interesses do jornal, intencionalmente⁶⁰. Entre as oportunidades de desenvolvimento de leituras críticas em salas de aula pode-se pensar em que tipo de notícia está sendo publicada de forma sensacionalista, de que forma isso pode estar

<https://rbeducacaobasica.com.br/2018/04/01/o-uso-de-jornais-do-seculo-xix-na-sala-de-aula-uma-fonte-historica-para-entender-o-brasil-imperio/> Acesso em: 25/09/2024.

⁵⁸ FARIA, Maria Alice. *Como usar o jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2009.

⁵⁹ FARIA, Maria Alice. *Como usar o jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2009, p.16.

⁶⁰ *Idem*, p. 16.

conectado à postura ideológica do jornal, se assunto em questão era popular com o público e de que forma isso pode ser percebido pelos alunos. São diversas as perguntas que podem orientar uma análise de um periódico que explore assuntos polemizados.

Com o objetivo de aproximar os alunos do “saber-fazer” História, Francisco das Neves Alves, por sua vez, ao sugerir a leitura de imprensa regional, através de comparações entre periódicos antigos e atuais, o autor cita como exemplo de uma potencial atividade em que, utilizando jornais, analisa representações de figuras ou grupos políticos para compreender os posicionamentos políticos e sociais do periódico, isso após devida contextualização histórica. O jornal *Diabrete*, por exemplo, representava figuras como “cocotes”, isto é, mulheres supostamente mundanas, em um contexto carnavalesco, em uma época em que o carnaval era associado à indecência. Em outra figura do mesmo jornal, uma disputa política é mostrada como uma tourada, um lado como o animal desgovernado e o outro como um elegante, hábil toureiro. Nos últimos exemplos, trouxe eleições representadas por rinhas de galos, que Alves entendeu como uma forma de menosprezar toda a disputa e seus participantes⁶¹. Assim, o autor dá exemplos de figuras e as analisa, além de demonstrar como podem ser pensadas, mas não elabora substancialmente suas ideias em uma proposta.

Já Antonio Moura, ao propor o uso de jornais em sala de aula para estudar a Balaiada, revolta ocorrida no período regencial do Brasil, propõe que os alunos façam, após assistirem um vídeo disponibilizado pelo professor/a, uma contextualização histórica, uma leitura crítica dos jornais através da Hemeroteca Digital⁶². Moura traz alguns trechos de notícias que servem de exemplos que podem ser usados em uma atividade, pois abordam as divergências políticas de jornais locais no contexto tratado, a Balaiada, para retratar a “impossibilidade de tomá-lo como “neutro/imparcial”⁶³. A ideia é que os alunos se perguntem o que está sendo dito, sobre quem, para quem, e de que forma. Os alunos devem então fazer anotações e discutir entre si antes do professor fazer um debate sobre o contexto da Balaiada de forma que tire as dúvidas dos alunos.

⁶¹ ALVES, Francisco das Neves. *O ensino da história por meio dos jornais antigos: as imagens acerca dos atores político-partidários à época imperial*. Portal de Periódicos Científicos, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3149/1801> Acesso em: 25/09/2024.

⁶² O autor não mencionou como esse site seria acessado pelos alunos, ou se distribuiria cópias de jornais encontrados lá, mas menciona vagamente a possibilidade de usar documentos digitalizados em outro momento do texto.

⁶³ MOURA, Antonio Guanacuy Almeida. *Imprensa, Pesquisa e Ensino de História: Impressos Digitalizados da Hemeroteca Digital para Estudar a Balaiada na Sala de Aula*. *Veredas da História*, v. 15, n. 1, 2022, p. 143-145.

Há uma proposta de avaliação, em que os alunos devem escrever um texto em formato de notícia para ser avaliado pelo professor. Tudo isso em prol de “deslocar os alunos ao centro do aprendizado” e “transpor a linearidade dos textos escritos nos manuais didáticos que abordam a revolta da Balaiada no Maranhão”. Moura também afirma que sua intenção não é a de criar um plano definitivo, mas fazer uma proposta que seja adaptável a diferentes contextos escolares⁶⁴.

Juliana Hachmann, que em sua dissertação de mestrado profissional em História – ProfHistória –, elaborou uma proposta didática utilizando-se da imprensa de forma também bastante interessante. Investigando discursos sobre o Golpe de 1964, ela selecionou textos publicados em 9 diferentes jornais, escolhidos pela diversidade de pontos de vista que poderiam oferecer e alguns outros documentos audiovisuais produzidos pela Agência Nacional e TV Tupi, pesquisas de opinião feitas pelo IBOPE, além de trechos de entrevistas ou livros de memórias, interessadamente usando tipos de fontes diferentes para além da imprensa. Segundo a autora, ela selecionou esses diversos tipos de fontes por terem “discursos intrínsecos à História do Tempo Presente” e por “trazer à tona” verdades que escaparam de outros documentos, mesmo que essas fontes também devam ser postas em escrutínio. A autora buscou materiais que mostrassem teses contraditórias entre si, para incentivar os alunos a argumentarem sobre os posicionamentos dos periódicos. Sua metodologia foi inspirada na do currículo “Reading Like a Historian”, já mencionado aqui, mas sob um novo tema e organização próprios da pesquisadora, mais apropriada para uma atividade de curto prazo⁶⁵.

Em sua proposta didática, foram elaboradas perguntas que demandavam respostas argumentativas em diversos conjuntos didáticos que envolvem temas como a confiabilidade da imprensa, ou seja, se ela de fato permite conhecer “a opinião da população à época”, “sobre o presidente ser ou não um político de tendência democrática”, se as notícias representavam o Golpe de 1964 como legítimo ou não e também de decifrar as intencionalidades da deposição do presidente⁶⁶. Na proposta dessa monografia, similarmente houve um foco nesse tipo de perguntas, para que os estudantes pudessem e tivessem que articular seus pensamentos e não apenas coletar

⁶⁴ *Idem*, p. 146-147.

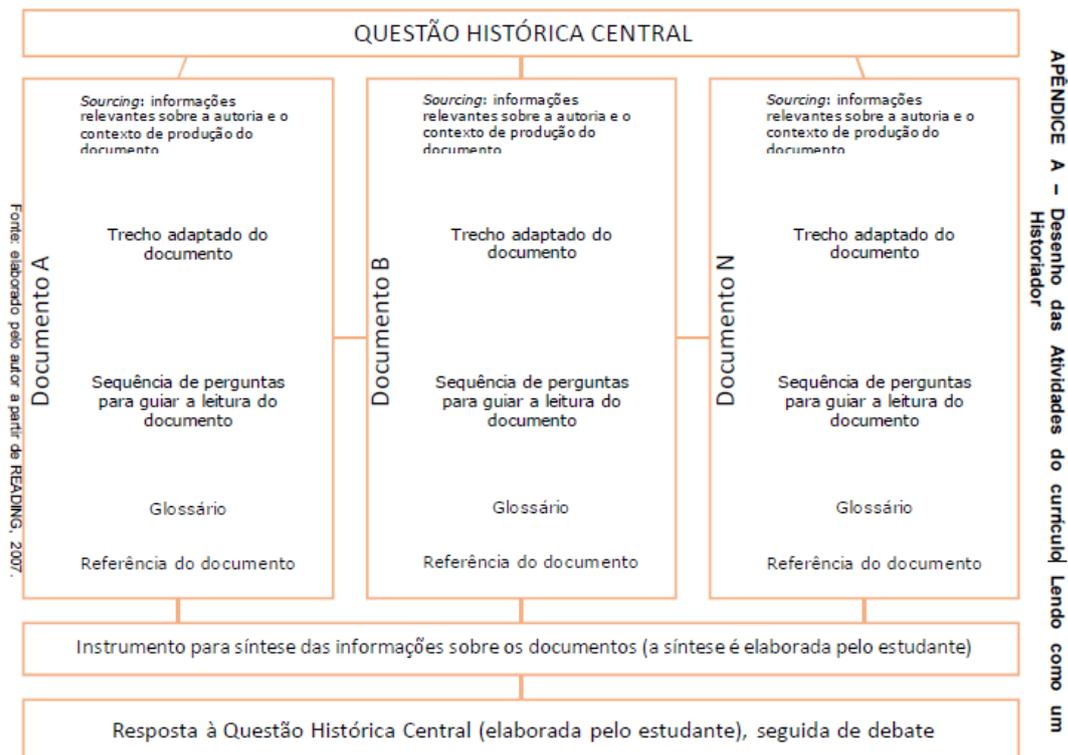
⁶⁵ HACHMANN, Juliana. *Imprensa64.pro.br* – Uma Proposta de Investigação Histórica Escolar Sobre o Golpe de Estado de 1964 por Meio da Imprensa. Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), 2016, p.62-63;

⁶⁶ *Idem*, p.67-72;

informações nos textos. Os alunos deveriam analisar como o jornal usava seus símbolos, palavras e diagramação para noticiar os acontecimentos. As perguntas usadas por ela exigem respostas curtas de sim ou não, para ajudar a guiar os alunos a prestar atenção nos aspectos que ela julgou mais importantes. Em seguida, eles deveriam explicar suas respostas, de modo que a análise do documento não fosse ignorada. As perguntas elaboradas pela professora dependiam de sua própria análise do documento, não poderiam ser muito longas, para evitar a perda de atenção e limitações de tempo, e não poderiam ser muito fáceis, de forma que incentivasse o diálogo entre os alunos. Por fim, os documentos deveriam ter uma linguagem relativamente acessível para adolescentes. Tudo isso foi feito com a intenção de mostrar como os jornais tentavam convencer a opinião pública de seus posicionamentos, segundo suas linhas editoriais ou as opiniões e interesses de seus proprietários⁶⁷. Na atividade proposta, a autora buscou ilustrar aos alunos a necessidade de problematizar discursos jornalísticos para não os usarem como repositórios de informação que servem apenas para comprovar fatos, ensinando a eles também como poderiam fazer esses necessários questionamentos. As outras fontes deveriam também ser analisadas, de forma que os alunos pudessem verificar se esses documentos eram representativos da opinião pública, com margem para respostas diversas. Essa seria a estrutura geral de vários dos conjuntos didáticos elaborados por Hachmann, todos relativamente autônomos e individualmente de curto prazo, não sendo necessário colocar todos em prática. Ao tentar utilizar todos, o professor iria se demorar muito em um único tema, e o tempo, segundo Hachmann, é uma grande limitação das aulas de história na educação básica⁶⁸.

⁶⁷ *Idem*, p. 68;

⁶⁸ *Idem*, p. 62-63.



85

Desenho de atividade do currículo Lendo como um historiador. HACHMANN, Juliana. *Imprensa64.pro.br* – Uma Proposta de Investigação Histórica Escolar Sobre o Golpe de Estado de 1964 por Meio da Imprensa. Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), 2016, p. 85.

Assim, percebe-se que o uso de imprensa como fontes em salas de aula já foi muito explorado e na bibliografia podemos encontrar sugestões, parâmetros e ferramentas que podem ser aplicadas em novas propostas e exercícios didáticos, visando o uso da imprensa em diferentes tempos e períodos históricos. Trazer notícias através de projetores ou cópias parece ser a forma mais comum de permitir acesso a esses documentos para os alunos, e atividades que buscam fazer com que alunos identifiquem e decifrem discursos jornalísticos giram em torno de leitura e interpretação de notícias, com participação ativa de estudantes por meio de argumentação. Isso aproximaria os estudantes de um “saber fazer” História ao usar fontes e ao mesmo tempo, abriria possibilidades para compreenderem não apenas a imprensa de forma geral, mas também o período histórico de origem dessas notícias. Claro, as fontes não podem ser usadas de forma meramente ilustrativa, devem ser pensadas, questionadas, assim como as suas características de produção para poder entendê-las de maneira crítica. Adiante, busca-se discutir o período histórico e seus recortes temáticos para o desenvolvimento de uma proposta didática.

Capítulo 2 – Cidadania e liberdade no Império brasileiro: o caso Castro Malta nas páginas de jornais

No dia 16 de novembro de 1884 João Alves de Castro Malta foi preso pela guarda urbana do Rio de Janeiro, sob a justificativa de ser vagabundo e perturbador da ordem pública⁶⁹. Alguns dias depois, no dia 19 de novembro de 1884, foi noticiado que morrera um homem chamado “João Alves de Castro Mattos”, vítima de uma congestão hepática na Casa de Detenção⁷⁰. A similaridade de nomes, com a diferença apenas entre Malta e Mattos, foi logo notada pelo jornal *O Paiz*, que questionou a situação e sugeriu que ambos os homens poderiam ser a mesma pessoa⁷¹. Pouco depois, a polícia explicou que errara o nome do indivíduo no certificado de óbito e que o falecido era, ao contrário do que aparecera nos jornais, Castro Malta e que não havia nenhum Castro Mattos⁷². O tratamento dado àquele homem pela polícia foi controverso. Visto por alguns como inconstitucional, negligente e seletivo⁷³, o caso mobilizou grande discussão na imprensa, a ponto de provocar a necessidade de uma exumação do cadáver enterrado sob o nome de Malta. No dia 28 de novembro de 1884, foi então feita a exumação para determinar a causa da morte daquele cidadão. Afinal, uma pessoa com congestão hepática dificilmente estaria causando desordem em público dias antes de sucumbir. E se estava tão doente, por que teria sido preso o homem e não levado a um hospital⁷⁴? Assim, uma exumação foi marcada para tentar compreender o que de fato havia ocorrido com o homem e seu cadáver (misteriosamente não identificado). Alguns jornais populares falaram sobre o caso logo nos primeiros dias de suspeita, começando no dia 26/11/1884⁷⁵.

Através de procedimentos judiciais e pedidos da imprensa, novas investigações, entre elas duas exumações do corpo, aberturas de covas, uma em 28 de novembro de 1884⁷⁶ e outra em 23 de dezembro de 1884, foram realizadas⁷⁷. A primeira abertura de

⁶⁹ “Gazetilha”, *Jornal do Commercio*, 18/11/1884.

⁷⁰ “Aclare-se o Mysterio”, *O Paiz*, 28/11/1884.

⁷¹ “Post Scriptum”, *O Paiz*, 26/11/1884.

⁷² *Idem*, p. 1.

⁷³ *Idem*, p. 1.

⁷⁴ *Idem*, p. 1.

⁷⁵ “Mas então o que é isto?”, *O Paiz*, 26/11/1884; “O Caso Mysterioso”, *O Paiz*, 27/11/1884; “Notas à Margem”, *Gazeta de Notícias*, 27/11/1884; “Post-scriptum”, *Jornal do Commercio*, 27/11/1884; “Aventuras da Polícia”, *Gazeta da Tarde*, 29/11/1884; “Exhumação”, *Diario Portuguez*, 29/11/1884; “O Cadáver de João Alves de Castro Malta”, *Folha Nova*, 30/11/1884; “Indiscrições”, *Brazil*, 04/12/1884;

⁷⁶ “Noticiário”, *O Paiz*, 28/11/1884.

⁷⁷ “Noticiário”, *O Paiz*, 23/12/1884.

cova, onde supostamente estava enterrado o corpo de Castro Malta, foi justificada sob o pretexto de que as informações disponibilizadas sobre a morte dele eram contraditórias. Já a segunda foi feita para averiguar a identidade do cadáver exumado em 28 de novembro de 1884, já que nem os médicos nem os parentes do suposto desaparecido reconheceram o cadáver em putrefação na cova aberta. Ali fora reconhecido apenas como sendo um homem duas décadas mais velho do que deveria ser, com outra causa de morte, uma pleurisia supurada⁷⁸. Após essas medidas, formalmente foi determinado que, de fato, o cadáver encontrado enterrado era o de Malta,⁷⁹. Embora esse parecer final tenha sido dado pelos doutores Cândido Barata Ribeiro, Oscar Adolpho de Bulhões Ribeiro e J. Borges Ribeiro da Costa, aquilo que era para ser a solução do caso, continuava, na verdade, no centro de uma grande controversa. Um novo testemunho veio à tona, o de Antônio Ariosto Pessoa, preso junto com Malta⁸⁰, mas nada do que foi dito era de fato baseado em provas concretas. Ao longo de meses em que houve as exumações, foram publicadas muitas discussões sobre o caso na imprensa, mas, ao final, nada conclusivo foi descoberto ou aceito pelos jornais de forma unânime. O caso foi declarado finalizado pela polícia⁸¹, que o caracterizou como um “homicídio involuntário e insolúvel” pela Academia Imperial de Medicina⁸², então responsável pelas exumações e autópsias. E, assim, as investigações acabaram. Ninguém foi realmente punido, mas segundo a *Gazeta de Notícias*, Tito de Mattos e 3 subdelegados (não mencionados por nome, nem mencionada a data) pediram demissão para evitar responsabilidades⁸³.

Esse caso chamou a atenção de milhares de pessoas no Rio de Janeiro. Muitas delas tiveram um grande interesse por ler e descobrir os detalhes e motivos do desaparecimento de Castro Malta. Em acirrado debate publicado nos grandes jornais da cidade, a população carioca parecia ansiosa por saber o verdadeiro desfecho da história. Em meio a esses debates, algumas questões que foram levantadas com o desenrolar dos eventos, tanto os ligados ao tratamento dado a Malta, quanto os destinos dados ao seu cadáver. De alguma forma, um homem supostamente doente fora preso por perturbar a ordem pública e morrera enquanto estava sob os cuidados da polícia. A situação parecia

⁷⁸ “Surrexit, non est hie”, *O Paiz*, 29/11/1884.

⁷⁹ “Questão Castro Malta”, *O Paiz*, 27/01/1885. O laudo saiu no dia 24/01/1885, foi assinado pelos doutores Cândido Barata Ribeiro, Oscar Adolpho de Bulhões Ribeiro e J. Borges Ribeiro da Costa.

⁸⁰ “Questão Castro Malta”, *O Paiz*, 31/01/1885.

⁸¹ “Notas à Margem”, *Gazeta de Notícias*, 18/12/1884.

⁸² “Academia Imperial de Medicina”, *O Paiz*, 21/12/1884.

⁸³ “Notas à Margem”, *Gazeta de Notícias*, 01/01/1885.

misteriosa, cheia de contradições e explicações que não satisfaziam nem aos familiares da vítima, nem aos jornais. As instituições envolvidas, entre elas a polícia, a Guarda Urbana do Rio de Janeiro e posteriormente alguns setores da Academia Imperial de Medicina, estavam sob a mira das críticas, já que, ao longo de toda a história, também se manifestaram de forma contraditória e vacilante sobre o caso. A polícia e a Guarda Urbana eram acusadas de agir inconstitucionalmente e de ter abusado de sua autoridade⁸⁴. A Academia Imperial de Medicina, que estava dividida sobre o caso, sofreu acusações de erros nas exumações e também de enviar médicos inexperientes para a segunda autópsia⁸⁵.

O caso ficou nos jornais por cerca de 2 meses, de novembro de 1884 até janeiro de 1885 (embora ocasionalmente Malta fosse mencionado ao longo dos anos seguintes). As suspeitas levantadas pelos jornais foram diversas, mas muitas delas giravam em torno de questões referentes aos direitos civis da população brasileira. Foi sugerido, por exemplo, que Malta poderia ter sido alistado contra sua vontade e que os desaparecimentos supostamente seriam ocorrências comuns⁸⁶. Na matéria de *O Paiz* que inicialmente questionou a situação, o jornal sugeriu que o homem poderia ter “provocado algum castigo de caráter... inflamatório e congestivo” ao resistir o alistamento⁸⁷. Foi sugerido até mesmo que cova onde Malta supostamente estaria poderia ter sido profanada⁸⁸. Posteriormente, uma matéria d’*O Paiz* afirmou que a solução do caso seria um importante “passo adiante” em relação aos problemas de “liberdade, segurança, honra e vida dos cidadãos”⁸⁹. Ademais, questionava-se a polícia, afirmando que prendem indiscriminadamente, que agem de forma injustificada, supostamente por perversão de caráter ou baixos salários⁹⁰.

A *Gazeta de Notícias* vai além, ao afirmar que era frequente a violência e abuso por parte da polícia, já que sua narrativa no caso seria inconsistente, e eles tendiam a descreditar aqueles que os comprometiam, isso quando não os matavam. Por fim, o jornal afirmava que vivia-se sob um reinado de Terror⁹¹. Esse tratamento seria de

⁸⁴ “Notas à Margem/Caso Castro Malta”, *Gazeta de Notícias*, 08/12/1884; “O Caso Malta”, *Gazeta de Notícias*, 28/12/1884; “Cousas Políticas”, *Gazeta de Notícias*, 29/12/1884.

⁸⁵ “Questão Malta”, *O Paiz*, 11/01/1885; “A Questão Malta”, *O Paiz*, 20/12/1884.

⁸⁶ “O Desaparecimento de Castro Malta”, *O Paiz*, 03/12/1884; “Insistimos e insistiremos”, *O Paiz*, 05/12/1884.

⁸⁷ “*Post Scriptum*”, *O Paiz*, 26/11/1884.

⁸⁸ “O Desaparecimento de Castro Malta”, *O Paiz*, 26/12/1884.

⁸⁹ “Aceitamos a Luva/O Desaparecimento de Castro Malta”, *O Paiz*, 27/12/1884.

⁹⁰ “O Diário do Brasil e a Questão Castro Malta”, *O Paiz*, 31/01/1885.

⁹¹ “Notas à Margem/Caso Malta”, *Gazeta de Notícias*, 08/12/1884.

conhecimento comum contra pessoas de classe baixa, que seriam silenciadas⁹². Não poupando ninguém, a *Gazeta* também acusou a Academia Imperial de Medicina de ignorar as conclusões sobre o caso⁹³. Até a própria monarquia foi atacada nesse debate promovido pela *Gazeta*. Segundo ela, o governo imperial estaria apoiando a polícia em sua inconstitucionalidade no caso. O Imperador, descrito como velho e fatigado, estaria acima do governo, ou seja, do ministério então no poder (descrito como fraco), com a única preocupação de preparar a filha para o trono enquanto outras questões como essa do caso Malta e a escravidão não recebiam a devida atenção. A cobertura do caso foi afirmada como uma questão política⁹⁴.

Após a segunda exumação, tanto *O Paiz*, como a *Gazeta* levantaram a hipótese de que seria possível que cadáveres diferentes pudessem ter sido exumados nas autópsias, o que explicaria os diferentes resultados⁹⁵. Castro Malta é então mencionado de passagem em uma matéria da *Gazeta*, na qual se teciam críticas à escravidão, à elite que se beneficiava da instituição e do governo imperial que era conivente com isso⁹⁶. Segundo a *Gazeta de Notícias*, eles e os jornais a *Gazeta da Tarde*, *O Paiz* e o *Jornal do Commercio* viam um suposto crescimento do número de criminosos na polícia secreta do país, e isso seria um ato tirânico, inconstitucional e que denotavam um caráter despótico a Dom Pedro II. A *Gazeta* afirma ainda que não havia liberdade no Brasil, uma vez que ocorriam casos como o de Malta, entendido como um assassinato, assim como o do jornalista Apulcho de Castro em 1883, assassinado por oficiais do Exército em 25 de outubro de 1883. Segundo a *Gazeta*, simplesmente demitir o chefe de polícia (em referência a Tito de Mattos) não seria atitude suficiente para solucionar tais dilemas⁹⁷.

Assim, durante a cobertura do caso, a polícia foi diversas vezes descreditada e criticada por agir de forma violenta e não de acordo com a lei. A instituição foi acusada até mesmo de profanar a cova e de alistar Malta. Especificamente em relação à *Gazeta de Notícias*, o caso Malta foi mencionado em matérias que teciam críticas nada veladas à monarquia e à escravidão, com a cobertura do caso sendo abertamente uma discussão política contra o abuso das autoridades contra os cidadãos, principalmente aqueles de

⁹² “O Caso Malta”, *Gazeta de Notícias*, 28/12/1884.

⁹³ “Polícia da Corte” e “Academia Imperial de Medicina: O Caso Malta”, *Gazeta de Notícias*, 10/12/1884.

⁹⁴ “Cousas Políticas”, *Gazeta de Notícias*, 29/12/1884.

⁹⁵ “A Questão Malta”, *O Paiz*, 29/01/1885; “O Caso Malta”, *Gazeta de Notícias*, 30/01/1885.

⁹⁶ “A Lei de Lynch”, *Gazeta de Notícias*, 14/01/1885.

⁹⁷ “Instrumentos da Tirania”, *Gazeta de Notícias*, 16/10/1885.

classe baixa. Se Malta foi tratado como se não fosse um cidadão, cujos direitos civis deviam ser garantidos, o mesmo seria verdade para quantos mais no Brasil? A questão sobre a cidadania de homens pobres no império é central neste trabalho para entender o caso protagonizado por Castro Malta. Nosso objetivo aqui é pensar como a imprensa atuou nesse debate.

O presente capítulo tem como objetivo pensar a precariedade da liberdade individual, os direitos civis e a cidadania de forma geral durante o Segundo Reinado no Brasil. Pretende-se ainda analisar como caso Castro Malta mostra-se como uma oportunidade de debater em salas de aula tais temas. Usando a imprensa como fonte histórica, a proposta é compreender a questão da cidadania no Brasil imperial.

O Caso Castro Malta nos jornais do Império

Quem primeiro fez o questionamento sobre a similaridade entre Mattos e Malta nas publicações dos jornais, uma no obituário e outra nas notícias policiais, foi o periódico *O Paiz*, cujo proprietário era João José dos Reis Júnior⁹⁸. Quintino Bocaiúva⁹⁹ era então seu redator principal, e o foi de 1884 até 1899. O jornal atribuiu a si mesmo um papel de “porta-voz” da opinião pública sobre o caso, se autointitulando como encarregado de descobrir o desfecho do caso¹⁰⁰. O jornalismo, segundo o periódico, era uma “profissão nobre” e que a questão sendo “séria e grave”, e “... de acordo com o compromisso que contraímos havemos de esgotar todos os meios legais para chegar à elucidação deste tristíssimo assunto”¹⁰¹. Esses posicionamentos são interessantes, pois,

⁹⁸ João José dos Reis Júnior foi o fundador do jornal *O Paiz* e era um imigrante português, mais tarde agraciado com o título de conde de São Salvador de Matosinhos. *O Paiz*. Museu Histórico Nacional – Acervo Arquivístico, 2016. Disponível em: <https://atom-mhn.museus.gov.br/index.php/o-paiz-2> Acesso em: 18/10/2024.

⁹⁹ De acordo com Mellina Fátima Neres de Souza Curty, em tese sobre a carreira jornalística e política de Quintino Bocaiúva, ele tecia certas críticas à conjuntura política, econômica e social da época desde o início de sua atividade jornalística. A partir de 1870 que a tônica de seus discursos se tornou mais questionadora e mais direcionada, tendo como alvo principal o regime monárquico. Após a fundação do Partido Republicano na Corte em 1870, Bocaiúva foi escolhido pelos membros do Rio de Janeiro e de Niterói para compor a Comissão Central do Partido Republicano em 1872: em 1889, ele foi eleito chefe do Partido Republicano Nacional. Desse modo, seus discursos na imprensa e suas articulações políticas fizeram com que ele participasse diretamente na queda da monarquia e no advento do regime republicano. Foi sobretudo com a instauração da República, em 1889, que Bocaiúva tomou-se político em definitivo, pois foi eleito senador algumas vezes, foi Presidente de Estado do Rio de Janeiro (1901-1903), atuou como Ministro do Governo Provisório (1889-1891) e teve seu nome indicado ao posto mais alto da República, a presidência. CURTY, Mellina de Fátima Neres de Souza. *Quintino Bocaiúva: da dramaturgia e jornalismo às práticas políticas (1870-1912)*. 2020, p. 14.

¹⁰⁰ “Mas o que é isto?”, *O Paiz*, 26/11/1884; “Aclare-se o Mysterio”, *O Paiz*, 28/11/1884; “O Desaparecimento de Castro Malta”, *O Paiz*, 30/11/1884; “O Desaparecimento de Castro Malta”, *O Paiz*, 16/12/1884.

¹⁰¹ “O Desaparecimento de Castro Malta”, *O Paiz*, 30/11/1884; “A Questão Malta”, *O Paiz*, 17/12/1884.

como discutido anteriormente, de acordo com M. Y. Jinzenji, os periódicos eram a principal forma de expressão e debate de ideias na sociedade imperial¹⁰². Ademais, de acordo com M. L. G. Pallares-Burke, os jornais do Brasil e da Europa faziam parte de um projeto iluminista de educar e civilizar o leitor, e foram percebidos como influenciadores de costumes e da moral pública através de discussões sociais e políticas¹⁰³. Segundo Faria Filho, Chamon e Rosa, no Brasil, a imprensa alcançou uma “legitimidade enquanto um discurso autorizado” para propagar valores, hábitos, pressupostos e bases para a construção de um Estado-nação idealizado pelas elites política e intelectual, sendo moldada pelas diversas tensões e dinâmicas entre os atores sociais daquele contexto histórico¹⁰⁴. Dessa forma, a imprensa pode ser considerada imprescindível para acompanhar e compreender um tema como a cidadania nesse contexto, visto que era um instrumento da formação de tal ideal, não apenas um meio difusor de informações. Desse modo, *O Paiz*, ao se atribuir o papel de descobrir o que havia acontecido, se posicionou como portador da verdade, ou ainda formador de uma opinião pública sobre o caso, mesmo que, como visto, a notícia e o fato não sejam a mesma coisa. A construção da notícia tem motivações e objetivos além de simplesmente informar, algo que *O Paiz* tentou esconder de seus leitores.

O assunto envolvendo Castro Malta, polêmico e curioso, rapidamente despertou o interesse de outros jornais, entre eles a *Gazeta de Notícias*, a *Gazeta da Tarde*¹⁰⁵ e o

¹⁰² JINZENJI, M. Y. *Cultura impressa e educação da mulher: lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829-1832)*. 2008. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p.18, 2008 apud VERONA, Priscilla. *O Uso de Jornais do Século XIX na Sala de Aula: uma Fonte Histórica para Entender o Brasil Império*. Revista Brasileira de Educação Básica, 2018.

¹⁰³ PALLARES-BURKE, M. L. G. *A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 104, p. 147, 1998 apud VERONA, Priscilla. *O Uso de Jornais do Século XIX na Sala de Aula: uma Fonte Histórica para Entender o Brasil Império*. Revista Brasileira de Educação Básica, 2018.

¹⁰⁴ FARIA FILHO, L. M.; CHAMON, C. S.; ROSA, W. M. *Educação elementar: Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte: UFMG, p. 14-15, 2006 apud VERONA, Priscilla. *O Uso de Jornais do Século XIX na Sala de Aula: uma Fonte Histórica para Entender o Brasil Império*. Revista Brasileira de Educação Básica, 2018.

¹⁰⁵ Elias Ferreira Bento, em tese sobre a cobertura da imprensa do roubo das joias da Coroa em 1882, afirmou que surgira no Rio de Janeiro em 10 de julho de 1880, fundada pelo jornalista republicano e abolicionista negro José Ferreira de Menezes. De circulação periódica, o jornal havia se tornado um bastião da luta contra o trabalho escravo. Para sua redação, atraía jovens escritores também interessados na luta pela libertação dos cativos. A partir de junho de 1881, o jornal passou a ser propriedade de José do Patrocínio, outro jornalista, cronista e romancista negro e republicano. Patrocínio, ao assumir a *Gazeta da Tarde*, vinha das páginas da *Gazeta de Notícias*, onde escrevera a coluna “Semana Parlamentar” e, posteriormente, a “Semana Política”, nas quais publicava crônicas políticas contra o sistema monárquico e a escravidão. Seguindo os passos de Ferreira de Menezes, José do Patrocínio atraía para as páginas de sua *Gazeta* um grande número de jovens de orientação republicana e abolicionista, oriundos das faculdades do Império, os quais buscavam espaço nas letras e na imprensa nacional como, Coelho Netto, Arthur Azevedo, Pardal Mallet, Olavo Bilac e Raul Pompeia. Chamado de “o tigre da abolição”, pelas

*Jornal do Commercio*¹⁰⁶. A memória do acontecimento permaneceu na imprensa por anos e *O Paiz* se lembraria de sua cobertura do caso como uma derrota, apesar de suas descobertas, uma vez que, segundo eles, foi um importante e inconcluso caso:

“Naquela conseguimos provar que a polícia sumiu, senão um vivo, pelo menos um morto; que a congestão hepática é um assassinato tão oficial no município neutro como a congestão pulmonar nos distritos rurais, e o negócio terminou com a demissão do chefe de polícia da Corte. Foi, porém, uma questão perdida, porque não conseguimos nem dar vida ao Castro Malta, e nem acabar por uma vez com as hepatites policiais”¹⁰⁷.

O caso ficou estampado em vários jornais por cerca de 2 meses, entre os dias 26 de novembro de 1884 até 31 de janeiro de 1885. E, ao longo desse período, algumas hipóteses foram levantadas e outras descartadas pela imprensa. Poderia Malta ter sido alistado pela polícia à força, e não morto?¹⁰⁸ O cadáver da primeira autópsia era o mesmo da segunda autópsia?¹⁰⁹ Isso para não mencionar discussões que ocorreram entre jornais com interpretações diferentes do caso, como *O Paiz* e a *Gazeta de Notícias*, em oposição ao *Jornal do Commercio*¹¹⁰, que se mostrava menos atento com o caso do que os demais jornais. Havia importantes diferenças nas abordagens de cada jornal, como visto a seguir.

Este trabalho optou por analisar em especial dois jornais sobre o caso: *O Paiz* e a *Gazeta de Notícias*. Este último foi escolhido primeiramente por seu grande alcance,

intensas campanhas que empreendia contra aquela instituição, Patrocínio ficou conhecido por ter colocado uma plêiade de jovens intelectuais de seu tempo – poetas, dramaturgos e prosadores – para produzir seu jornal, colocando-o, por conseguinte, a serviço da abolição. Portanto, a partir de sua folha, pensava e atuava politicamente acerca dos rumos do país, idealizando um futuro no qual esperava encontrar a República e o trabalho livre. BENTO, Elias Ferreira. *O imperador em folhetins: a monarquia brasileira e D. Pedro II nos rodapés da Gazeta de Notícias (1879-1882)*. 2021, p. 27-28.

¹⁰⁶ Elias Ferreira Bento, em tese sobre a cobertura da imprensa do roubo das joias da Coroa em 1882, afirmou que o *Jornal do Commercio* tinha grande importância na imprensa da Corte. Este nascera em 1826, com o título *Espectador Brasileiro*, fundado pelo francês Pierre René François Plancher de la Noé. Fechado, ressurgiria em outubro de 1827 com o nome *Jornal do Commercio*, sendo considerado hoje o diário mais antigo da América Latina a circular ininterruptamente desde o seu surgimento. O periódico não tinha pretensão de ser popular e era o mais caro do Rio de Janeiro, fazendo questão de acentuar o seu consumo principalmente pela classe dominante, orgulhando-se de ser o jornal das classes conservadoras – homens de negócio, funcionários graduados e políticos. Internamente, orientava-se pela autossustentação financeira e, politicamente, adotava uma linha isenta do passionalismo e da agressividade, o que lhe valera o atributo de jornal moderado, conservador e governista. BENTO, Elias Ferreira. *O imperador em folhetins: a monarquia brasileira e D. Pedro II nos rodapés da Gazeta de Notícias (1879-1882)*. 2021, p. 26.

¹⁰⁷ “Tópicos do Dia”, *O Paiz*, 14/10/1886.

¹⁰⁸ “O Desaparecimento de Castro Malta”, *O Paiz*, 03/12/1884.

¹⁰⁹ “O Caso Malta”, *Gazeta de Notícias*, 30/01/1885.

¹¹⁰ “Questão Malta”, *Gazeta de Notícias*, 25/12/1884.

com seus mais de 24 mil exemplares diários, por seu preço e alcance popular¹¹¹. Já *O Paiz*, foi escolhido pela própria família de Castro Malta, quando do desaparecimento, e se autoproclamou como uma espécie de porta-voz do caso.

O Paiz, na sua abordagem, tinha maior interesse em Malta como um indivíduo, enfatizando seu caráter de cidadão e frequentemente falava dos seus direitos civis que foram desrespeitados¹¹². Tecia suas críticas principalmente à polícia, discordando de suas atitudes no que dizia respeito à Malta. Por vezes o jornal sugeriu que o alistamento era o motivo central de toda a história¹¹³. Era frequente nas páginas desse periódico o tom de ironia, poucas vezes direta, ao criticar instituições como a polícia¹¹⁴. Mas, ao mesmo tempo, os artigos publicados n’*O Paiz* eram categóricos em suas conclusões sobre o caso. A folha chegou a criticar o *Jornal do Commercio*, uma vez que este descartou a possibilidade da cova 143 ter sido profanada¹¹⁵. *O Paiz* discutia o caso tentando se comprometer menos ideologicamente, por exemplo não atacando diretamente o governo ou o Imperador. Ao comentar o caso, também não falavam da escravidão, como até então vinha fazendo a *Gazeta*. Os direitos, a liberdade dos cidadãos parecem ser mencionados sob essa ótica, eram obrigações legais do Estado para com o povo que não estavam sendo devidamente cumpridas¹¹⁶.

A *Gazeta*, por sua vez, foi mais incisiva sobre o caso, criticando não apenas a polícia, mas também o governo imperial, o próprio Imperador e outros jornais. Também

¹¹¹ Elias Ferreira Bento, em tese sobre a cobertura da imprensa do roubo das joias da Coroa em 1882, afirmou que a *Gazeta de Notícias*, fundada em 1875 pelo republicano e abolicionista Ferreira Araújo, já estava consolidada na imprensa nacional e se afirmava apartidária, tomava um tom leve, humorístico, que almejava ter um público grande e variado, discutindo assuntos públicos e problemas cotidianos. Os posicionamentos políticos e sociais assumidos pela *Gazeta* também chamam atenção, já que o jornal assumiu pautas sobre cidadania e direitos civis. Sua redação atraiu escritores como Machado de Assis, jornalistas e literatos talentosos, como Raul Pompeia, José do Patrocínio, Aluísio Azevedo, Olavo Bilac e vários outros. BENTO, Elias Ferreira. *O imperador em folhetins: a monarquia brasileira e D. Pedro II nos rodapés da Gazeta de Notícias (1879-1882)*. 2021, p. 30-31. Sobre a *Gazeta*, ver também: Cf. PONTES, Eloy. *A vida inquieta de Raul Pompeia*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria José Olympio Editora, 1935, pp. 88-89; RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de estalo” de Machado de Assis*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Campinas - SP, 2010, p. 41-43; ARAUJO, Caminhos na produção da notícia, op. cit., p. 58; e MINÉ, Elza. Ferreira de Araújo, ponte entre o Brasil e Portugal. *Vita Atlântica*, n. 8, Dez/2005, pp. 220-229, pp. 223- 224; “As Segundas”, *A Notícia*, 10/1/1905 apud SILVA, De “Papapecúlios” a Tigre da Abolição, op. cit., pp. 95-96.

¹¹² “Aclare-se o Mysterio”, *O Paiz*, 28/11/1884.

¹¹³ “Surrexit, non est hie”, *O Paiz*, 29/11/1884; “O Desaparecimento de Castro Malta”, *O Paiz*, 30/11/1884; “O Desaparecimento de Castro Malta”, *O Paiz*, 03/12/1884.

¹¹⁴ “O Desaparecimento de Castro Malta”, *O Paiz*, 03/12/1884; “Recrutamento não, desaparecimento sim”, *O Paiz*, 06/12/1884; “O Desaparecimento de Castro Malta”, *O Paiz*, 16/12/1884.

¹¹⁵ “O Desaparecimento de Castro Malta”, *O Paiz*, 26/12/1884.

¹¹⁶ “Aclare-se o Mysterio”, *O Paiz*, 28/11/1884; “Recrutamento não, desaparecimento sim”, *O Paiz*, 06/12/1884; “O Desaparecimento de Castro Malta”, *O Paiz*, 26/12/1884; “Aceitamos a Luva/ O Desaparecimento de Castro Malta”, *O Paiz*, 27/12/1884.

não escapou da mira da *Gazeta o Jornal do Commercio*, que foi criticado por ela por uma divergência em relação à possibilidade de profanação da cova 143. A *Gazeta* chega a afirmar que eles estavam tentando enganar seu próprio público¹¹⁷. A polícia foi chamada pelo jornal de Ferreira de Araújo, dono da *Gazeta*, de violenta e colocada como antagonista à população. Já o governo foi chamado de fraco, o Imperador de velho, fatigado e desinteressado¹¹⁸. Castro Malta, como indivíduo, não chegou a ser caracterizado como o fez *O Paiz*, uma vez que a *Gazeta* parecia mais concentrada em tecer críticas às instituições já mencionadas. Sobre o indivíduo Castro Malta, a *Gazeta* apenas se limitava a discordar da forma pela qual a polícia o taxava de vagabundo e desordeiro¹¹⁹. A cidadania, tão importante para *O Paiz*, praticamente não está presente como tema central da cobertura feita pela *Gazeta*, mas o caso foi por ela associado explicitamente às questões políticas como a escravidão¹²⁰ e o assassinato do jornalista Apulcho de Castro em 1883¹²¹.

Assim, palco das disputas políticas e sociais em torno do caso de Castro Malta, a imprensa ganhou uma centralidade nesse trabalho. É preciso pensar no seu papel, formato, intenção e abrangência, para então compreender sua atuação no caso. A imprensa da época era indubitavelmente ligada à discussão política, com colunas inteiras na primeira página frequentemente dedicadas a isso. O caso Castro Malta trouxe consigo uma série de discussões sobre a corrupção de instituições do império, principalmente a policial, o alistamento forçado que então ocorria, a repressão aos pobres, o abuso de poder pelas autoridades, a alienação de direitos civis, a falta de transparência em processos públicos, entre outros temas¹²². Uma dúvida levantada por *O Paiz* e pela *Revista Illustrada* foi a possibilidade de que Malta teria sido alistado à força pela polícia, algo que nunca foi provado, mas foi mencionado como uma possibilidade e pairou pelas discussões da imprensa:

¹¹⁷ “Notas à Margem”, *Gazeta de Notícias*, 25/12/1884;

¹¹⁸ “Cousas Políticas”, *Gazeta de Notícias*, 29/12/1884; “A Lei de Lynch”, *Gazeta de Notícias*, 14/01/1885; “O Caso Malta”, *Gazeta de Notícias*, 28/12/1884; “Notas à Margem/Caso Malta”, *Gazeta de Notícias*, 08/12/1884.

¹¹⁹ “Notas à Margem/Caso Malta”, *Gazeta de Notícias*, 08/12/1884; “Cousas Políticas”, *Gazeta de Notícias*, 29/12/1884.

¹²⁰ “Cousas Políticas”, *Gazeta de Notícias*, 29/12/1884; “A Lei de Lynch”, *Gazeta de Notícias*, 14/01/1885.

¹²¹ “O Caso Malta”, *Gazeta de Notícias*, 26/12/1884.

¹²² A *Gazeta* chega a afirmar que a cobertura do caso é uma “questão política” e retrata o caso Malta como um exemplo de abusos de poder por parte da polícia e do Império. Também é mencionada a escravidão, o alistamento e uma divisão de classes no país como questões que são tratadas com descaço pelo governo, assim como o caso Malta. Assim, o desaparecimento do homem é usado pelo jornal como forma de falar sobre temáticas políticas e sociais. “Cousas Políticas”, *Gazeta de Notícias*, 29/12/1884.

“Malta é uma vítima desse régimen de sequestro que nos rege atualmente. Indivíduos desaparecem, como por encanto, sem se saber onde foram parar. Uma força superior suprime-os sem se nos dizer como e para que fim. De direito, já sabíamos que não pode haver recrutamento, por que a lei não o permite. Temos porém mais que a lei parece não bastar entre nós: temos a palavra do honrado Ministro da Marinha, e a do seu colega da Guerra, afirmando solenemente que não há recrutamento. O Sr. Chefe da Polícia chega a ser exagerado nos seus protestos. Os factos porém protestam energicamente contra as palavras de honra dos três homens de bem. Os desaparecimentos repetem-se, e os desaparecidos não voltam”¹²³.

O Paiz também trouxe uma matéria de outro jornal, a *Folha Nova*, levantando a mesma questão:

“Já o assassinato de Apulcho de Castro justificava de sobra essa opinião; entretanto, como se não bastasse o referido *incidente*, presenciemos, há pouco, o facto de terem andado pelas ruas da cidade agentes de recrutamento, prendendo menores e roceiros... É provável que João Alves de Castro Malta, cujo cadáver a autoridade policial não pode apresentar, embora pretenda ter sua certidão de óbito, seja uma das vítimas desses recrutadores clandestinos, apadrinhados pela autoridade, e que, para justificarem o seu ato, o apresentaram como vagabundo e conhecido desordeiro. A exumação do cadáver enterrado sob o nome de Mattos – que a polícia quis apresentar como o do desaparecido Malta – e a sua autópsia nada provaram até hoje senão que houve um crime cometido, e que os culpados pertencem à instituição encarregada de vigiar sobre os nossos bens e vidas”¹²⁴.

Em outra matéria não relacionada ao caso, mas publicada durante o período da cobertura sobre Castro Malta, *O Paiz* fala sobre o desaparecimento de um jovem que, após ser solto da prisão, pudesse ter sido recrutado¹²⁵. Em outro momento, há uma sugestão mais ousada, a de que um jovem pobre foi alistado à força, tendo sido solto e logo depois desaparecido após ser julgado incapaz, enquanto um jovem rico foi levado à delegacia para ser recrutado, mas foi solto após a polícia descobrir que ele vinha de “boa família”. O jornal então afirma que se não fosse rico, o rapaz teria “terminado com uma congestão hepática” em clara referência ao caso Malta¹²⁶.

De acordo com Andréa Santos da Silva Pessanha, em sua tese sobre a relação entre a imprensa da década de 1880 do Rio de Janeiro com a república e a abolição, *O Paiz* era um jornal recente, fundado em outubro de 1884, e se apresentava como neutro e imparcial, ao mesmo tempo em que apresentava “feições republicanas”. Segundo a autora, entre as suas marcas editoriais estava o elogio à eleição de parlamentares apoiadores da causa republicana, as censuras ao Império no que se refere à questão servil e a divulgação de jornais republicanos como *A Província de São Paulo*. Além

¹²³ “O Desaparecimento de Castro Malta”, *O Paiz*, 03/12/1884.

¹²⁴ “Polícia Perigosa”, *O Paiz*, 05/12/1884.

¹²⁵ “Recrutamento não, desaparecimento sim”, *O Paiz*, 06/12/1884.

¹²⁶ “Recrutamento e desaparecimento”, *O Paiz*, 11/12/1884.

disso, *O Paiz*, de acordo com Pessanha, reproduzia discursos políticos sobre o tema sem se comprometer, comparando recorrentemente o Brasil aos seus vizinhos sul americanos e afirmando que ele estaria atrasado por não seguir o modelo republicano¹²⁷. Segundo a autora, tanto *O Paiz* como a *Gazeta de Notícias* questionavam a escravidão por atrasar o desenvolvimento econômico do Brasil, mas também tinham um discurso que afirmava que a liberdade era o direito fundamental e inalienável dos seres humanos. Ambos defendiam veementemente os direitos políticos e civis dos cidadãos como fundamentos dos princípios liberais¹²⁸.

Ainda de acordo com Pessanha, esses discursos podem ser bem exemplificados na cobertura do caso Castro Malta pelo *O Paiz*¹²⁹. A grande repercussão do caso na imprensa evidencia como o evento sensibilizou o público (e vendeu jornais), cuja cobertura frequentemente recebia destaque e se alojava na primeira página das edições. *O Paiz* qualificou Malta como “efetivamente um pobre diabo, um artista, um operário: mas não tinha, por isso, menos direito à sua vida, sua honra, sua liberdade. Era um cidadão, e tanto bastava”¹³⁰. A *Gazeta*, por sua vez, não qualificou Malta diretamente, se limitava a descreditar as afirmações policiais sobre Malta ser vagabundo e desordeiro¹³¹ e também a mostrar a polícia em oposição às classes mais baixas¹³². Parece evidente uma intencionalidade de construir (por parte de *O Paiz*) Malta como uma figura comum, popular, maltratada injustificavelmente injustiçada. Já a *Gazeta* parecia focada em descreditar a instituição policial e antagonizar o seu público em relação a ela, mostrando-os como violentos contra Malta e contra “as classes baixas” em geral¹³³. Em relação à cor de Castro Malta, de acordo com Pessanha:

“Ressalto que a cor branca de Castro Malta não foi enfatizada no decorrer do episódio, sequer foi informada em seus primeiros números. Para aqueles que acompanhavam o caso desde seu início, não era possível identificar a cor do desaparecido. Somente no episódio da primeira autópsia, essa informação do “pobre diabo” foi apresentada entre tantas outras características físicas. Este dado faz com que acredite que para argumentação central de Quintino Bocaiúva sobre o desrespeito à liberdade individual de um “homem do povo”, de “um filho obscuro do trabalho”, sua cor, naquele momento não era relevante. Vale frisar que desde meados do século XIX, com toda a pressão dos escravos pela conquista da alforria, ser livre cada vez menos era sinônimo de

¹²⁷ PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 2006, p. 93-98.

¹²⁸ *Idem*, p. 138-139.

¹²⁹ *Idem*, p. 138-140.

¹³⁰ “Aclare-se o mysterio”, *O Paiz*, 28/11/1884.

¹³¹ “Notas à Margem”, *Gazeta de Notícias*, 18/12/1884.

¹³² “O Caso Malta”, *Gazeta de Notícias*, 28/12/1884, “Cousas Políticas”, *Gazeta de Notícias*, 29/12/1884.

¹³³ “O Caso Malta”, *Gazeta de Notícias*, 28/12/1884.

ser branco. Para o leitor, “o pobre diabo” poderia ser um branco, um negro ou um mestiço livre”¹³⁴.

A demora (ou a falta de destaque na cor) por parte dos jornais parece indicar que a *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* não viam a cor como um elemento relevante para o caso, ou ainda na determinação de direitos civis. Ao cobrirem o caso, esses dois jornais viam a violação de direitos civis realizada por representantes da lei. A polícia e o Império, na visão desses jornais, deveriam ser criticados por não proteger seus cidadãos, independente de serem “pobres diabos” ou não¹³⁵. A cor branca de Malta só seria afirmada na exumação de 28 de novembro¹³⁶.

Segundo o jornal, o desaparecimento de Castro Malta, sendo por alistamento ou não, envergonhava o país¹³⁷. Imbuído da missão de pressionar as autoridades, *O Paiz* conclamava às autoridades que descobrissem a verdade. Segundo Pessanha, o caso Castro Malta é um exemplo do poder da imprensa de criar um fato, ou seja, *O Paiz*, com sua cobertura, criou o mistério em torno dessa figura e conseguiu fazer com que isso se repercutisse por toda a Corte, a ponto de causar a demissão do chefe de polícia, Tito de Mattos, e fazer com que essa instituição tivesse que se esclarecer para o Ministério da Justiça. Isso não significa que a “criação do fato” foi um mero esforço de um jovem jornal para ganhar leitores, mas a forma que a cobertura foi conduzida, de acordo com Pessanha, ajuda a “entendermos o habitus da época” e as discussões que surgiram com o caso estavam ligadas aos valores que homens da imprensa do período queriam solidificar na sociedade¹³⁸. Como afirmado pela autora, *O Paiz* era um jornal recente, se apresentava como neutro e imparcial, mas apresentava “feições republicanas”¹³⁹. Tanto *O Paiz* como a *Gazeta de Notícias* tinham um discurso que afirmava que a liberdade era o direito fundamental e inalienável dos seres humanos. Ambos defendiam veementemente os direitos políticos e civis dos cidadãos como fundamentos dos princípios liberais¹⁴⁰. Com isso em mente, aliado com o fato de o jornal ter “criado o fato” que foi o caso Castro Malta, pode-se entender sua abordagem na cobertura do caso

¹³⁴ PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 2006, p. 141.

¹³⁵ “Aclare-se o mysterio”, *O Paiz*, 28/11/1884; “Cousas Políticas”, *Gazeta de Notícias*, 29/12/1884.

¹³⁶ “Questão Castro Malta”, *O Paiz*, 27/01/1885.

¹³⁷ “Mas o que é isto?”, *O Paiz*, 26/11/1884.

¹³⁸ PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 2006, p. 139-150.

¹³⁹ *Idem*, p. 93-98.

¹⁴⁰ *Idem*, p. 138-139.

como oportunidade de pensar e debater as instituições imperiais, criticando-as ao falar sobre seu papel no desaparecimento de um homem, de um cidadão¹⁴¹.

Paulo Alves Pereira Júnior, por sua vez, em seu artigo sobre a relação desse caso com o jornal *O Paiz*, viu nessa cobertura jornalística uma forma de propagar o ideal republicano, criticando o funcionamento das instituições imperiais. O autor inicialmente discorre sobre a sociedade brasileira da época e depois descreve a cobertura do caso, até que, por fim, analisa como ele foi usado para propagar a visão política do jornal. Ou seja, do evento, da notícia, criava-se o fato político. Nesse texto, ele afirma que:

“A folha atribuiu as arbitrariedades das instituições e das autoridades à falta de solidariedade política e de indiferença pública da sociedade. Além disso, destacou que havia a disseminação de um sentimento egoísta e individualista que impossibilitava a união dos brasileiros. Tal “enfermidade” seria tratada pela imprensa, tida como protetora dos direitos básicos dos cidadãos. E quem poderia ser o disseminador dessa doença? O regime monárquico. Existia, nesse discurso político, o apelo para que a nação se conscientizasse da impossibilidade de o governo garantir os princípios da liberdade e da ordem pública. A alternativa para essa mazela social seria um novo regime político: uma república federativa com um governo representativo”¹⁴².

Para além disso, os temas tratados nas diversas matérias saídas de *O Paiz* sobre Malta, como o alistamento, violação dos direitos dos cidadãos, ineficiência jurídica, seriam “como “estado patológico” que havia estendido sobre o “corpo social” (sociedade brasileira) as “placas roxas da gangrena senil” (o poder monárquico)”¹⁴³. Esse artigo Paulo Alves Pereira Júnior, no entanto, não analisa mais profundamente o papel da imprensa no caso.

O romance-folhetim “Mattos, Malta ou Matta?”, escrito por Aluísio Azevedo em 1885, publicado na revista *A Semana*, foi inspirado na cobertura do caso Castro Malta¹⁴⁴. Nesse caso, do fato jornalístico se fez literatura, embaralhando as fronteiras entre realidade e ficção. Segundo Juliana de Souza Cardoso Bonfim, em um artigo que discorre o folhetim, o romance-folhetim foi uma tentativa de dar uma solução ao caso através da ficção. No romance, a investigação é motivada por questões passionais:

Em Mattos, Malta ou Matta? A investigação é motivada não pela pura necessidade de explicar cientificamente um fato ou solucionar um crime por

¹⁴¹ Ver também a seguinte tese sobre como a Gazeta de Notícias fez algo similar com o caso do roubo das joias da Coroa em 1882, transformando o fato jornalístico em fato político e oportunidade de criticar a monarquia. BENTO, Elias Ferreira. *O imperador em folhetins: a monarquia brasileira e D. Pedro II nos rodapés da Gazeta de Notícias (1879-1882)*.

¹⁴² JÚNIOR, Paulo Alves Pereira. *A cobertura do caso Castro Malta pelo jornal O Paiz e a difusão do ideário republicano no Segundo Império*. Revista Eletrônica Discente História. com, v. 4, n. 7, p. 31, 2017.

¹⁴³ *Idem*, p. 33.

¹⁴⁴ BONFIM, Julianna de Souza Cardoso. *Mattos, Malta ou Matta? O romance policial pioneiro de Aluísio Azevedo*. Convergência Lusíada, v. 33, n. 47, p. 69-70, 2022.

pura lógica. Na narrativa de Azevedo, a investigação é motivada pelo esclarecimento do paradeiro do homem desaparecido por uma razão passional: tendo sido traído, o “detetive” acredita que sua esposa teria fugido com Castro Malta, e esse fator distanciaria o romance-folhetim do autor naturalista do aspecto positivista e exclusivamente racional da escola de enigma.¹⁴⁵

A autora discute o folhetim de um ponto de vista literário, pensando seu lugar no gênero da literatura policial, mas não tenta relacioná-lo com a verdadeira cobertura do caso, algo que não fazia parte dos objetivos de seu texto. Pode-se dizer, no entanto, que esse romance pode ilustrar como o desaparecimento de Malta pode ter sido visto como absurdo pelo público leitor, além de potencialmente mostrar como a “investigação” do caso por parte dos jornais pode ser entendida como passional e não profissional (no sentido policial) a cobertura de fato foi.

José Leopoldo Ferreira Antunes, em um livro sobre a medicina brasileira do século XIX, discorre sobre o caso Castro Malta a partir de documentação oriunda da Academia Imperial de Medicina, instituição que teve grande participação na polêmica do caso Castro Malta. Segundo o autor, a simpatia popular e a indignação dos familiares foram despertadas a partir de muitas evidências do possível abuso policial exercido contra Malta e que foram mostradas pela imprensa¹⁴⁶. O autor descreve as autópsias, fala sobre os médicos presentes nelas e os resultados alcançados. Segundo Antunes, ao ler a primeira autópsia, ocorrida no dia 28 de novembro de 1884, chegou-se ao resultado de que o corpo autopsiado teria morrido de uma pleurisia supurada (e não uma congestão hepática como fora determinado pela polícia), algo que mataria uma pessoa de 6 a 8 dias, o que não batia com a autópsia policial:

“Essa vítima da nossa má organização social foi apanhada pelas malhas de uma das engrenagens da nossa administração, a polícia, em perfeito estado de saúde, tanto que perturbava a ordem pública, como o atesta a polícia; em estado de saúde foi introduzida no xadrez para poucos dias depois ser remetido para o cemitério S. Francisco Xavier sob a responsabilidade imediata de uma congestão hepática. Ora isso não se podia ter dado com um indivíduo que sucumbiu de uma pleurisia supurada, que para matar precisava talvez de mais tempo do que o que mediou entre a entrada de Malta para o xadrez e sua remoção para o cemitério”¹⁴⁷.

Nos laudos, a Academia também havia afirmado que seria absurda a hipótese de que um homem, no dia 17, estivesse fazendo desordem enquanto estava doente de uma pleurisia que o mataria dois dias depois, no dia 19 do mesmo mês de novembro:

¹⁴⁵ BONFIM, Julianna de Souza Cardoso. *Mattos, Malta ou Matta? O romance policial pioneiro de Aluísio Azevedo*. Convergência Lusíada, v. 33, n. 47, p. 78, 2022.

¹⁴⁶ ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 40.

¹⁴⁷ “O Desaparecimento de Castro Malta”, *O Paiz*, 30/11/1884.

“...Respondendo à pergunta que me dirige na sua carta de 9 do corrente, permita-me dizer-lhe, se não se enfada comigo, que a acho ociosa, porque tenho como uma noção de simples bom senso que é materialmente impossível a um individuo atacado por uma pleurisia supurada dupla estar em condições de promover desordem na ante-vespera de sua morte, isto é, quando aquele processo mórbido se aproximava de seu termo, e devia acarretar para o infeliz sofrimentos atrozes de sufocação e cansaço”¹⁴⁸.

Segundo o autor, no dia 19/12/1884, por exemplo, em uma sessão extraordinária da AIM determinou-se como errônea a autópsia policial, que alegava morte por congestão hepática. Outro ponto controverso, e mais grave, tratava-se do fato de não haver certeza sequer se o corpo autopsiado era de fato o de Malta. De acordo com Antunes, havia fortes suspeitas (veiculadas pela imprensa) de que Malta teria sido assassinado pela polícia, e que havia sido sepultado sob falsa identidade¹⁴⁹. Por isso, foi decidido que, no dia 23 do mesmo mês, uma nova autópsia seria realizada por médicos não associados à corporação policial. Os médicos selecionados foram acusados de não serem qualificados para tal exumação e suas conclusões não esclareceram a questão, mas alimentaram a confusão, apesar de reconhecerem o cadáver como sendo de Castro Malta. O doutor Monat tentou defender sua hipótese de que a cova teria sido violada pela polícia, mas sem sucesso. Segundo o autor, a conclusão do caso foi de que:

“O crime pronunciado pela promotoria pública e sentenciado pelo órgão de justiça foi capitulado como “homicídio involuntário”, figura jurídica prevista pela legislação penal em vigor no período. O presidente da Academia saudou a decisão judicial como uma “consagração solene” do triunfo obtido pela medicina na causa “de tão triste e inglória celebridade”, do papel “elevado e nobre” assumido pela investigação científica “independente e desinteressada”, quando aplicada ao livro negro dos nossos incidentes policiais”¹⁵⁰.

Essa investigação, no entanto, pelo que Antunes escreveu, parece ter sido muito influenciada pela própria cobertura da imprensa. Constatação importante para esse trabalho, que quer mostrar como a imprensa foi arena de lutas políticas e sociais fundamental para entender o Brasil oitocentista. Longe de estar apenas noticiando os fatos jornalísticos, ela estava intervindo na realidade, disputando projetos e sentidos políticos.

Portanto, entende-se que a imprensa interpretou o caso como uma importante causa política, usando-o como oportunidade de criticar o Império e atacar a instituição policial de modo que usou os ataques aos direitos civis de Malta para deslegitimar a

¹⁴⁸ “O Desaparecimento de Castro Malta”, *O Paiz*, 16/12/1884.

¹⁴⁹ ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 43.

¹⁵⁰ ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 46.

polícia e o governo imperial que a defendia e dependia dela. *O Paiz* e a *Gazeta de Notícias*, apesar de terem interesses similares na cobertura do caso, mostraram perfis diferentes ao longo do processo, com o primeiro jornal se focando na figura de Malta individualmente e usando ferrenhamente um discurso de defesa dos direitos civis dos brasileiros e da sua cidadania, assim como as sugestões comuns de que o homem poderia ter sido recrutado. Suas críticas mais incisivas eram frequentemente veladas por ironia e tinham também um discurso que tentava se mostrar isento, apartidário, neutro que na verdade não era nada disso. A *Gazeta* atacava diretamente não apenas a polícia, como a monarquia, o parlamento e até mesmo outros jornais na sua cobertura, abertamente reconhecida como uma questão política e relacionada a outros assuntos polêmicos da época como assassinatos de jornalistas e a escravidão. Malta era pouco descrito (para além de desmentirem a forma que a polícia o descrevia), os direitos civis eram pouco mencionados, assim como a possibilidade de alistamento de Malta, em contraste com *O Paiz*.

Como visto, a imprensa do período discutia avidamente questões de cidadania e lutas políticas, influenciando diversas instituições e debates públicos através de seu vasto alcance naquela sociedade, sendo assim, uma fonte rica e privilegiada sobre esses temas para pesquisadores.

A precariedade da liberdade e da cidadania no Império brasileiro

Diante do exposto, convém falar então sobre a cidadania que estava sendo construída no Brasil naquele momento. José Murilo de Carvalho, em texto sobre a cidadania brasileira no século XIX, inicialmente compara o contexto no qual se dá a consolidação dos direitos civis brasileiros com o que estava acontecendo em alguns países europeus. Inicialmente, seguindo uma distinção de cidadanias sugeridas por Bryan S. Turner, Carvalho compara o Brasil e a Alemanha, similares no que diz respeito ao processo de construção de cidadania “de cima para baixo”, isto é:

“... são os países em que o Estado manteve a iniciativa da mudança e foi incorporando aos poucos os cidadãos à medida em que ia abrindo o guarda-chuva de direitos”¹⁵¹.

Ao diferenciar os dois países, Carvalho cita que havia a ausência de uma identidade étnica generalizada no Brasil, e ao mesmo tempo em que existia uma grande

¹⁵¹ DE CARVALHO, José Murilo. *Cidadania: tipos e percursos*. Revista Estudos Históricos, v. 9, n. 18, 1996, p. 338.

dependência do povo em relação ao Estado. Segundo ele, a “atitude frequentemente desrespeitosa e anarquizante diante do poder e das leis” evidenciavam um “cidadão inativo” ou um “não cidadão”¹⁵², em contraste com:

“A forte identidade nacional alemã, concebida em termos étnicos de germanidade, e a tradição de obediência rígida ao poder e às leis, segundo alguns de origem luterana, estão ausentes de nossa cultura, muito mais fragmentada e quase cínica em relação ao poder e às leis”¹⁵³.

Isso não significa que o autor creia que não havia participação cidadã no Brasil Império, mas sim que ela deve ser investigada a partir de meios diferentes do que se veria em outros países. Para além do voto, o serviço militar, o júri, o recenseamento e o registro civil foram as principais formas de contato entre a população civil e o Estado¹⁵⁴. Isso porque, segundo ele, “se a cidadania é concebida como a maneira pela qual as pessoas se relacionam com o Estado, não há por que excluir de seu estudo o cumprimento de deveres cívicos como o serviço militar no Exército, na Armada e na Guarda Nacional”¹⁵⁵. Interessa a esse trabalho o serviço militar, dadas as sugestões da imprensa de que Castro Malta poderia ter sido alistado e que isso seria uma violação de seus direitos civis. O serviço no Exército, de acordo com o autor¹⁵⁶:

“Embora os exércitos nacionais também tenham sido fruto da Revolução Francesa, no Brasil nunca se deu a ligação entre cidadania e serviço militar. Dada a ausência de guerra pela independência, o Exército brasileiro herdou quase intacta a estrutura de seu antecessor português que, por sua vez, se assemelhava à dos exércitos europeus pré-revolucionários, caracterizados por grande distância social entre praças e oficiais. Os últimos recrutavam-se entre a nobreza, as praças entre os selares mais pobres da população. O recrutamento de oficiais, no Brasil, sofreu ao longo do século um processo de democratização, mas os soldados continuaram a ser recrutados entre desempregados, vadios, criminosos e trabalhadores rurais que não contavam com a proteção de proprietários. Havia geral repugnância, se não pavor, ao serviço militar. As pessoas fugiam e escondiam-se nos matos a qualquer notícia da presença de recrutadores. A maioria dos recrutas era levada presa aos quartéis. Um decreto de 1835 ordenava exatamente isto: em caso de não haver Voluntários, seria feito recrutamento forçado, o recruta seria conduzido preso e mantido em segurança até se conformar com a situação... A persistência do castigo físico, mesmo depois de abolido pela lei, indicava que aos soldados se negavam até mesmo direitos civis básicos como o da integridade física. Nisto, os soldados se aproximavam dos escravos e não foi por acaso que os marinheiros que se rebelaram em 1910 contra o uso da chibata falaram em eliminar restos de escravidão. O Exército e a Armada funcionavam antes como instituições correcionais do que como centros de civismo. O serviço militar era

¹⁵² *Idem*, p. 339.

¹⁵³ DE CARVALHO, José Murilo. *Cidadania: tipos e percursos*. Revista Estudos Históricos, v. 9, n. 18, 1996, p. 339.

¹⁵⁴ *Idem*, p. 341-342.

¹⁵⁵ *Idem*, p. 341.

¹⁵⁶ *Idem*, p. 349-350.

visto como instrumento de punição até mesmo rolos pobres honestos que o usavam para afastar de seu meio os indesejáveis”¹⁵⁷.

Assim, ser recrutado era uma infração à liberdade de ir e vir e uma imposição frequentemente associada com o castigo físico, punição de forma geral aplicada a escravos. O autor estabelece uma relação entre servir no Exército e Armada e ser descartado e escravizado. Talvez por isso *O Paiz* mencionasse o alistamento forçado frequentemente em matérias de jornal, já que a oposição à escravidão fazia parte do perfil do periódico¹⁵⁸, e até mesmo o sugeriam como possível destino de Malta¹⁵⁹.

Ainda de acordo com Carvalho, foi somente na Guerra do Paraguai que o serviço militar começou a ser visto de maneira um pouco mais favorável. Aos milhares se voluntariaram para ajudar no conflito pessoas de diversas origens, até mesmo escravizados e mulheres, que nem contavam como cidadãos ou cidadãos plenos do país que lutavam para defender. Após a 1874, passada a lei do sorteio militar, houve diversas revoltas no país contra o recrutamento, destruindo as listas com os nomes dos homens alistados e libertando os recrutados (tópico discutido adiante).

Segundo José Murilo de Carvalho, estava implícita em toda a situação que envolvia o recrutamento a ideia de que havia um pacto social de não interferência do Estado na vida e costumes dos cidadãos, de forma que as revoltas eram uma forma de garantir os direitos civis, mesmo que criando uma “cidadania em negativo”:

“O avanço do Estado oitocentista na direção de cooptar e regular a sociedade provocava também reações negativas. Limite-me aqui às reações a iniciativas do governo que buscavam racionalizar, burocratizar e secularizar as relações sociais, deixando de lado movimentos populares justificados em outras bases... Tratava-se de iniciativas que todos os Estados iam tomando à medida que burocratizavam e secularizavam os serviços públicos retirando-os das mãos da Igreja e dos grandes proprietários. Algumas dessas iniciativas, como a do registro civil, como observa Noiriell, eram condição para a garantia judicial de vários direitos civis e mesmo de direitos políticos. Mas eram ao mesmo tempo mudanças que interferiam no cotidiano dos cidadãos, alteravam comportamentos tradicionais, aumentavam o controle do governo e despertavam insegurança. Elas estendiam as malhas do governo e tiravam as pessoas de seu mundo privado, colocando-as dentro do campo da cidadania civil. Representavam a criação de cidadania de cima para baixo. As reações a elas não podem, no entanto, ser consideradas simplesmente como recusa de cidadania. Elas eram sem dúvida recusa de uma regulação vinda de cima, sem consulta e sem respeito por costumes e valores tradicionais. Se é verdade que as revoltas não propunham alternativa, que se limitavam à recusa, também é verdade que traziam implícita a ideia de um pacto não escrito, preexistente, segundo o qual o governo não tinha o direito de interferir no cotidiano das

¹⁵⁷ DE CARVALHO, José Murilo. *Cidadania: tipos e percursos*. Revista Estudos Históricos, v. 9, n. 18, 1996, p. 349-350.

¹⁵⁸ PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 2006, p. 138-139.

¹⁵⁹ “Mas o que é isto?”, *O Paiz*, 26/11/1884; “O Desaparecimento de Castro Malta”, *O Paiz*, 03/12/1884; “Insistimos e insistiremos”, *O Paiz*, 05/12/1884.

pessoas e desrespeitar suas tradições. Dizendo não, os rebeldes estavam de alguma maneira afumando direitos, estavam fazendo política para garantir direitos tradicionais. Não deixava de ser um tipo de cidadania, embora em negativo”¹⁶⁰.

Desse modo, o historiador mostra como pensar a cidadania no século XIX brasileiro é um tema complexo, que não se restringe somente à participação política através do voto. A escravidão, o patriarcado e o latifúndio não negam a existência da cidadania, mas adicionam complexidade no momento de discutir esse conceito no Brasil imperial. Revoltas contra reformas atualmente entendidas como significativas para a ampliação dos direitos civis podiam ser vistas diferentemente durante o Império por trazerem mudanças indesejadas que traziam insegurança através da interferência governamental na vida privada de forma forçada. O alistamento seria parte desse processo: uma imposição de um modelo de cidadania vista como um ataque ao indivíduo, que seria sujeito a tratamentos comparados com a escravidão. A recusa desse modelo era vista como uma forma legítima de defesa dos direitos dos cidadãos. No caso Castro Malta, levantou-se a possibilidade de que ele teria desaparecido por ter sido alistado:

“Malta é uma vítima desse régimen de sequestro que nos rege atualmente. Indivíduos desaparecem, como por encanto, sem se saber onde foram parar. Uma força superior suprime-os sem se nos dizer como e para que fim. De direito, já sabíamos que não pode haver recrutamento, pois que a lei não o permite. Temos porém mais que a lei parece não bastar entre nós: temos a palavra do honrado Ministro da Marinha, e a do seu colega da Guerra, afirmando solenemente que não há recrutamento. O Sr. Chefe da Polícia chega a ser exagerado nos seus protestos. Os factos porém protestam energicamente contra as palavras de honra dos três homens de bem. Os desaparecimentos repetem-se, e os desaparecidos não voltam”¹⁶¹.

“Já o assassinato de Apulcho de Castro justificava de sobra essa opinião; entretanto, como se não bastasse o referido *incidente*, presenciemos, há pouco, o facto de terem andado pelas ruas da cidade agentes de recrutamento, prendendo menores e roceiros... É provável que João Alves de Castro Malta, cujo cadáver a autoridade policial não pode apresentar, embora pretenda ter sua certidão de óbito, seja uma das vítimas desses recrutadores clandestinos, apadrinhados pela autoridade, e que, para justificarem o seu ato, o apresentaram como vagabundo e conhecido desordeiro. A exumação do cadáver enterrado sob o nome de Mattos – que a polícia quis apresentar como o do desaparecido Malta – e a sua autópsia nada provaram até hoje senão que houve um crime cometido, e que os culpados pertencem à instituição encarregada de vigiar sobre os nossos bens e vidas”¹⁶².

Segundo Hendrik Kraay, em artigo sobre o alistamento no século XIX, não havia sequer a necessidade de usar a palavra “forçado” após o termo “alistamento” ou

¹⁶⁰ DE CARVALHO, José Murilo. *Cidadania: tipos e percursos*. Revista Estudos Históricos, v. 9, n. 18, 1996, p. 351-354.

¹⁶¹ “O Desaparecimento de Castro Malta”, *O Paiz*, 03/12/1884.

¹⁶² “Polícia Perigosa”, *O Paiz*, 05/12/1884.

“recrutamento”, pois já era implícito a natureza coercitiva desse processo¹⁶³. O autor argumenta que esse sistema, apesar de controverso, não era meramente uma imposição do Estado para suprir seus próprios interesses, mas era defendido e apoiado por partes da sociedade, pois em grande parte das relações de patronato existentes naquele período, esperava-se de um patrão proteger seus clientes de tal alistamento¹⁶⁴.

Os mais ricos, vale destacar, não se encaixavam no padrão de recrutas pelo qual se buscava, por estarem casados ou serem vistos como cidadãos economicamente ativos. E, mesmo se fossem recrutados, poderiam oferecer substitutos (escravizados) para servirem em seus lugares. Segundo Kraay, muitas autoridades locais dependiam do apoio desses patrões da elite, e, portanto, evitavam criar problemas com eles. Assim, os ricos e os homens que eles apadrinhavam geralmente estavam seguros desse risco. O autor menciona que havia diversos tipos de isenções possíveis, como todos os que fossem casados ou os homens julgados “importantes para a manutenção da economia”¹⁶⁵. De fato, eram relativamente poucos os homens recrutados e menos ainda os que serviam, segundo o autor. Isso porque era possível apelar para não servir e pessoas se defendiam com base em provar que trabalhavam. Podia-se apelar também baseando-se em afirmar que tinham bons costumes e valores, que tinham bom comportamento entre outros¹⁶⁶. Isso porque, segundo Kraay, o exército brasileiro era pequeno e não havia interesse político geral em militarizar a sociedade brasileira. Com exceção da Guerra do Paraguai, os poucos homens que não se encaixavam nas isenções, eram na maior parte do tempo suficientes para suprir as demandas das Forças Armadas¹⁶⁷.

Dessa forma, o que resultava era que os alistados, por serem tratados como “vadios”, frequentemente eram indivíduos que não tinham patrões influentes o suficiente, ou sequer tinham um. Homens que não podiam se defender perante a lei, ou seja, não tinham formas de exercer plenamente a sua cidadania. Alguns de fato não tinham trabalho, outros eram criminosos, grandes ou pequenos¹⁶⁸. De certa forma, isso mandava a mensagem que o alistamento era uma forma de fazer uma coerção ao

¹⁶³ KRAAY, Hendrik. *Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Imperial*. Diálogos, DHI/UEM, v. 3, n. 1, 1999, p. 114.

¹⁶⁴ *Idem*, p. 114-115.

¹⁶⁵ *Idem*, p. 117-119.

¹⁶⁶ *Idem*, p. 127-129.

¹⁶⁷ *Idem*, p. 117.

¹⁶⁸ *Idem*, p. 129-130.

trabalho¹⁶⁹. Era comum também que aqueles que viajavam para longe de suas conexões sociais, das suas redes de contato, fossem recrutados enquanto estavam longe de casa, como alguns comerciantes ou marinheiros. Libertos que deixavam de obedecer a seus antigos senhores podiam muito bem se tornar vulneráveis a isso, para não mencionar clientes que tivessem desentendimentos com patrões, resultando no fim da sua proteção. Com isso em consideração, muitos clientes defendiam a permanência do alistamento coercitivo, da mesma forma que defendiam o patronato como natural para a sociedade, pois sabiam que estariam seguros, em detrimento de pessoas alheias a essas convenções. As autoridades, no entanto, sempre buscavam mostrar certa equidade no processo para se mostrarem justos e constitucionais, e recrutava poucos e de forma pouco violenta para evitar resistências e revolta da sociedade civil¹⁷⁰.

Paulo R. Andrade, em artigo sobre o recrutamento de trabalhadores livres da província de São Paulo durante a Guerra do Paraguai, discute os processos de alistamento forçado e como as autoridades recrutavam indivíduos de classes subalternas contra a sua vontade, ignorando até mesmo os que deveriam estar isentos desse processo, já que as classes dominantes poderiam se safar com conexões políticas e sociais, clientelismo, ou até mesmo apresentando escravizados para servirem em seu lugar. Segundo Andrade, as vítimas do recrutamento forçado eram selecionadas por diversos motivos, entre eles o fato de serem solteiros, “turbulentos” ou por serem taxados de “vadios”¹⁷¹. Isso de acordo com interpretações legais das próprias autoridades, que tinham autonomia para decidir quem tinha “comportamento ordeiro” ao bel-prazer, mesmo que baseando-se nas Instruções de 1822¹⁷².

¹⁶⁹ *Idem*, p. 119-121.

¹⁷⁰ *Idem*, p. 117-122.

¹⁷¹ ANDRADE, Paulo R. *'Só se houve falar em guerra, necessidade de soldados, de ordens apertadas': o recrutamento e a designação de trabalhadores livres na província de São Paulo durante a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Revista Hydra, v. 2, 2017, p. 187.

¹⁷² Hendrik Kraay observa que as Instruções de 1822 eram a principal legislação que determinava quem seriam os homens recrutáveis e os isentos do recrutamento militar e tinha como intenção proteger os que eram vistos como essenciais à sociedade e a economia. Kraay afirma que esse sistema de recrutamento teria criado um consenso surpreendente, que da perspectiva do Estado imperial deveria fornecer um número, mínimo de soldados e ao mesmo tempo não sobrecarregar as forças produtivas da sociedade, funcionando assim como forma de controle social e instrumento de coerção do trabalho, buscando manter certa aparência de equidade. Entre os julgados “essenciais” com direito a isenção havia diversos ofícios profissionais e outras condições sociais: feitores e administradores de fazendas, boiadeiros, tropeiros, pedreiros, carpinteiros, canteiros, pescadores, mestres de ofícios com loja aberta, homens casados, filho único de lavrador/viúva e irmão responsável por órfão. Contudo, as Instruções também estipulavam que para ter direito as isenções os indivíduos deveriam exercer efetivamente seus ofícios e apresentar um comportamento ordeiro. A cláusula que trazia essa ressalva deixava às autoridades encarregadas do recrutamento a possibilidade de interpretar a lei ao bel-prazer. KRAAY, Hendrik. *Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Imperial*. Diálogos, DHI/UEM, v. 3, n. 1, 1999, p. 113-151.

Com o advento da já mencionada Guerra do Paraguai (1864-1870), o equilíbrio frágil do alistamento estabelecido no país se viu ameaçado, pois o Império precisava de muitos soldados para vencer e “arbitrariedades e ilegalidades” foram usadas para conseguir mais combatentes. Em nome dessa necessidade serão perpetradas várias ações, sendo possível citar pagamentos por cabeça de recrutados e recrutando mesmo aqueles com isenções legais. Até mesmo Guardas Nacionais eram enviados ao front. Andrade cita, por exemplo, que eram frequentemente alistados os carroceiros, que deveriam ser isentos por serem essenciais para o abastecimento urbano, uma vez que vendiam bens de consumo de primeira necessidade. Por motivos diversos, tropeiros, caixeiros, comerciantes, entregadores de jornal, operários e funcionários públicos também deveriam ser considerados isentos, mas ainda assim eram alistados, ferindo as determinações¹⁷³.

De acordo com Luiza das Neves Gomes, em artigo que analisa a Marinha no pós Guerra do Paraguai através da imprensa militar, o Brasil das últimas décadas do Império tentava espelhar sua força naval com a de países europeus industrializados, principalmente o Reino Unido. Para isso, substituir os navios brasileiros (movidos a velas) por modelos recentes, movidos a vapor, era essencial, mas isso era algo impossível de ser realizado autonomamente dado o caráter agrário e escravista da economia brasileira, que vendia produtos primários em troca de manufaturas. Não havia base industrial forte para criar uma indústria naval pesada, então a solução era encomendar navios estrangeiros, aumentando a dependência do Brasil em relação a nações europeias e criando enormes orçamentos polêmicos no parlamento¹⁷⁴. O orçamento da Marinha caíria pela metade durante a década de 1870. E com os desequilíbrios fiscais do governo imperial nesse período, a Marinha era cara e não era vista como prioridade¹⁷⁵. Segundo Gomes, o recrutamento forçado de homens considerados “vadios” ou desempregados na Armada nesse período foi uma consequência do fracasso de modernizar a Marinha brasileira, dada a falta de prestígio e baixa remuneração das forças armadas, que não conseguiam encontrar voluntários de outra forma¹⁷⁶. E como consequência, segundo ela:

“Na sociedade do Império, os exércitos ocupavam lugar secundário. Dado o baixo prestígio social e a remuneração insuficiente, a carreira das armas não

¹⁷³ *Idem*, p. 185-193.

¹⁷⁴ DAS NEVES GOMES, Luiza. *A Marinha brasileira no pós-guerra do Paraguai—uma análise a partir da imprensa militar*. Navigator, v. 9, n. 18, p. 38-40, 2013.

¹⁷⁵ *Idem*, p. 36-37.

¹⁷⁶ *Idem*, p. 41.

atraía os jovens da aristocracia rural, que em lugar da farda optavam pelo anel de “doutor” em ciências (especialmente jurídicas), obtido nas principais faculdades do país – São Paulo e Recife – ou da Europa. Assim, dentro deste contexto, existiam grupos atrativos ao recrutamento forçado, tendo como alvo aqueles que viviam no ócio, sendo estigmatizado por conter vadios e desempregados. O acesso às armas pelas classes subalternas atemorizava as elites tradicionais, que se apressaram para esvaziar o poder do Exército, condenando-o à impotência quase total. Neste sentido, a finalidade do recrutamento não se restringia a fornecer um número suficiente de soldados para o serviço militar. Visava também, e em certos momentos até mesmo principalmente, a exercer o controle social, punindo supostos desordeiros, homens pouco obedientes às hierarquias sociais ou aqueles recalcitrantes ao trabalho¹⁷⁷.

Ainda sobre a Marinha, Álvaro Pereira do Nascimento, em artigo sobre a Revolta da Chibata analisada sob a ótica da luta por direitos no pós-abolição da escravidão, afirma que, apesar de a Marinha ser conhecida por seus castigos físicos cruéis e disciplina rigorosa, a instituição oferecia, ainda que rudimentarmente, abrigo, alimentação, soldo e estabilidade. Era, por isso, um refúgio e fonte de oportunidade para alguns, inclusive escravizados fugitivos. Ainda assim, eram poucos os voluntários para o serviço militar. Ao longo do século, a instituição iria depender menos e menos do recrutamento forçado de homens considerados mendigos, detentos e trabalhadores. Havia a intenção de melhor selecionar o pessoal que entraria, portanto, passou a ser mais comum a matrícula de jovens rapazes (levados pelos pais, tutores, juízes) nas Escolas de Aprendizes de Marinheiros do país, onde seriam disciplinados, educados, castigados e até mesmo abusados sexualmente¹⁷⁸. De qualquer forma, o medo de recrutamento, seja para a Marinha ou o exército, continuou presente na sociedade brasileira na década de 1880, como já discutido.

Apesar de o alistamento forçado ser fruto de uma delicada disputa social e interesses do governo e de setores da elite política e econômica, ele ainda era um medo presente no período que, por vezes, ecoava na imprensa¹⁷⁹. Nas páginas dos jornais é possível encontrar matérias falando de rumores de alistamento ou casos de pessoas que desapareciam e depois apareciam como “voluntários” recorrendo à Justiça por

¹⁷⁷ DAS NEVES GOMES, Luiza. *A Marinha brasileira no pós-guerra do Paraguai—uma análise a partir da imprensa militar*. Navigator, v. 9, n. 18, p. 41, 2013.

¹⁷⁸ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *"Sou escravo de oficiais da Marinha": a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910)*. Revista Brasileira de História, v. 36, p. 151-172, 2016.

¹⁷⁹ “Armamentos militares”, *Gazeta de Notícias*, 30/06/1882; “Noticiário”, *O Paiz*, 11/11/1884; “Diário das Câmaras”, *Gazeta de Notícias*, 15/05/1885; “Abuso Inqualificável”, *O Paiz*, 22/12/1885; “Desastre”, *O Paiz*, 18/07/1886.

indenização ou baixa¹⁸⁰. Nessas e outras ocasiões a imprensa frequentemente fazia discussões ou comentários sobre o alistamento¹⁸¹. O jornal dialogava inclusive com discussões que vinham ocorrendo no próprio parlamento. Em 1884, por exemplo, O Paiz publicou artigo falando sobre o alistamento... isso na matéria anterior a que se menciona Castro Malta pela primeira vez:

“Sabíamos que de direito não podia haver *recrutamento*, porque não há lei que o permita. Como isso, porém, não fosse bastante, em um país, onde com a lei ou sem ela, *a autoridade soberana faz o que lhe dá na gana*, tivemos a declaração solene do governo, afirmando-nos que *de facto*, não havia recrutamento. Repetindo-se, porém, os sequestros pessoais; não aparecendo as vítimas, mas os seus protetores naturais ou amigos queixosos, o Sr. Dr. Chefe de Polícia... expediu uma circular, afirmando que tais recrutadores eram criminosos e recomendando aos seus subalternos a prisão de tais bandoleiros... Ministros de Estado dão-nos garantia, por palavra de honra, de que não autorizaram semelhante violação de liberdade individual, e, para acúmulo de afirmação... oferecem aos particulares aflitos o exame e a inspeção pessoal *de certas* praças de guerra – onde efetivamente não consta que fosse achado nenhum dos recrutados, queremos dizer, dos sequestrados”¹⁸².

Ao levantar a dúvida entre a confusão de nomes entre o desaparecido Castro Malta e o morto Castro Mattos de congestão hepática, o jornal faz a seguinte sugestão:

“Pode-se supor, nesta época de recrutamentos misteriosos, que o jovem *desordeiro*, aliás *de aspecto decente* depois de morto, foi acaso uma dessas vítimas despojadas de sua liberdade e que opondo talvez resistência ao juramento exigido para o seu *forçado voluntariado militar*, houvesse provocado algum castigo de caracter... inflamatório e congestivo. Tudo isto, porém, carece de ser elucidado para que, nacionais e estrangeiros, possamos confiar na eficácia da lei e das autoridades, e na eficiência dos direitos e da liberdade individual”¹⁸³.

Os debates parlamentares sobre o assunto envolviam propostas de reformas do processo vigente de recrutamento forçadas, frequentemente baseadas no uso de modelos europeus, mas sempre terminavam sem solução. O caráter coercitivo do alistamento era visto como despótico, mas entendia-se que não havia outros recursos para atrair voluntários. Em 1874, por exemplo, foi aprovada uma lei (nº 2556) que impunha o sorteio como forma de recrutamento, algo que foi muito malvisto por muitos clientes, que agora tinham medo de não estarem mais protegidos pelos seus patrões. A nova lei

¹⁸⁰ “Armamentos militares”, *Gazeta de Notícias*, 30/06/1882; “Noticiário”, *O Paiz*, 11/11/1884; “Noticiários”, *O Paiz*, 23/11/1885; “Abuso Inqualificável”, *O Paiz*, 22/12/1885; “Diário das Câmaras”, *Gazeta de Notícias*, 15/05/1886; “Desastre”, *O Paiz*, 18/07/1886; “Câmara dos Deputados”, *O Paiz*, 13/06/1888.

¹⁸¹ “Diário das Câmaras”, *Gazeta de Notícias*, 25/03/1886; “Diário das Câmaras”, *Gazeta de Notícias*, 26/06/1883; “Diário das Câmaras”, *Gazeta de Notícias*, 23/07/1883.

¹⁸² “Mas então o que é isto?”, *O Paiz*, 26/11/1884.

¹⁸³ “*Post Scriptum*”, *O Paiz*, 26/11/1884.

nunca se efetivou, o alistamento forçado permaneceria *de facto* até 1910¹⁸⁴. Em 1882, por exemplo, podemos encontrar nas páginas da *Gazeta de Notícias* um debate sobre as condições do recrutamento no país:

“Essa verdadeira *caçada humana* tem servido entre nós somente de vehiculo para as vinganças particulares e desforços partidários... Felizmente essa *caçada* de animais ferozes já não é lei entre nós; já não se busca pelos sertões e já não se prende á corda e laços indivíduos designados para o elevado encargo de defensores da pátria. Temos porém a lei de 26 de setembro de 1874. Mas essa lei, como a antiga lei pratica, abusiva e reprovada, é lei morta, e nunca foi posta em pratica. Porque? Perguntarão. Por isso mesmo, respondemos; porque nunca foi posta em pratica”¹⁸⁵.

Vinicius Tadeu Vieira Campelo dos Santos, em artigo sobre o debate parlamentar em torno da lei de alistamento, ocorrida no ano de 1874, argumenta que o recrutamento forçado foi pensado para atingir um grupo social de pessoas consideradas “vadios”, “desonrados”, “criminosos” e “ociosos”, por não terem trabalhos fixos, algo comum entre trabalhadores livres do Brasil escravista¹⁸⁶. Santos distingue os grupos de interesse envolvidos na questão, pensando agora nos militares, agentes administrativos e na população cada um com seus próprios interesses. Segundo o autor, os militares desejavam conseguir os homens necessários para a defesa da nação, os agentes administrativos eram os funcionários que efetivavam o recrutamento buscando não ferir a rede do patronato e a população livre e pobre, por sua vez, que não se inseria nas relações de patronato, eram por fim alistados. De acordo com Santos, durante a Guerra do Paraguai, o alto oficialato do Exército decidiu mudar o alistamento, pois o sistema vigente não estava compatível com as suas necessidades¹⁸⁷.

Tanto liberais e conservadores tinham motivos para tentar mudar as leis de alistamento. Os primeiros viam a conscrição em tempos de paz como tirania e queriam que o recrutamento seguisse modelos europeus, supostamente mais civilizados. Os segundos viam o alistamento forçado como uma forma falha de integrar a nação e criar uma ideologia militar¹⁸⁸. O autor menciona até mesmo um deputado conservador, Theodoro Silva, que, ao defender um sistema de conscrição (proposta dos conservadores) no lugar de um de voluntários (defendido por liberais), disse que o alistamento era usado como forma de barganha política em períodos eleitorais, como

¹⁸⁴ KRAAY, Hendrik. *Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Imperial*. Diálogos, DHI/UEM, v. 3, n. 1, 1999, p. 115-116.

¹⁸⁵ “Armamentos militares”, *Gazeta de Notícias*, 30/06/1882.

¹⁸⁶ DOS SANTOS, Vinicius Tadeu Vieira Campelo. *O debate parlamentar (1868-1874) para elaboração da Lei do sorteio militar no Brasil Império*. Temporalidades, v. 12, n. 2, 2020, p. 447-448.

¹⁸⁷ *Idem*, p. 447-448.

¹⁸⁸ *Idem*, p. 459.

ameaça a homens sem uma rede de proteção social, pois eles fugiam para o interior com medo de serem recrutados. Segundo Santos, vários políticos da elite se beneficiavam do alistamento forçado e tentaram impedir que essa nova legislação fosse muito diferente do sistema vigente ao longo dos 7 anos em que a proposta de lei foi discutida. Apesar disso, o sistema foi substituído e o recrutamento por sorteio foi decidido, inspirado por um modelo francês. Mas, por causa do receio em afetar as relações de patronato, buscou-se mudar pouco da situação vigente do alistamento, o que garantiu que a lei não se efetivasse de fato¹⁸⁹.

Fábio Faria Mendes, por sua vez, escreveu um interessante artigo que mostra como a população do interior de Minas Gerais resistiu ao sorteio militar (algo que poderia explicar a não efetivação da lei), em protestos realizados em dezenas de localidades entre os anos de 1874-1877, onde até mesmo centenas de pessoas participaram, agredindo figuras de autoridade e destruindo documentos necessários para o processo¹⁹⁰. Isso nos ajuda a ilustrar como a população entendia seus direitos e resistia mudanças legislativas e burocráticas que eles entendiam como contrárias a seus interesses, como afirmado por José Murilo de Carvalho. Tudo isso meses após a promulgação da nova lei, 26 de setembro de 1874. Muitas das autoridades até concordavam com os protestantes, eventualmente até mesmo participando das ações. Outras viam a revolta como ignorância frente a uma reforma civilizatória e modernizadora. Era uma forma muito mais direta de resistência ao recrutamento. É preciso lembrar ainda de formas anteriores, que envolviam apelos legais, fugas, falsificação de documentos, entrada em conventos, aulas de letras ou até mesmo serviço na Guarda Nacional. Em último caso havia até mesmo automutilações. Em grande parte por causa desses “rasga-listas”, a lei nunca se tornou efetiva¹⁹¹. Mendes argumenta essa modernização do recrutamento era vista como uma ameaça aos direitos da população, por diminuir as possibilidades de barganha e proteção. Ou seja, a população livre se via à mercê de um Estado autoritário, frio e distante. Ironicamente, a coerção no alistamento era vista por alguns setores da sociedade como a alternativa que mais mantinha a ordem e as expectativas sociais, e o sorteio era uma ameaça à sua liberdade. Com as incertezas do sorteio, temia-se que não poderia haver a proteção do patronato, para não mencionar

¹⁸⁹ *Idem*, p. 459-470.

¹⁹⁰ MENDES, Fábio Faria. *A "Lei da Cumbuca": a Revolta Contra o Sorteio Militar*. Revista Estudos Históricos, v. 13, n. 24, 1999, p. 269.

¹⁹¹ MENDES, Fábio Faria. *A "Lei da Cumbuca": a Revolta Contra o Sorteio Militar*. Revista Estudos Históricos, v. 13, n. 24, 1999, p. 267-294.

a ausência de tradicionais isenções na nova lei, como a que previa a situação dos homens casados. Pode-se ver, através do contexto do recrutamento no século XIX, como a percepção de liberdade e cidadania dependiam de normas sociais e culturais, não apenas políticas¹⁹².

Importante lembrar que o alistamento era realizado não pelo próprio exército, mas por outras instituições, como a polícia. Dessa maneira, entender essa instituição é indispensável para discutir o caso de Castro Malta. Thomas Holloway, em seu livro *Polícia no Rio de Janeiro*, discute extensivamente sobre o comportamento das instituições policiais (a polícia e a Guarda Urbana) na cidade do Rio de Janeiro. Afinal, essas instituições eram responsáveis por recrutar pessoas e agiam em favor do Estado controlado pela elite, que estava frequentemente em oposição aos interesses da maior parte da população¹⁹³. O autor nota que, apesar de reformas nas instituições desde a década de 1870, a repressão aumentou na década de 1880 e as prisões sem julgamento também cresceram quando comparadas a meados do século¹⁹⁴. Segundo ele, havia ainda a hostilidade recíproca entre a população civil pobre e a polícia. A Polícia militar e a Guarda Urbana, por sua vez, eram temidas e questionadas pela população e também pela imprensa por sua atuação apontada como autoritária e arbitrária. Holloway chega a afirmar que confrontos entre a polícia e o público “constituíam regra” e que prisões tinham o objetivo de punir crimes sem vítima da ordem pública¹⁹⁵. Essas instituições agiam de acordo com os interesses da elite vigente e tratavam os grupos periféricos livres da mesma forma como lidavam com os escravizados, conforme os seus números decaíam com a crise do escravagismo e cada vez mais aumentava o número de libertos.

Importante lembrar que a Guarda Urbana foi criada durante a Guerra do Paraguai para compensar o fato de que muitos policiais do Rio de Janeiro foram para o conflito, mas ela só seria abolida em 1885¹⁹⁶. Segundo Holloway, os guardas urbanos eram reconhecidos por serem os mais brutais dos dois grupos, ou seja, mais do que a própria polícia. Suas atitudes brutais eram frequentemente motivadas por preconceitos raciais ou de classe, sendo comum que batessem em mendigos sem motivos ou que prendessem pessoas carregando pacotes caso julgassem que o indivíduo e seu pacote

¹⁹² *Idem*, p. 271-275.

¹⁹³ HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.

¹⁹⁴ *Idem*, p. 230-248.

¹⁹⁵ *Idem*, p. 218-221.

¹⁹⁶ *Idem*, p. 221.

“não condissessem”¹⁹⁷. Os escravizados, por sua vez, apesar de representar apenas 16,4% da população da cidade, equivaliam a 60% dos presos da Casa de Detenção¹⁹⁸. Teria sido essa brutal instituição, segundo esse autor, que teria prendido Castro Malta em novembro de 1884. O autor, no entanto, não discorre demoradamente sobre o caso, citando-o como apenas mais um (ainda que de maior repercussão) dos incidentes polêmicos que “mostram que as práticas policiais tinham mais a ver com a repressão e o uso arbitrário da autoridade do que com a regulamentação e proteção da sociedade”¹⁹⁹.

Sydney Chalhoub, em artigo sobre as liberdades e suas restrições para a maior parte da população do país devido à natureza escravagista da sociedade, principalmente em relação à população escravizada e forra, menciona como vadios e forros eram praticamente sinônimos de recrutas para o Exército ou Marinha, apesar de relatos “onipresentes” de resistência ao alistamento que era imposto a eles, com alguns até falsamente se declarando Guardas Nacionais, cidadãos ativos, e até mesmo escravos para escapar do alistamento para o Exército ou a Marinha²⁰⁰. Chalhoub afirma que a fronteira entre a liberdade e a escravidão era incerta, e isso era uma problemática estrutural do Brasil oitocentista, fazendo parte da manutenção das relações de dependência e da ideologia paternalista, o autor chama isso de uma “precariedade estrutural da liberdade”²⁰¹. Pensar a cidadania do Brasil oitocentista sem pensar na escravidão e na liberdade seria impossível, pois o escravismo era característica definidora do país nesse período.

Diante desse cenário de recrutamento, ações truculentas da polícia e da guarda urbana, da precariedade dos direitos civis da maior parte da população brasileira, não é surpresa que tantos tivessem se voltado para a imprensa como forma de discutir essas questões, afinal, como discutido anteriormente, ela era um local privilegiado para discutir essas questões, formar opiniões e intervir no mundo ao seu redor. O caso Castro Malta foi um exemplo disso, na sua cobertura, jornais como a *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* buscaram fazer justamente isso, não apenas descobrir o que tinha ocorrido com o indivíduo. Desse modo, é importantíssima fonte para pesquisadores, mas para além disso, pode ser pensada para a educação básica para ensinar sobre esses temas, esse

¹⁹⁷ *Idem*, p. 219-221.

¹⁹⁸ *Idem*, p. 213-233.

¹⁹⁹ *Idem*, p. 221.

²⁰⁰ CHALHOUB, Sidney. “*Costumes senhoriais - Escravidão ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império*”. In: *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora Unicamp, 2009, p. 34-37.

²⁰¹ *Idem*, p. 37.

período e até mesmo sobre o ofício do historiador. Em anexo, virá uma proposta de material paradidático que usa a cobertura do caso Malta para isso no contexto do Ensino Médio, buscando mostrar como a imprensa se colocou em lugar de investigadora em busca da verdade, como caracterizou Malta e que ideais propagava através de seu discurso.

Considerações Finais

Com o presente trabalho, busca-se pensar uma forma de desenvolver uma atividade didática usando o caso Castro Malta da década de 1880 no Rio de Janeiro. Isso pensando em temáticas relevantes para o entendimento desse evento, como a cidadania, o alistamento, a polícia e a imprensa referentes a esse recorte que faz parte da história do Brasil Império, assunto imprescindível para a educação. Não é possível pensar em uma proposta universal, então se faz necessário algo que possa ser remodelado, melhorado de acordo com as necessidades e limitações das realidades diversas do ensino de história na educação básica brasileira. Compreendeu-se a necessidade de pensar as fontes como instrumentos que requerem cautela a serem usados, não podendo ser mera forma de comprovação de informações. A imprensa não pode ser pensada como imparcial ou meramente informativa, mas sim um veículo que influencia o seu meio, e ao mesmo tempo, é um produto deste. Cada jornal, cada pessoa que participa dele é um agente social que mostra um caráter próprio nas suas notícias, não escapando de ideologia ou política, sendo assim um lugar privilegiado para estudar esses temas também. Grande foco foi atribuído á imprensa, importante veículo de informação, contato social e propagação de ideias no período monárquico, assim como instituições como a polícia e o exército, entendendo parte de sua atuação no que tange o tópico do recrutamento e sobre as formas que a cidadania era entendida. O caso Malta e o alistamento ajudam a pensar como era precária a liberdade e a cidadania durante o Brasil Império, ainda que isso não queira dizer que não havia afirmação e defesa de direitos civis. Os jornais *O Paiz* e a *Gazeta de Notícias* se mostraram ávidos defensores dos direitos civis, liberdades individuais, criticando instituições governamentais, e respectivamente de forma velada e aberta, atribuíram um caráter político à cobertura do caso Malta. O primeiro jornal se mostrou mais sutil e irônico, enquanto o segundo foi mais direto e incisivo em seus posicionamentos, contudo, ambos foram categóricos com suas conclusões. Pensando nisso, foram desenvolvidas atividades de forma respaldada em referenciais teóricos do ensino de história recentes, de forma que os alunos tenham papel ativo e crítico em seu aprendizado e que desenvolvam habilidades essenciais para a sua vida em sociedade.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Vivian Fernandes Carvalho de. *A Construção do Conhecimento Histórico e a Utilização de Documentos em Sala de Aula*. In: ALMEIDA, Vivian Fernandes Carvalho de, FONSECA, Ricardo Lopes. *Fundamentos Epistemológicos do Ensino de História e Geografia*. Maringá-PR.: UniCesumar, 2014.

ALVES, Francisco das Neves. *O ensino da história por meio dos jornais antigos: as imagens acerca dos atores político-partidários à época imperial*. 2012.

ANDRADE, Paulo R. 'Só se houve falar em guerra, necessidade de soldados, de ordens apertadas': o recrutamento e a designação de trabalhadores livres na província de São Paulo durante a Guerra do Paraguai. São Paulo: Revista Hydra, v. 2, 2017, p. 184-208.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, pp. 39-46.

BALABAN, Marcelo. *O poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BATALHA, C. H. M. *Qual futuro para a história social?* Trashumante. Revista Americana De História Social, (20), 2022, p. 1-6.

BITTENCOURT, Circe Maria F. (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Zahar, 2002.

BONFIM, Julianna de Souza Cardoso. *Mattos, Malta ou Matta? O romance policial pioneiro de Aluísio Azevedo*. Convergência Lusíada, v. 33, n. 47, 2022, p. 65-88.

CAIMI, Flávia Eloisa. *Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar?* Anos 90, v. 15, n. 28, 2008, p. 129-150.

CHALHOUB, Sidney. "Costumes senhoriais - Escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império". In: *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)*. História Social, n. 19, p. 33-62, 2010.

CHALHOUB, Sydney, SILVA, F. T. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), v. 14, 2009.

CRUZ, H. de F., PEIXOTO, M. do R. da C. Na Oficina do Historiador: Conversas Sobre História e Imprensa. In: Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 35(2), 2009.

CURTY, Mellina de Fátima Neres de Souza. *Quintino Bocaiúva: da dramaturgia e jornalismo às práticas políticas (1870-1912)*. 2020.

DAS NEVES GOMES, Luiza. *A Marinha brasileira no pós-guerra do Paraguai—uma análise a partir da imprensa militar*. Navigator, v. 9, n. 18, p. 35-42, 2013.

DE CARVALHO, José Murilo. *Cidadania: tipos e percursos*. Revista Estudos Históricos, v. 9, n. 18, p. 337-360, 1996.

DE CARVALHO, Marieta Pinheiro; ZAMPA, Vivian Cristina da Silva. *O Arquivo Nacional na “Sala de Aula”: fontes históricas na construção do conhecimento*. Revista História Hoje, v. 6, nº 12, 2017, p.35-54.

DE LUCA, Heloisa Helena Paiva. *Balas de Estalo de Machado de Assis*. São Paulo: Annablume, 1998.

DOS SANTOS, Rodrigo Luís. *Ensino de História e a Imprensa: Diálogos Possíveis para o Uso de Jornais Impressos na Reflexão Sócio-histórica e Cultural em Sala de Aula*. Revista Urutáguá— Revista Acadêmica Multidisciplinar. Universidade Estadual de Maringá (UEM). N. 38, 2018.

DOS SANTOS, Vinicius Tadeu Vieira Campelo. *O debate parlamentar (1868-1874) para elaboração da Lei do sorteio militar no Brasil Império*. Temporalidades, v. 12, n. 2, 2020, p. 446-470.

FARIA, Maria Alice. *Como usar o jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2009.

GUIMARÃES, Selva; SILVA, Marcos. *Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. 13ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papirus, 2012.

HACHMANN, Juliana. *Imprensa64.pro.br –Uma Proposta de Investigação Histórica Escolar Sobre o Golpe de Estado de 1964 por Meio da Imprensa*. Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), 2016.

HOBBSAWM, Eric. *Da história social à história da sociedade*. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.

JANELA para a História. Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2014. Disponível em: <http://janelaparaahistoria.unespar.edu.br/>. Acesso em: 04/03/2024.

JUNIOR, Atílio Bergamini; TATIM, Janaína. *Machado de Assis no Tabuleiro das “Balas de Estalo”*. Organon, v. 28, n. 55, 2013.

JÚNIOR, Paulo Alves Pereira. *A cobertura do caso Castro Malta pelo jornal O Paiz e a difusão do ideário republicano no Segundo Império*. Revista Eletrônica Discente História. com, v. 4, n. 7, p. 20-34, 2017.

KRAAY, Hendrik. *Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Imperial*. Diálogos, DHI/UEM, v. 3, n. 1, 1999, p. 113-151.

LE GOFF, Jacques. *A história Nova*. 2005.

MENDES, Fábio Faria. *A "Lei da Cumbuca": a Revolta Contra o Sorteio Militar*. Revista Estudos Históricos, v. 13, n. 24, 1999, p. 267-294.

MOURA, Antonio Guanacuy Almeida. *Imprensa, Pesquisa e Ensino de História: Impressos Digitalizados da Hemeroteca Digital para Estudar a Balaiada na Sala de Aula*. Veredas da História, v. 15, n. 1, 2022.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *"Sou escravo de oficiais da Marinha": a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910)*. Revista Brasileira de História, v. 36, p. 151-172, 2016.

PEREIRA MARCILIO, D. A. *Ensino de História com o Uso de Jornais: Abordagens para uma Educação Patrimonial Emancipadora*. Revista Espacialidades, [S. l.], v. 18, n. 2, 2022, p. 437-454.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. *O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula*. Revista Anos 90, Porto Alegre, v.15, n.28, p.113-128, dez. 2008.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 2006.

READING Like a Historian. Palo Alto: Universidade de Stanford, 2006. Disponível em: <https://inquirygroup.org/history-lessons?page=2#main-content> Acesso em: 04/03/2024.

VERONA, Priscilla. *O Uso de Jornais do Século XIX na Sala de Aula: uma Fonte Histórica para Entender o Brasil Império*. Revista Brasileira de Educação Básica, 2018. Disponível em: <https://rbeducacaobasica.com.br/2018/04/01/o-uso-de-jornais-do-seculo-xix-na-sala-de-aula-uma-fonte-historica-para-entender-o-brasil-imperio/> Acesso em: 25/09/2024.

XAVIER, Érica da Silva. *O uso das fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico: a canção como mediador*. Antíteses, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 1097-1112, 2011. DOI: 10.5433/1984-3356.2010v3n6p1097

ANEXO - MATERIAL DIDÁTICO: CIDADANIA POR UM FIO

CIDADANIA POR UM FIO:

O Caso Castro Malta (1884-1885) das páginas de jornais para as salas de aula



HEITOR MOREIRA CAMPOS

APRESENTAÇÃO AO PROFESSOR

Este trabalho foi elaborado no ano de 2024 como parte do trabalho de conclusão do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia. A intenção deste trabalho era propor um material paradidático para ser aplicado na educação básica, em especial nos 2º e 3º anos do Ensino Médio, através da leitura crítica da imprensa oitocentista. Para tanto, textos jornalísticos serão utilizados como fontes históricas e serão essenciais para o desenvolvimento das atividades a serem realizadas em salas de aula. O intuito é desenvolver habilidades como leitura crítica de jornais, tratar os jornais como fontes históricas e entender os usos possíveis desse material pelos historiadores.

Vale destacar como o uso de fontes no ensino de história se encaixa nas competências que estão previstas na BNCC para o Ensino Médio na área de Ciências Humanas e Sociais, como a 1ª: “Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles”. Destacamos ainda a 6ª Competência: “Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade”.

É importante mencionar também algumas das habilidades específicas referentes a cada competência e que são relevantes para esse trabalho com fontes. Na 1ª, podemos citar as habilidades: EM13CHS10 - “Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais”; A EM13CHS103 - “Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.)”; a habilidade EM13CHS106, que prevê “utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e de diferentes gêneros textuais e as tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva”. Na 6ª, destaco a seguinte:

EM13CHS602 - “Identificar, caracterizar e relacionar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da cidadania.

O uso de fontes em salas de aula traz boas oportunidades de ensino e aprendizagem para a escola, entre elas, o fato de as fontes aproximarem os alunos do trabalho do historiador. O papel do professor nesse caso é de mediador entre os alunos e o objeto de estudo, não apenas um transmissor de conhecimento. Isso porque ele transforma as fontes históricas em ferramentas, o ponto de partida do debate. Esse uso permite que os alunos compreendam novos conceitos, significados e participem de uma nova dinâmica para sua aula que envolva uma interação com as fontes. Dito isso, faz-se necessário que elas não sejam usadas de forma ilustrativa pelo educador, pois isso impediria a criação de um raciocínio que conectasse o passado ao presente, evidenciando a historicidade que esses objetos possuem. Podem ainda contribuir para o desenvolvimento intelectual dos alunos ao tornar o aprendizado mais concreto, superando barreiras de atualização do conhecimento, ao mesmo tempo em que demandam sensibilidade por parte do professor para lidar com os documentos.

A característica principal do material é propor estratégias didáticas para o uso de fontes primárias como a imprensa em sala de aula, visando guiar e ajudar professores e alunos a desenvolverem a criticidade na leitura de textos jornalísticos nos estudos de história. Através da cobertura do Caso Castro Malta (1884-1885), homem que foi preso em novembro de 1884 sob a justificativa de ser vagabundo e perturbador da ordem pública, e que veio a falecer dias depois na Casa de Detenção sob custódia da polícia, em periódicos cariocas, pretendemos levar para a sala de aula o debate de temas como a cidadania, o alistamento e a violência policial no século XIX com turmas dos segundo e terceiro anos do Ensino Médio. Esse tema foi escolhido por conta dos debates relevantes levantados ao longo dessa cobertura jornalística, tais como cidadania, violência policial, racismo, recrutamento forçado para a Marinha Imperial, ressaltando aspectos da precariedade da liberdade da população negra e pobre no Rio de Janeiro, então capital do país.

O caso Castro Malta e a violência policial

O caso refere-se a uma investigação sobre o desaparecimento de um indivíduo na Corte imperial. No dia 16 de novembro de 1884, João Alves de Castro Malta foi preso pela guarda urbana do Rio de Janeiro, sob a justificativa de ser vagabundo e perturbador da ordem pública. Alguns dias depois, no dia

19 de novembro de 1884, foi noticiado que morrera um homem chamado “João Alves de Castro Mattos”, vítima de uma congestão hepática na Casa de Detenção. A similaridade de nomes, com a diferença apenas entre Malta e Mattos, foi logo notada pelo jornal *O Paiz*, que questionou a situação e sugeriu que ambos os homens poderiam ser a mesma pessoa. Pouco depois, a polícia explicou que errara o nome do indivíduo no certificado de óbito e que o falecido era, ao contrário do aparecera nos jornais, Castro Malta e que não havia nenhum Castro Mattos.

O tratamento dado àquele homem pela polícia foi controverso. Visto por alguns como inconstitucional, negligente e seletivo, o caso mobilizou grande discussão na imprensa, a ponto de provocar a necessidade de uma exumação do cadáver enterrado sob o nome de Malta. No dia 28 de novembro de 1884 era então feita a exumação para determinar a causa da morte daquele cidadão. Afinal, uma pessoa com congestão hepática dificilmente estaria causando desordem em público dias antes de sucumbir. E se estava tão doente, por que teria sido preso o homem e não levado a um hospital? Assim, uma exumação foi marcada para tentar compreender o que de fato havia ocorrido com o homem e seu cadáver (misteriosamente não identificado). Alguns jornais populares falaram sobre o caso logo nos primeiros dias de suspeita, começando no dia 26/11/1884.

Através de procedimentos judiciais e pedidos da imprensa, novas investigações, entre elas duas exumações do corpo, aberturas de covas, uma em 28 de novembro de 1884 e outra em 23 de dezembro de 1884, foram sendo realizadas. A primeira abertura de cova, onde supostamente estava enterrado o corpo de Castro Malta, foi justificada sob o pretexto de que as informações disponibilizadas sobre a morte dele eram contraditórias. Já a segunda foi feita para averiguar a identidade do cadáver exumado em 28 de novembro de 1884, já que nem os médicos nem os parentes do suposto desaparecido reconheceram o cadáver em putrefação na cova aberta. Ali fora reconhecido apenas como sendo um homem duas décadas mais velho do que deveria ser, com outra causa de morte, uma pleurisia supurada. Após essas medidas, formalmente foi determinado que, de fato, o cadáver encontrado enterrado era o de Malta. Embora esse parecer final tenha sido dado pelos doutores Cândido Barata Ribeiro, Oscar Adolpho de Bulhões Ribeiro e J. Borges Ribeiro da Costa, aquilo que era para ser a solução do caso, continuava, na verdade, no centro de uma grande controversa. Ao longo de meses em que houve as exumações, foram publicadas muitas discussões sobre o caso na imprensa, mas, ao final, nada conclusivo foi descoberto ou aceito pelos jornais de forma unânime. O caso foi declarado finalizado pela polícia, que o caracterizou como um “homicídio invo-

luntário e insolúvel” pela Academia Imperial de Medicina, então responsável pelas exumações e autópsias. E, assim, as investigações acabaram. Ninguém foi realmente punido, mas segundo a *Gazeta de Notícias*, Tito de Mattos e 3 subdelegados pediram demissão para evitar responsabilidades.

Esse caso chamou a atenção de milhares de pessoas no Rio de Janeiro. Muitas delas tiveram um grande interesse por ler e descobrir os detalhes e motivos do desaparecimento de Castro Malta. Em acirrado debate publicado nos grandes jornais da cidade, a população carioca parecia ansiosa por saber o verdadeiro desfecho da história. Em meio a essa repercussão, questões sobre o tratamento dado a Malta e os destinos dados ao seu cadáver estiveram no centro dos embates. De alguma forma, um homem supostamente doente fora preso por perturbar a ordem pública e morrera enquanto estava sob os cuidados da polícia. A situação parecia misteriosa, cheia de contradições e explicações que não satisfaziam nem aos familiares da vítima, nem aos jornais. O caso ficou nos jornais por cerca de 2 meses, de novembro de 1884 até janeiro de 1885. As suspeitas levantadas pelos jornais foram diversas, mas muitas delas giravam em torno de questões referentes aos direitos civis da população brasileira.

Os periódicos eram a principal forma de expressão e debate de ideias na sociedade imperial. Ademais, faziam parte de um projeto iluminista de educar e civilizar o leitor, e foram percebidos como influenciadores de costumes e da moral pública através de discussões sociais e políticas. A imprensa alcançou uma legitimidade enquanto um discurso autorizado para propagar valores, hábitos, pressupostos e bases para a construção de um Estado-nação idealizado pelas elites política e intelectual, sendo moldada pelas diversas tensões e dinâmicas entre os atores sociais daquele contexto histórico. Dessa forma, a imprensa pode ser considerada imprescindível para acompanhar e compreender um tema como a cidadania nesse contexto, visto que era um instrumento da formação de tal ideal, não apenas um meio difusor de informações.

O caso Castro Malta é um exemplo do poder da imprensa de criar um fato: *O Paiz*, com sua cobertura, criou o mistério em torno dessa figura e conseguiu fazer com que isso se repercutisse por toda a Corte, a ponto de causar a demissão do chefe de polícia, Tito de Mattos, e fazer com que essa instituição tivesse que se esclarecer para o Ministério da Justiça. Isso não significa que a “criação do fato” foi um mero esforço de um jovem jornal para ganhar leitores, mas a forma que a cobertura foi conduzida ajuda a entendermos a época e as discussões que surgiram com o caso estavam ligadas aos valores que homens da imprensa do período queriam solidificar na sociedade.

Discutir isso em salas de aula seria uma excelente oportunidade não só de abordar os temas de cidadania, direitos civis e o caso Malta, mas também de

discutir a própria imprensa e pensar em como analisar e questionar seus discursos criticamente, habilidade importante para que qualquer estudante desenvolva.

Cidadania no império brasileiro

A cidadania no século XIX brasileiro é um tema complexo, que não se restringe somente à participação política através do voto. A escravidão, o patriarcado e o latifúndio não negam a existência da cidadania, mas adicionam complexidade no momento de discutir esse conceito no Brasil imperial. Revoltas contra reformas atualmente entendidas como significativas para a ampliação dos direitos civis podiam ser vistas diferentemente durante o Império por trazerem mudanças indesejadas que traziam insegurança através da interferência governamental na vida privada de forma forçada. Isso não significa que não havia participação cidadã no Brasil Império, mas sim que ela deve ser investigada a partir de meios diferentes do que se veria em outros países. Para além do voto, o serviço militar, o júri, o recenseamento e o registro civil foram as principais formas de contato entre a população civil e o Estado.

Exemplo disso é a questão que envolve o alistamento no século XIX. Seria ele a imposição de um modelo de cidadania vista como um ataque ao indivíduo, que seria sujeito a tratamentos comparados com a escravidão? Assim o entendiam muitas pessoas no Brasil imperial. Ser recrutado era entendido como uma infração à liberdade de ir e vir e uma imposição frequentemente associada com o castigo físico, punição de forma geral aplicada a escravos. E a recusa desse modelo era vista como uma forma legítima de defesa dos direitos dos cidadãos. Apesar de o alistamento forçado ser fruto de uma delicada disputa social e interesses do governo e de setores da elite política e econômica, ele ainda era um medo presente no período que, por vezes, ecoava na imprensa.

Os homens que eram alistados eram pobres, principalmente os que não eram brancos, frequentemente taxados como “vadios” ou “desordeiros” pelas autoridades e frequentemente eram indivíduos que não tinham patrões influentes o suficiente para defendê-los, ou sequer tinham um. Não podiam se defender perante a lei, ou seja, não tinham formas de exercer plenamente a sua cidadania. Alguns de fato não tinham trabalho, outros eram criminosos, grandes ou pequenos, outros eram trabalhadores. Libertos que deixavam de obedecer a seus antigos senhores podiam muito bem se tornar vulneráveis a isso, para não mencionar clientes que tivessem desentendimentos com patrões, resultando no fim da sua proteção. Havia ainda a hostilidade recíproca entre a população civil pobre e a polícia, que era temida pela população e também pela imprensa por sua atuação apontada como autoritária e arbitrária.

O material que você tem em mãos

O material proposto foi pensado para ser acompanhada de no mínimo duas aulas, com turmas do Ensino Médio, para os 2º e 3º anos, já que é a partir dessas turmas que se pode falar sobre o Brasil Império, período de origem das fontes escolhidas. A atividade está prevista no Conteúdo Básico Comum (CBC) de História, eixo temático 2: “Cultura e Política na Construção do Estado Nacional Brasileiro (1822-1930)”, tema 1: “Embates Políticos e Culturais no Processo de Construção e Afirmação do Estado Nacional”, tópico 6: “Estrutura constitucional, agrupamentos políticos, forças sociais e simbologia do poder”, habilidade 6.5: “Analisar fontes (jornais e revistas da época) que expressam as sátiras ao poder: o Império em caricaturas”. Faz-se necessário, antes das atividades propostas, fazer uma contextualização histórica para situar os alunos temporalmente e apresentar os temas tratados, para que os alunos não se sintam perdidos. E nesse primeiro momento pensar também em dinâmicas que discutam a imprensa como uma fonte histórica. A possibilidade escolhida para isso é de uma aula expositiva dialogada. A imprensa, o alistamento, o caso Castro Malta e a cidadania não são temas que geralmente recebem muita atenção em aulas sobre a história nacional (se é que recebem qualquer atenção) então as atividades não podem ser o primeiro contato dos alunos com essa discussão. Ademais, essa aula deve também discutir o papel da imprensa nessas discussões, assim como a forma que o historiador deve usar fontes primárias, principalmente jornais. Essa última parte da aula pode ser pensada como uma oficina em horário alternativo, ou em atividade interdisciplinar, com outros professores, o de Redação, Língua Portuguesa, por exemplo, já que pode haver uma limitação de tempo em aulas de História e há ampla oportunidade de interdisciplinaridade com esse tema. Sugere-se que após uma primeira aula onde se contextualize os temas tratados, o material seja disponibilizado atividade por atividade a cada semana, dando amplo tempo para os alunos, fazendo com que o processo todo seja desenvolvido ao longo de um longo tempo, estimando-se 10 semanas para a sua conclusão (1 atividade por semana) com uma aula ao final para discutir o material e pensar o desempenho dos alunos em uma roda de conversa.

Os materiais com os textos e as questões podem ser impressos pelo/a professor/a previamente e distribuídos ou podem ser disponibilizados para os alunos através de links enviados e-mails, mensagens de Whatsapp para serem respondidas em casa ou em uma sala de informática caso possível. As atividades podem também ser adaptadas conforme a necessidade para serem projetadas através de um Datashow, ou mesmo de plataformas de ensino como o Moodle. São possibilidades diversas. Claro, a forma de avaliação seria através da realiza-

ção dessas tarefas. O material foi pensado para ser flexível, uma vez que nem todas as atividades precisam ser realizadas por todos os alunos. É possível até mesmo que a turma se divida em grupos com um ou mais módulos cada um. Isso porque são inúmeras as realidades escolares existentes e seria impossível fazer um material universal que se adequasse a todas as condições. Quanto tempo cada professor pode ter para aplicar as atividades ou tratar dessas discussões com sua turma, o engajamento dos alunos, o tempo que eles podem precisar para pensar e responder, a disponibilidade dos professores de quanto material imprimir, a possibilidade de atividades extraclasse, interdisciplinares, quantos alunos têm na sala, entre outras. Essas são apenas algumas das variáveis que podem resultar na necessidade de reajustar e repensar as atividades para se adequar à realidade em que os discentes se encontram.

A primeira atividade a ser desenvolvida foi a que pensa a diagramação e materialidade do jornal. A primeira página d'*O Paiz* do dia 28/11/1884 e a primeira da *Gazeta de Notícias* da mesma data foram escolhidas como modelos para que os alunos identificassem alguns aspectos relevantes para pensarem o periódico, como o redator, a data, local, edição, o nome, os títulos das matérias e o que está sendo noticiado na primeira página podem ser informações relevantes para compreender que tipo de perfil está sendo construído. Ademais, ajuda a familiarizar os estudantes com o objeto de estudo, tornando o tema menos abstrato. Ao analisar como cada jornal compõe sua respectiva página, os alunos poderão perceber como cada um tem uma organização própria, destacar o que cada um considerou relevante para sua primeira página do dia e refletir a partir disso. Como destacado no capítulo anterior, esses dois periódicos tinham perfis muito diferentes e, portanto, usar ambos lado a lado na mesma atividade vai evidenciar seu contraste.

As questões foram pensadas a partir das discussões com as referências sobre educação no início do texto. São perguntas abertas, referentes às temáticas discutidas, que exigem argumentação, para além de respostas curtas de sim ou não. Para respondê-las, os alunos devem ler os trechos de matérias dos jornais referenciados em cada atividade (estão disponíveis na Hemeroteca Digital), interpretar os textos, organizar suas ideias e então elaborar suas respostas. Há também informações como os títulos das colunas e o número das páginas das matérias, que podem trazer informações relevantes para os alunos a interpretar os documentos. Dessa forma, os estudantes poderão não somente usar os textos como forma de consulta, buscando informações soltas. Assim, espera-se que as fontes sejam devidamente criticadas, comparadas e não meramente usadas como reflexo do real. É preciso que se destaque a forma como jornais vão construindo o fato político a partir do fato jornalístico.

As atividades em anexo foram produzidas a partir de matérias de jornal da época, publicadas no jornal *O Paiz* e na *Gazeta de Notícias*. As primeiras quatro atividades utilizam textos d'*O Paiz*. Com A (anexo A) busca-se questionar a forma como este jornal enxergava o papel da imprensa e o caso Malta, além de entender como o veículo tentou criar simpatia pelo homem desaparecido pela forma como o descreve. A atividade B (anexo B) traz um texto mencionando o assassinato de um jornalista, Apulcho de Castro, de forma a criar paralelos entre os casos, evidenciando um precedente de violência contra civis por instituições que, segundo eles, não se submetem à Justiça.

A atividade C (anexo C), por sua vez, ajuda a entender a percepção desse jornal sobre temas como cidadania, direitos civis e deveres das autoridades, além de incentivar os alunos a expressarem o que eles pensam em relação a esses tópicos. A atividade D (anexo D) traz um texto sobre o alistamento, também retirado d'*O Paiz*, escrito de forma irônica para esconder sua crítica ao recrutamento. Os alunos são incentivados a ver esse repúdio velado do jornal e identificarem a perspectiva do periódico sobre esse sistema.

A partir da atividade E (anexo E), temos matérias da *Gazeta de Notícias*, e na primeira referência a este jornal, evidencia-se como este jornal relaciona o caso Malta com uma discussão sobre a escravidão e a monarquia. O objetivo aqui é entender como a cobertura do caso foi usada para comentar assuntos inerentemente políticos do Brasil Império e também ajudar a compreender as perspectivas sobre essas questões que o jornal tinha e queria reproduzir. Já a atividade F (anexo F) mostra como houve um interesse do público leitor pelo caso Malta, evidenciando como o periódico comparava o Brasil ao estrangeiro e comparar como dois jornais (a *Gazeta* e o *Jornal do Commercio*) fizeram de formas diferentes a cobertura da exumação da cova 143, assim evidenciando como perspectivas diferentes podem mudar o relato de um fato, de forma que explique a impossibilidade de neutralidade na imprensa.

A atividade G (anexo G) questiona novamente o discurso de ausência de interesses políticos da imprensa, dessa vez de uma forma mais direta, buscando evidenciar os posicionamentos políticos da *Gazeta de Notícias* ao falar do caso Malta. A atividade H (anexo H) utiliza a mesma matéria da atividade anterior (sem menção a Malta nesses trechos, mas ainda relevantes) e busca mostrar novamente a perspectiva da *Gazeta* em assuntos políticos como a escravatura, a posição do Imperador e a visão de sociedade que eles têm e/ou buscam construir no seu público.

Depois das questões argumentativas, a última atividade, I, tem um caráter mais pessoal e opinativo, menos dependente da interpretação de texto. Primeiramente, pergunta-se aos alunos suas próprias conclusões sobre o caso

Malta. Após ler tanto sobre o mesmo e ter pensado sobre como e por que a imprensa o retratou, os estudantes devem ser estimulados a pensar e não aceitaras notícias como fatos transparentes, espelhos do real, mas como algo que pode influenciar suas perspectivas. Incentiva-se os alunos a pensarem sobre o destino do corpo, os resultados das exumações, a prisão de Malta, os papéis das instituições envolvidas. Tudo isso tem seu lugar nesse momento. Claro, as respostas devem ser justificadas e sustentadas com base de informações encontradas nas atividades anteriores. Depois, pergunta-se se as atividades possibilitaram que eles aprendessem sobre o período do Brasil Império. A terceira pergunta, na verdade, sugere a reescrita de uma das notícias lidas nas atividades anteriores, claro, no formato de um texto jornalístico. Aqui os alunos devem tentar reproduzir a linguagem da imprensa, buscando compreender a lógica da confecção desses textos. Eles poderão escrever sobre o caso atentando-se aos fatos que têm acesso e podendo retratar o caso a partir de sua própria perspectiva. Por último, pergunta-se a sua opinião sobre o próprio material, como forma de feedback.

Todos os jornais utilizados na atividade estão disponíveis na Hemeroteca Digital, site fundamental para pesquisas históricas que usam a imprensa. Ao se deparar com a primeira página do *site*, basta selecionar um jornal, um recorte de tempo e colocar palavras-chave entre aspas para usar o sistema de buscas:

bn digital Brasil

Busca rápida no acervo digital

BUSCA AVANÇADA NO ACERVO DIGITAL BUSCA AVANÇADA NA HEMEROTECA

ARTIGOS DOSSIÊS EXPOSIÇÕES ACERVO DIGITAL **HEMEROTECA DIGITAL** SOBRE A BNDIGITAL

Página inicial > HEMEROTECA DIGITAL

HEMEROTECA DIGITAL

Pesquise os periódicos no acervo da Hemeroteca.
Aqui você busca por palavras-chave nos conteúdos dos periódicos. Se estiver buscando outro tipo de publicação, encontre no Acervo Digital.

Período Período Local

Período
Seleção...

Período

Pesquisar (Para uma frase exata, coloque as palavras entre aspas. Ex.: "mundo verde").

Pesquisar

ARTIGOS
Veja todos disponíveis

TÍTULOS
Veja todos disponíveis

Página inicial da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 25/10/2024.

A seguir, seguem informações relevantes para o/a professor/a em relação aos dois jornais usados nesse material, assim como referências para aprofundamento nos temas discutidos nas atividades que foram mencionados na apresentação:

INFORMAÇÃO DE APOIO

O Paiz foi fundado em outubro de 1884, e se apresentava como neutro e imparcial, ao mesmo tempo em que apresentava “feições republicanas”. Haviam frequentes elogios à eleição de parlamentares apoiadores da causa republicana, as censuras ao Império no que se refere à escravidão, e a divulgação de jornais abertamente republicanos como *A Província de São Paulo* [1]. Questionavam a escravidão por atrasar o desenvolvimento econômico do Brasil, mas também tinham um discurso que afirmava que a liberdade era o direito fundamental e inalienável dos seres humanos. Defendia veementemente os direitos políticos e civis dos cidadãos como fundamentos dos princípios liberais[2].

[1] PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 2006, p. 93-98.

[2] Idem, p. 138-139.

INFORMAÇÃO DE APOIO

A Gazeta de Notícias foi fundada em 1875 pelo republicano e abolicionista Ferreira Araújo, já estava consolidada na imprensa nacional e se afirmava apartidária, tomava um tom leve, humorístico, que almejava ter um público grande e variado, discutindo assuntos públicos e problemas cotidianos. Os posicionamentos políticos e sociais assumidos pela *Gazeta* também chamam atenção, já que o jornal assumiu pautas sobre cidadania e direitos civis[1]. Era também popular e barato (custando apenas 40 réis, algo que iria influenciar outros jornais, como *O Paiz*), buscando atingir um público variado. Contava com renomados autores como Machado de Assis como colaborador, era financiador e divulgador da literatura. Escritores abolicionistas como José do Patrocínio e Ferreira de Menezes participavam da redação do jornal. Sua diagramação era considerada “moderna” e era um dos três maiores jornais do Rio de Janeiro da época, junto ao *Jornal do Commercio* e *O Paiz*[2].

[1] BENTO, Elias Ferreira. O imperador em folhetins: a monarquia brasileira e D. Pedro II nos rodapés da *Gazeta de Notícias* (1879-1882). 2021, p. 30-31.

[2] RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: política e humor nas crônicas de Machado de Assis: 1883-1886*. Editora Unicamp, 2016.

Para saber mais

ANDRADE, Paulo R. 'Só se houve falar em guerra, necessidade de soldados, de ordens apertadas': o recrutamento e a designação de trabalhadores livres na província de São Paulo durante a Guerra do Paraguai. São Paulo: Revista Hydra, v. 2, 2017, p. 184-208.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 39-46.

BONFIM, Julianna de Souza Cardoso. Mattos, Malta ou Matta? O romance policial pioneiro de Aluísio Azevedo. *Convergência Lusíada*, v. 33, n. 47, p. 65-88, 2022.

CHALHOUB, Sidney. "Costumes senhoriais - Escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império". In: *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

GOMES, Luiza das Neves. A Marinha brasileira no pós-guerra do Paraguai—uma análise a partir da imprensa militar. *Navigator*, v. 9, n. 18, p. 35-42, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. *Revista Estudos Históricos*, v. 9, n. 18, p. 337-360, 1996.

SANTOS, Vinicius Tadeu Vieira Campelo dos. O debate parlamentar (1868-1874) para elaboração da Lei do sorteio militar no Brasil Império. *Temporalidades*, v. 12, n. 2, 2020, p. 446-470.

HOLLOWAY, Thomas H. Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.

PEREIRA JÚNIOR, Paulo Alves. A cobertura do caso Castro Malta pelo jornal *O Paiz* e a difusão do ideário republicano no Segundo Império. *Revista Eletrônica Discente História. com*, v. 4, n. 7, p. 31, 2017.

MENDES, Fábio Faria. A "Lei da Cumbuca": a Revolta Contra o Sorteio Militar. *Revista Estudos Históricos*, v. 13, n. 24, 1999, p. 267-294.

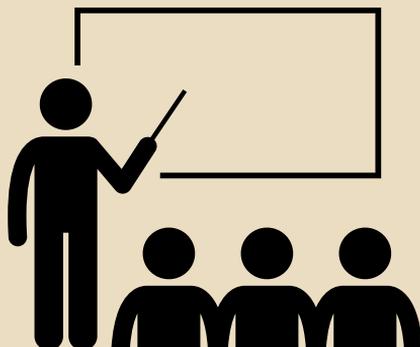
NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. "Sou escravo de oficiais da Marinha": a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). *Revista Brasileira de História*, v. 36, p. 151-172, 2016.

KRAAY, Hendrik. Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Imperial. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 3, n. 1, 1999, p. 113-151.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 2006.

Sumário

Aula Expositiva	14
A imprensa como fonte	15
Atividade A - “Aclare-se o Mistério”	19
Atividade B - “Tópicos do Dia”	22
Atividade C - “Morto, sim; desaparecido, não”	25
Atividade D - Alistamento	28
Atividade E - “Lei de Lynch”	31
Atividade F - “Notas à margem”	33
Atividade G - “Cousas políticas” Parte 1	35
Atividade H - “Cousas políticas” Parte 2	37
Você como jornalista	40
Conclusão	41



AULA EXPOSITIVA

A aula deve passar pelos seguintes momentos:

- Uso de fontes primárias pelo historiador;
- A imprensa como fonte histórica;
- Contextualização histórica;
- A imprensa carioca da década de 1880 (foco em *O Paiz* e a *Gazeta de Notícias*);
- Cidadania no Brasil Império;
- Recrutamento;
- O caso Castro Malta.

TRINCAR 11.000 CAMPANAS

REVIDENDO

Quando se trata de uma coisa desta natureza, devemos lembrar-nos que a imprensa é o órgão da opinião pública...

O PAIZ

Rio, 29 de Novembro de 1884.

Atenção a maioria

Temos que lembrar ao Sr. Deputado Sr. Deodoro, de que a maioria da Câmara dos Deputados...

representação de 16 de Maio; porem, os prazos foram todos mal cumpridos...

REVIDENDO

Quando se trata de uma coisa desta natureza, devemos lembrar-nos que a imprensa é o órgão da opinião pública...

O PAIZ

Rio, 29 de Novembro de 1884.

Atenção a maioria

Temos que lembrar ao Sr. Deputado Sr. Deodoro, de que a maioria da Câmara dos Deputados...

este devesse a obra de um successor de elle, e para isso, a imprensa...

REVIDENDO

Quando se trata de uma coisa desta natureza, devemos lembrar-nos que a imprensa é o órgão da opinião pública...

O PAIZ

Rio, 29 de Novembro de 1884.

Atenção a maioria

Temos que lembrar ao Sr. Deputado Sr. Deodoro, de que a maioria da Câmara dos Deputados...

esta proposta pertencendo ao Sr. Deodoro, e para isso, a imprensa...

REVIDENDO

Quando se trata de uma coisa desta natureza, devemos lembrar-nos que a imprensa é o órgão da opinião pública...

O PAIZ

Rio, 29 de Novembro de 1884.

Atenção a maioria

Temos que lembrar ao Sr. Deputado Sr. Deodoro, de que a maioria da Câmara dos Deputados...

hospital maritimo do Sr. Deodoro, e para isso, a imprensa...

REVIDENDO

Quando se trata de uma coisa desta natureza, devemos lembrar-nos que a imprensa é o órgão da opinião pública...

O PAIZ

Rio, 29 de Novembro de 1884.

Atenção a maioria

Temos que lembrar ao Sr. Deputado Sr. Deodoro, de que a maioria da Câmara dos Deputados...

Segunda Intendencia, que trata de...

REVIDENDO

Quando se trata de uma coisa desta natureza, devemos lembrar-nos que a imprensa é o órgão da opinião pública...

O PAIZ

Rio, 29 de Novembro de 1884.

Atenção a maioria

Temos que lembrar ao Sr. Deputado Sr. Deodoro, de que a maioria da Câmara dos Deputados...

NOTICARIO

Atenas, 28 de Novembro. - O Sr. Deodoro, de que a maioria da Câmara dos Deputados...

NOTICARIO

Atenas, 28 de Novembro. - O Sr. Deodoro, de que a maioria da Câmara dos Deputados...

NOTICARIO

Atenas, 28 de Novembro. - O Sr. Deodoro, de que a maioria da Câmara dos Deputados...

NOTICARIO

Atenas, 28 de Novembro. - O Sr. Deodoro, de que a maioria da Câmara dos Deputados...

NOTICARIO

Atenas, 28 de Novembro. - O Sr. Deodoro, de que a maioria da Câmara dos Deputados...

NOTICARIO

Atenas, 28 de Novembro. - O Sr. Deodoro, de que a maioria da Câmara dos Deputados...

TELEGRAMMAS

Atenas, 28 de Novembro. - O Sr. Deodoro, de que a maioria da Câmara dos Deputados...

TELEGRAMMAS

Atenas, 28 de Novembro. - O Sr. Deodoro, de que a maioria da Câmara dos Deputados...

TELEGRAMMAS

Atenas, 28 de Novembro. - O Sr. Deodoro, de que a maioria da Câmara dos Deputados...

TELEGRAMMAS

Atenas, 28 de Novembro. - O Sr. Deodoro, de que a maioria da Câmara dos Deputados...

TELEGRAMMAS

Atenas, 28 de Novembro. - O Sr. Deodoro, de que a maioria da Câmara dos Deputados...

TELEGRAMMAS

Atenas, 28 de Novembro. - O Sr. Deodoro, de que a maioria da Câmara dos Deputados...

TOPICOS DO DIA

Quando se trata de uma coisa desta natureza, devemos lembrar-nos que a imprensa é o órgão da opinião pública...

Reconhecendo a fonte histórica

1. O que você usa para se informar?
2. Você lê jornais? Cite 3 jornais de grande circulação existentes hoje em dia. Você considera que eles são diferentes entre si, politicamente, ideologicamente?
3. O que vê de diferente nesse jornal do século XIX em relação aos do século XXI? O que primeiro chama sua atenção?
4. Identifique a partir da página do jornal na página anterior o seu título, a data de publicação, o número da edição, o redator e o endereço da tipografia onde o jornal é feito.
5. Usando o zoom, identifique quais são as matérias que compõe as colunas dessa primeira página.
6. O que essas notícias podem nos dizer sobre o perfil desse periódico? Justifique sua resposta.

Reconhecendo a fonte história

1. Identifique a partir da página do jornal na página anterior o seu título, a data de publicação, o número da edição, o redator e o endereço da tipografia onde o jornal é feito.
2. Usando o zoom, identifique quais são as matérias que compõe as colunas dessa primeira página.
3. O que essas notícias podem nos dizer sobre o perfil desse periódico? Justifique sua resposta.
4. Esse jornal parece diferente do usado na atividade anterior?
5. A grafia das palavras está diferente da forma que usamos hoje em dia? Cite exemplos.
6. Há alguma matéria que chamou a sua atenção? Por que?

ATIVIDADE A - “ACLARE-SE O MISTÉRIO”

“... Essa enfermidade é mais grave ainda. E há quem se sirva da própria imprensa, que devera ser à protetora desvelada da liberdade, a guarda vigilante: dos direitos do cidadão, para escarnecer das vítimas: sacrificadas pelo arbítrio autoritário daqueles que ousam tomar a defesa dos desprotegidos e dos princípios tutelares da liberdade e da ordem pública.

Felizmente, nesta questão, vemos com prazer: que alguns ilustrados colegas nos alentam com a sua poderosa coadjuvação, identificando-se conosco no sentimento honroso que inspira e dirige à nossa pena; e as cartas obsequiosas que, em não pequeno numero, temos recebido, dão testemunho da comoção legítima que abalou o sentimento público em face do caso estranho, que ainda não sabemos se encobre ou não um vergonhoso atentado.

Alguém escreveu ontem que a nossa fantasia tinha chegado no ponto de fazer de um argueiro um cavaleiro... de Malta, e que tratando-se de um pobre diabo estávamos a dramatizar um fato de pouca importância. Assim se discorre e em tal conta se tem à liberdade e a vida do cidadão! Parece que só no caso de encontrarmos um fidalgo em tais apuros, era à vez de nos esbofarmos pela segurança do nosso próximo...”

“...Malta era efetivamente um pobre diabo, um artista, um operário: mas não tinha, por isso, menos direito à sua vida, à sua honra, à sua liberdade. Era um cidadão, e tanto bastava. Dizem as participações da Polícia que ele era um desordeiro e vagabundo conhecido”.

“A hora, porém, em que foi preso, 10 horas da manhã, o lugar aonde se achava (uma praça publica e frequentada) não estando embriagado (o que podia ser uma circunstância a alegar-se), não provam muito a favor da qualificação policial, porque não é de certo a tais horas, nem por tais lugares, que costumam provocar distúrbios os desordeiros conhecidos.

Fosse-o, porém, ou não, é altamente censurável que tendo estado retido no xadrez da Polícia desde o dia em que foi preso (17) até o dia 19, fosse ele neste dia remetido para à Detenção em tal estado, que lá chegasse sem fala, moribundo, e falecendo poucos momentos depois, de sorte que nem pôde ser matriculado, por falta das declarações necessárias. Um individuo em tal estado deveria ser enviado para o hospital da Misericórdia e não para a Detenção...”

Fonte: “Aclare-se o Mysterio”, *O Paiz*, No. 59, 28/11/1884, p. 1.

Questões:

1. Segundo o jornal, qual seria o dever da imprensa?
2. De que forma Castro Malta é definido?
3. De acordo com as repostas das perguntas anteriores, o que você acha que o jornal pretende despertar no leitor nesse trecho?
4. Que tipo de acusações estão sendo feitas pelo jornal a partir do caso de Castro Malta?

INFORMAÇÃO DE APOIO

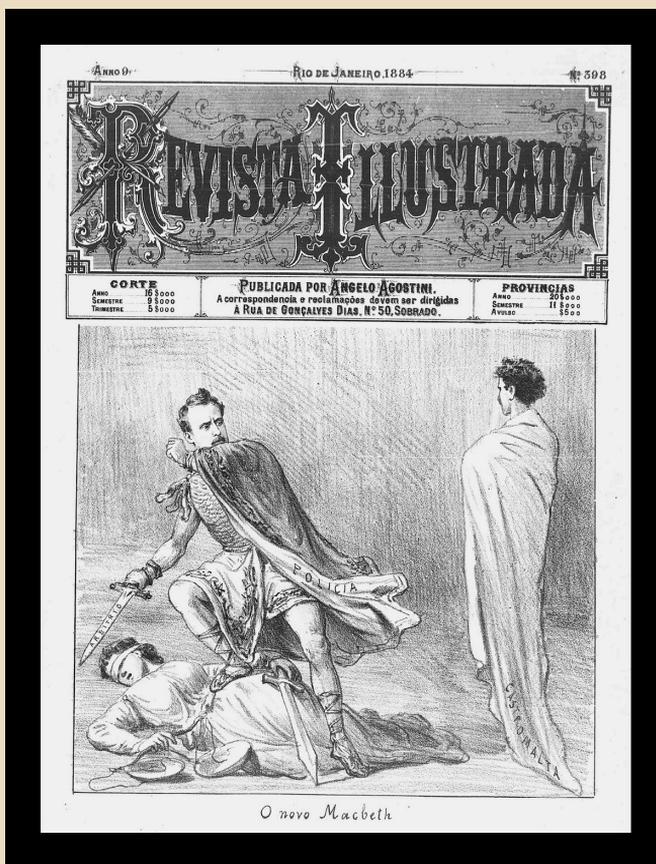
No dia 16 de novembro de 1884 João Alves de Castro Malta foi preso pela guarda urbana do Rio de Janeiro, sob a justificativa de ser vagabundo e perturbador da ordem pública[1]. Alguns dias depois, no dia 19 de novembro de 1884, foi noticiado que morrera um homem chamado “João Alves de Castro Mattos”, vítima de uma congestão hepática na Casa de Detenção[2]. A similaridade de nomes, com a diferença apenas entre Malta e Mattos, foi logo notada pelo jornal *O Paiz*, que questionou a situação e sugeriu que ambos os homens poderiam ser a mesma pessoa[3]. Pouco depois, a polícia explicou que errara o nome do indivíduo no certificado de óbito e que o falecido era, ao contrário do que aparecera nos jornais, Castro Malta e que não havia nenhum Castro Mattos[4].

[1] “Gazetilha”, *Jornal do Commercio*, 18/11/1884.

[2] “Aclare-se o Mysterio”, *O Paiz*, 28/11/1884.

[3] “Post Scriptum”, *O Paiz*, 26/11/1884.

[4] *Idem*, p. 1.



Fonte: *Revista Illustrada*, No. 398, 30/12/1884, p. 1.

A *Revista Illustrada*, fundada em 1876, era dirigida por Angelo Agostini, um dos principais nomes da imprensa ilustrada oitocentista. Com tom humorístico e crítico, o periódico abordava temas do cotidiano, como política, ciência, cultura, de forma leve. Abolicionista, se destacou nas lutas contra a escravidão e nas discussões referentes à incorporação de libertos como cidadãos à sociedade brasileira. A liberdade dos escravos e da nação era um tema central da *Revista*. Na imagem acima, a revista sugeria que a polícia teria matado a justiça e seria assombrada pelo fantasma de Malta.

Para saber mais sobre a Revista Illustrada: BALABAN, Marcelo. *Poeta do Lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil imperial (1864-1888)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

Para saber mais - Macbeth?

Na ilustração da página anterior há a legenda “O novo Macbeth”. Mas afinal, quem é Macbeth? Ele é o personagem protagonista da tragédia de mesmo nome escrita para o teatro por William Shakespeare.

O nobre Macbeth descobre através de três bruxas uma profecia de que se tornaria rei da Escócia, e seu amigo Banquo, estaria destinado a iniciar uma linhagem de reis mesmo sem nunca se tornar um. O ambicioso homem e sua esposa, para cumprir a profecia, assassinam o rei Duncan, seu parente, e tomam seu trono para si.

O paranoico Macbeth então se volta contra seu amigo Banquo, por medo de que ele poderia tomar o poder para si, motivado por sua própria profecia. O fantasma de Banquo apareceria depois para assombrar o usurpador. O novo rei, após descobrir uma nova profecia revelada pelas bruxas de que não poderia confiar em um nobre chamado Macduff, ataca seu castelo e mata os parentes do homem. Sua esposa comete suicídio motivada pela culpa das suas ações e de seu marido.

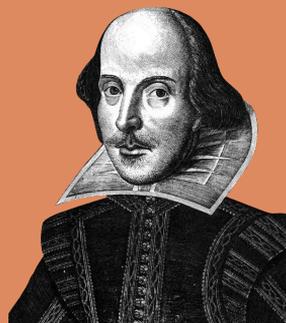
Macduff e diversos outros membros da nobresa antes desconfiados de Macbeth, agora o veem como um tirano e se revoltam contra ele. Iludido pelas bruxas para pensar que era invencível, Macbeth enfrenta a rebelião confiante demais e acaba enganado por seus inimigos e derrotado. Malcolm, o filho de Duncan, é colocado como rei da Escócia e em algum momento do futuro, um/a de seus descendentes se casa com um/a descendente de Banquo, cumprindo a profecia.

A tragédia é a ascensão e queda de Macbeth e foi consequência da própria ambição e paranoia do nobre, alimentadas pelas profecias das bruxas ao ponto de o motivarem a cometer atos hediondos, o assassinato de parentes, amigos e um massacre de inocentes. Essas profecias, ironicamente, só se tornaram verdade pois o próprio homem tentou torná-las reais.

Na imagem anterior, da *Revista Ilustrada*, a polícia é mostrada matando a Justiça (a mulher cega com a balança) e sendo assombrada pelo fantasma de Malta. A mensagem parece ser que a polícia estava a caminho de sua própria tragédia, ocupando o lugar de Macbeth, enquanto Malta seria Banquo, morto, mas eventualmente triunfante.



William Shakespeare (1564-1616), dramaturgo, ator, poeta e o mais famoso e influente escritor inglês.



ATIVIDADE B - “TÓPICOS DO DIA”

“Está publicada à promoção que, nos autos do processo: pelo assassinato do proprietário do Corsário, deu o 1º promotor publico da corte. Como era de esperar, à vista do depoimento contraditório das testemunhas, nenhum indício de criminalidade transparecem contra os oficiais indicados pelo: inquérito policial como participantes do atentado que, há pouco mais de um ano, teve lugar em face à Secretaria de Polícia e às 4 horas da tarde, o que quer dizer nas trevas e em lugar ermo.

Dentro de poucos dias o magistrado a quem foram presentes os autos não achará fundamento para a pronuncia, e, com toda razão, estará terminado o processo dos oficiais. Não somente contra os que foram denunciados, mas, na frase do Sr. promotor publico, contra os officas do exercito, porque os autos provam que eles: nenhuma participação tiveram na triste cena de sangue de 25 de Outubro de 1883. A justiça terá, portanto, de fazer ponto neste negocio, à menos que recomecem as diligencias, mas desta vez... contra a policia.

Vivemos sob o domínio do alguazil, que mata por sua conta e risco; do policial secreto, que é um misto de réu e de agente: da força publica; dos caceteiros, que se homiziam no saguão da secretaria e dali saem para fazer desaparecer vivos e mortos; da escolta particular, que tanto leva o cidadão para a Detenção como para o cemitério.

Essa gente esteve nas cercanias da policia no dia em que foi assassinado Apulcho de Castro; essa gente está hoje na ordem do dia, graças no sumiço de Castro Malta. Contra essa malta, pois, é que devem proceder, de agora em diante, delegados de policia, que saibam fazer melhor inquérito do que aquele que deu em cousa nenhuma. A menos que, assim como hoje se afirma que foi enterrado e exumado o cadáver, que ninguém acha, afirme-se também que Apulcho de Castro não morreu e anda a tomar ares aí fora, por causa de alguma congestão hepática...”

“...E nem se diga, como já foi dito em letra redonda, que não vale o lamento da imprensa séria esse sumiço de pobres diabos, que devem merecer menos do que a força moral das autoridades de gravata lavada... Como se fosse possível desrespeitar a autoridade respeitável! Como se houvesse direito diferente para os ricos, que não são diabos, e para os pobres, que, além de tais, vão ter com o diabo como o desgraçado operário de que não há notícias!

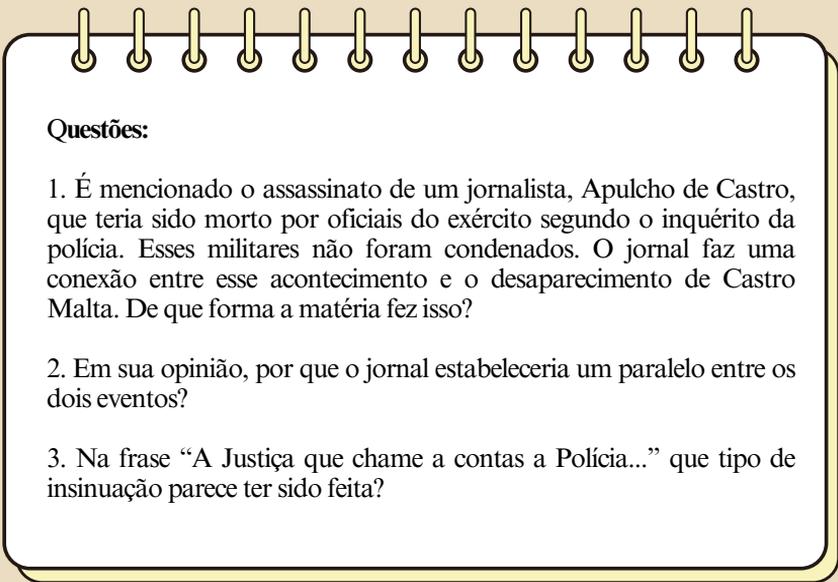
Voltando no caso do Corsario: por ventura havia algum jornalista que tivesse complacências com esse rebutalho de imprensa, com essa difamação organizada, somente porque adoravam-se com o nome de jornalista os que se serviam do papel e tinta de impressão para farejar, escândalos e extorquir dinheiro?

O jornalismo é uma profissão nobre, não é um expediente indecoroso como dele fazem os que exploram aquilo que o código francês denomina a *chantage*. Ainda ultimamente, à proposito da condenação de dois miseráveis especuladores, que faziam de uma folha publica na sua fábrica de moeda, dizia

Alberto Wolf, eminente jornalista parisiense, que era dia de regozijo para à imprensa aquele em que a justiça enclausurava os bandoleiros da pena. De facto, a qualidade de ser proprietário de uma folha pornográfica não estabelece à mínima solidariedade com os proprietários de folhas que prezam à decência...”

“...Isto quer dizer que, se o *Corsário* merecia a indignação publica, o seu proprietário, quando foi pedir socorro à polícia, devia merecer-lhe à mais completa proteção. Da falta desta é que originou-se o crime misterioso, e o clamor que toda a imprensa: séria levantou, e levanta ainda, contra o atentado impune. Ouçamos, porém, à ultima palavra da justiça e vejamos se o processo que finda, determinará ou não o começo de outro processo. A Justiça que chame a contas à Policia...”

Fonte: “Tópicos do Dia”, *O Paiz*, No. 61, 30/11/1884, p. 1.



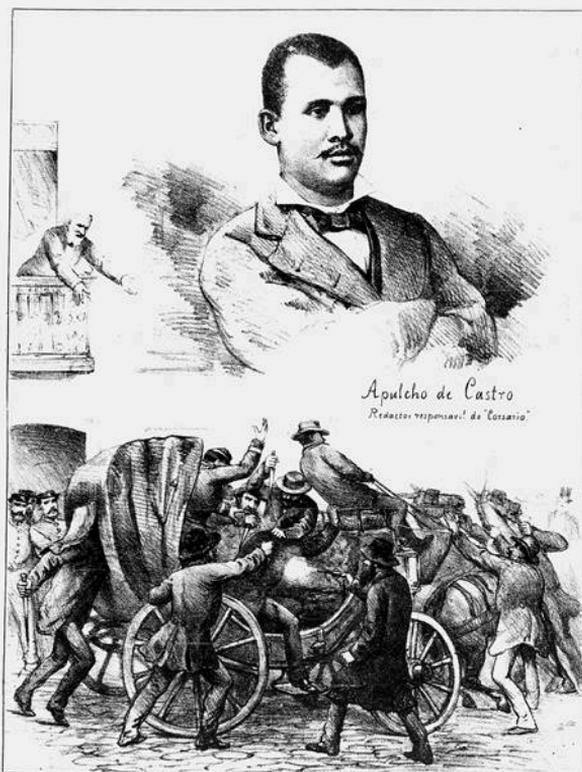
Questões:

1. É mencionado o assassinato de um jornalista, Apulcho de Castro, que teria sido morto por oficiais do exército segundo o inquérito da polícia. Esses militares não foram condenados. O jornal faz uma conexão entre esse acontecimento e o desaparecimento de Castro Malta. De que forma a matéria fez isso?
2. Em sua opinião, por que o jornal estabeleceria um paralelo entre os dois eventos?
3. Na frase “A Justiça que chame a contas a Polícia...” que tipo de insinuação parece ter sido feita?

INFORMAÇÃO DE APOIO

Apulcho de Castro era um jornalista, editor de um jornal chamado *O Corsário*. Era uma figura pública conhecida por criticar inescrupulosamente seus adversários. Após Apulcho criticar o Exército em 1883, alguns militares invadiram a tipografia do jornal e a deixaram em ruínas. Quando o homem foi à polícia em busca de proteção, foi assassinado por um grupo de militares que o emboscaram em sua carruagem[1].

[1] HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997, p. 241-243.



Assassinato de Apulcho de Castro na rua do Lavradio, em frente a Secretaria da Polícia, no dia 25 de Outubro de 1883, às 4 1/2 horas da tarde.

ATIVIDADE C - “MORTO, SIM; DESAPARECIDO, NÃO”

“Suponha-se que de fato suceda um dia aquilo que falsamente já constou ter sucedido em Niterói. Dois ou três bandoleiros se propõem a explorar no Brasil a indústria terrível que já se tem exercitado em algumas grandes capitais da Europa: o roubo de crianças, o sequestro de pessoas. Imagine-se isso e veja-se o que sucederia!...

Desde logo haveria uma inquietação geral, um estremecimento na consciência pública; & preocupação em todos os ânimos, o alarma em todos os espíritos, o pavor em todas as famílias, um mal-estar indefinível, uma estupefacção geral, o desespero em todos os lares, o assombro em todas as almas. Desde logo não haveria mais uma só mãe que dormisse tranquila, um só pai que tivesse serenidade de espírito, uma só criança que não despertasse à noite com sobressaltos de um mau sonho, um só adulto que não tremesse por um enterro, à esposa pelo esposo, os pais pelos filhos, aquele pela irmã, aquela pelo irmão, todos por alguém! Diante desse perigo à sociedade inteira ficaria perturbada; todas as relações civis transtornadas; todos os negócios, todos os ofícios, todas as ocupações: paradas ou interrompidas a cada momento por um sobressalto que ninguém poderia dominar!

Seria o invisível atacando por surpresas o impalpável de emboscada permanente: à espreitar a vítima incauta que deveria ser pasto do apetite funesto dos roubadores—fosse para que fim fosse...”

“...As mais desveladas descuidariam o governo das suas casas sob o império daquele terror constante. De todos os lares desertaria a natividade, a alegria, o folguedo, a vida, a própria labutação do trabalho fecundo e moralizador. O conchego afetoso da família seria substituído pela compressão do pavor—não haveria mais nem liberdade para o espírito, nem liberdade para os movimentos. Cada qual desejaria ter constantemente no seu lado o objeto da sua preocupação.

O funcionário público na sua repartição sentiria, no meio do trabalho, cair-lhe a pena dos dedos, no sobressalto da ideia terrível—que naquele momento a desgraça, isto é, o inimigo invisível poderia ter penetrado em sua casa. O artesão na sua oficina, no manejar o instrumento do seu ofício, em uma hora dada, sentiria uma palpitação estranha, que lhe enfraqueceria o braço, lembrando-se da esposa e dos filhos que deixava no lar modesto, mas à quem ele talvez não encontre quando volte do seu trabalho. A circulação nas ruas, o movimento comercial e industrial, o exercício das profissões, o ensino, as distrações públicas, tudo ficaria perturbado, só pela ação de alguns malfeitores, enquanto a Polícia não conseguisse capturá-los...”

“..E é anarquia social corresponderia a demência universal. Diante de uma situação, dessas o próprio poder público, tendo de respirar no meio dessa atmosfera sufocante do pavor e do pasmo, sentir-se-ia abalado. Sem olhar a despesas nem a sacrifícios, sem poupar esforços nem recursos, ele teria de agir com energia suprema, afim de perseguir e capturar os malfeitores, restituindo nos cidadãos aflitos a segurança e a tranquilidade.

Pois bem! Imagine-se agora que essa obra nefasta e perversa é executada, não por dois ou três bandoleiros, mas pelo próprio Estado, pelos agentes da segurança pública, pelos instrumentos da justiça social, criados pelo povo, mantidos pelo povo, prestigiados pelo povo, para serem à vigilância e à defesa das pessoas, dos bens, dos direitos e da liberdade de todos!... O que pensar, o que sentir, o que fazer em uma emergência destas? Não nos encarregamos de formular a resposta à esta interrogação...”

Fonte: “Morto, sim; desaparecido, não”, *O Paiz*, 03/12/1884, Ed. 64, p. 1.

Questões:

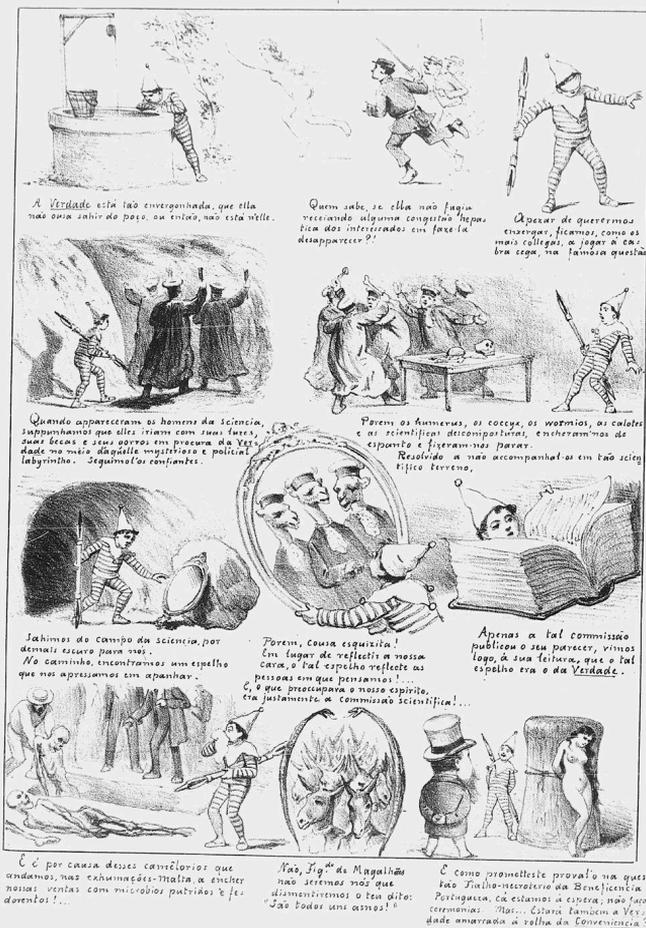
1. De acordo com o penúltimo parágrafo do trecho, qual seriam os deveres do Estado para com os cidadãos? Esses deveres estariam sendo cumpridos?
2. Essa matéria faz uma hipótese do que ocorreria caso alguns sequestradores realizassem de tal prática uma “indústria” no país. Que grupos ou instituições sociais eles citam como sendo afetados como consequência disso? Por que você acha que foram esses os citados?
3. O que você acha que são os deveres do Estado para com o cidadão? Está de acordo com os que o jornal definiu ou diria algo diferente, algo a mais?

INFORMAÇÃO DE APOIO

A polícia e a guarda urbana eram responsáveis por recrutar pessoas e agiam em favor do Estado controlado pela elite, que estava frequentemente em oposição aos interesses da maior parte da população[1]. apesar de reformas nas instituições desde a década de 1870, a repressão aumentou na década de 1880 e as prisões sem julgamento também cresceram quando comparadas a meados do século. havia ainda a hostilidade recíproca entre a população civil pobre e a polícia. A Polícia militar e a Guarda Urbana, por sua vez, eram temidas e questionadas pela população e também pela imprensa por sua atuação apontada como autoritária e arbitrária[2].

[1] HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.

[2] *Idem*, p. 218-248.



Fonte: Revista Illustrada, No. 401, 31/01/1885, p. 7.

Nessa ilustração, a *Revista* coloca seus repórteres em busca da “Verdade”. A série de desenhos cria um misterioso e policialesco labirinto. Nas imagens, a *Revista* expressa suas críticas às autópsias, mas segue determinada em descobrir a “Verdade”, representada como cativa da “Conveniência”. Nos desenhos, o periódico afirma que não é do interesse da instituição policial que a “Verdade” seja descoberta. A figura que carrega o lápis litográfico, o menino de roupa listrada, representa os “repórteres” da *Revista Illustrada*.

Para saber mais: BALABAN, Marcelo. *Poeta do Lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil imperial (1864-1888)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

ATIVIDADE D - ALISTAMENTO

“Corre há dias o boato de ter mandado o governo proceder nesta: cidade à recrutamento para o exército e a armada. Esse boato tem tomado tal consistência, que muitos moradores de fora da cidade, para evitar a violência de uma prisão, do vexame de detenção arbitrária. em estações policiais, têm-se abtido de vir tratar de seus negócios. Sabemos que lavradores de frutas e hortaliças do recôncavo da Bahia mostram-se receosos de descer no mercado pelo mesmo motivo. Acrescenta-se e para a marinha têm sido agarradas crianças, alunos de cursos primários e secundários e remetidos para: bordo de um navio de guerra. Tais boatos não devem ter nenhum fundamento.

As autoridades civis ou militares que fizessem hoje o recrutamento: cometeriam um crime, pelo qual seriam punidas. O sistema bárbaro, brutal, inutilmente: vexatório das levas forçadas, praticado logicamente no regime colonial, incompatível com as instituições liberais da Constituição de 1824, negativo das liberdades individuais, foi abolido em 1874, sendo substituído pelo alistamento e sorteio militar. Desde 1875 que por força daquela lei o recrutamento arbitrário, ao capricho dos ódios ou malquerenças das autoridades policiais, cessou para sempre. Ainda quando, porém, vigorasse o sistema anterior à legislação de 1874, neste período eleitoral o recrutamento estava expressamente proibido. Ainda também se poderia, forçando a letra da lei de 1874, fazer o recrutamento nas paróquias em que se não houvesse procedido, como manda aquela lei, no alistamento militar. Essa hipótese, porém, não se dá no município da Corte, onde os alistamentos paroquiais têm sido feitos com toda a regularidade. Não deve, pois, haver nenhum fundamento nos boatos que correm, de recrutamento nesta Corte.

Se alguém intitula-se agente recrutador, é com certeza um especulador, um impostor, que na polícia deve procurar e prender. A lei prevê qualquer abuso que por acaso agentes subalternos possam praticar. Há o precioso recurso, do habeas corpus, que qualquer cidadão pode interpor contra o constrangimento em que ilegalmente o coloque uma autoridade criminosa, e há ainda a resistência autorizada contra atos ilegais ou proibidos por lei, da forma por que à estabelece a mesma lei. Entretanto melhor do que estas considerações, uma declaração explícita do governo desfaria todos esses boatos. É o que lhe pedimos”.

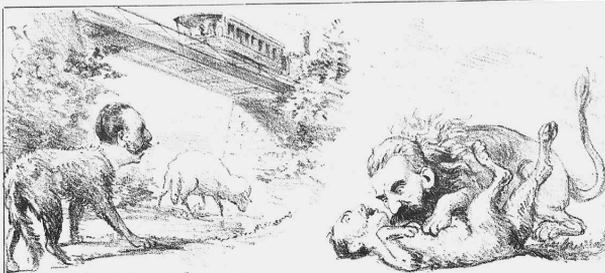
Questões:

1. De que forma o jornal caracteriza o recrutamento forçado e seus agentes?
2. Esse trecho do jornal *O Paiz*, afirma que o alistamento forçado é ilegal, e que boatos de que ele está ocorrendo devem ser falsos. Esse jornal, no entanto, não é alheio a fazer críticas ao governo e às Forças Armadas, como visto em atividades anteriores. É possível ter uma interpretação diferente do que está sendo dito aqui? Qual ou quais?

INFORMAÇÃO DE APOIO

Os homens que eram geralmente alistados eram os que eram taxados como “vadios”, frequentemente eram indivíduos que não tinham patrões influentes o suficiente para defende-los, ou sequer tinham um. Homens que não podiam se defender perante a lei, ou seja, não tinham formas de exercer plenamente a sua cidadania. Alguns de fato não tinham trabalho, outros eram criminosos, grandes ou pequenos. Libertos que deixavam de obedecer a seus antigos senhores podiam muito bem se tornar vulneráveis a isso, para não mencionar clientes que tivessem desentendimentos com patrões, resultando no fim da sua proteção[1].

[1] KRAAY, Hendrik. *Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Imperial*. Diálogos, DHI/UEM, v. 3, n. 1, 1999, p. 117-130.

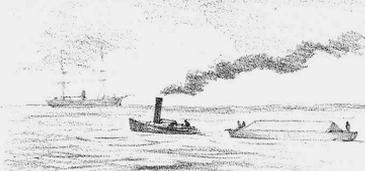


"Estê de ferro do Cocorudo."
Tendo a olhamo feruido as aguas do Carioca, o Sr. Balthás entendeu dever transformá-lo em lobo, e censurou—como na fabula do Lafontaine—o Sr. Passos, que elle julga um cordeiro.

Torem, ao contrario da dita fabula, o cois deixo sahio sem leão, e o pobre lobo puz que cato a sua impudencia.



"Cambio."
O novo Commercio abstrua com terror que um nota de dez follos, brevemente nao valeva mais de que um franco!



"Matteo-Buzzo". Mais humano de que os nostros vizinhos do Sul, o governo brasileiro envia soccorros a esse vapor, suspeito de ter coheicos entre os mil e tantos emigrantes que elle tem a bordo.



"Recrutamento". Apesar do Governo e da policia terem declarado que não autorizavam essa barbaque medida, varios cidadãos foram recrutados.

"Crise e mysterio". O fim do recrutamento e' taler de sapatos individuais, os quaes nem nos cemiterios se encontram, porque a policia declarou tel-os mandado a en-terrar.

E' como nao e' para invajar a fim da ilha Malta, osamos no juizo que tome medidas efficazes contra os totes recrutadores illegaes.

Fonte: Revista Illustrada, No. 396, 30/11/1884, p. 7.

O alistamento e o Castro Malta, lado a lado na *Revista Illustrada*. O periódico qualifica a prática como bárbara e ilegal, propagada pelo governo e pela polícia. Na última imagem, mostrando um homem atirando em outro, a *Revista* aconselha, de forma contundente, que “medidas contra os recrutadores” sejam tomadas. A mensagem passada é cômica e mordaz: a *Revista* parece sugerir que a resistência ao recrutamento seja entendida como legítima defesa do cidadão, ou seja, um direito de defender seus direitos.

ATIVIDADE E - “LEI DE LYNCH”

“...Firmes nesta convicção, e não podendo obrigar o Imperador à proceder contra a sua consciência; não sabendo melhorar à condição do, escravo, como um meio de prevenir o crime, o que sempre é melhor do que puni-lo; trataram de descobrir outros processos que se adequassem á sua maneira de ver as cousas. A sua primeira invenção foi a absolvição no júri de assassinos confessos; absolvido, o escravo volta no domínio do feitor, que não entende de clemencia; mas, como este processo nem sempre aproveita, adoptaram outro:—a lei de Lynch.

E para punir um assassino, juntam-se dezenas ou centenas de homens, vão ás cadeias e trucidam o miserável. E não se lhes diga que assassinaram; eles consideram-se justos e bons. E como as autoridades, na quase totalidade dos casos, têm sido da opinião desses homens bons, e os têm deixado impunes, acreditam eles que o que têm feito é realmente obra meritória, e continuam a fazê-lo. Somente, como se lhes tem apurado o gosto pelo officio, já não só contentam em assassinar escravos, poupados pela clemencia imperial, e vão já fazendo o mesmo a homens livres, isto é, a uns indivíduos de quem naturalmente não podem dizer que preferem as galés á viver.

É o que acaba de succeder em Bom Sucesso, na província de S. Paulo. Um trabalhador assassinou barbaramente um empreiteiro e três filhinhos deste. O povo foi á cadeia, tirou de lá o preso, ateou-o a uma corda, e arrastou-o pelas ruas, como nos bons tempos, *jusqu'à ce que mort sensuivo*. A única diferença é que, n'esses bons tempos, eram os reis que assim exerciam a justiça, para ensinar o povo; e hoje, no Brasil, quem faz dessas brilhatuvas é o povo, para dar uma lição no rei. Mas então a lei era feita pela vontade do rei, que fazia tudo o que era do seu gosto; hoje, há leis, e ainda de vez em quando aparece quem procura applicá-la, como aconteceu ultimamente no Rio Bonito. É isto que esperamos que façam as autoridades do Bom Sucesso, na adiantadíssima província de S. Paulo.

Não esquecemos que na capital do Império se dão factos igualmente vergonhosos. Aí está na memoria de todos o assassinato do redator do Corsário, às portas da policia, e que ficou impune, porque não houve meio do descobrir quem foram os assassinos; e aí está o caso do pobre Castro Malta, morto... de congestão hepática ao entrar para à Detenção, depois de três dias no xadrez. Este ultimo caso chegou a valer no cavalheiro que então exercia o cargo de chefe de policia um officio de louvor que lhe dirigiu o Sr. ministro da justiça, pelos relevantes serviços que prestou”.

Fonte: “A Lei de Lynch”, *Gazeta de Noticias*, No. 14, 14/01/1885, p. 1.

Questões:

1. De que forma o jornal explica essa tal “Lei de Lynch”?
2. Através dessa discussão, a matéria da Gazeta de Notícias, estabelece um paralelo entre esse assunto e o caso Malta. Na sua opinião, por que você acredita que eles fariam isso?
3. Esse trecho, indiretamente, faz menção à monarquia. Ao ler o texto, que impressão da monarquia o jornal deixou?

INFORMAÇÃO DE APOIO

A fronteira entre a liberdade e a escravidão era incerta, e isso era uma problemática estrutural do Brasil oitocentista, fazendo parte da manutenção das relações de dependência e da ideologia paternalista difundida na época. O historiador Sydney Chalhoub chama isso de uma “precariedade estrutural da liberdade”. Pensar a cidadania do Brasil oitocentista sem pensar na escravidão e na liberdade seria impossível, pois o escravismo era característica definidora do país nesse período[1].

[1]CHALHOUB, Sidney. *“Costumes senhoriais - Escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império”*. In: *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora Unicamp, 2009, p. 34-37.

ATIVIDADE F - “NOTAS À MARGEM”

“...Qual o país em que a polícia escamoteia um cidadão, enterrando-o nas trevas do um mistério impenetrável, sem dar conta dele a ninguém? Qual o país em que num cemitério publico se profane à eterna morada dos miseráveis, mortos no olvido do anonimato, e se desrespeitem barbaramente os seus corpos, cortando-os, espatifando-os para o fim de impedir que a Justiça descubra a verdade, escandalosamente oculta e negada. por aqueles que têm por dever garantir a ordem e a segurança publica? Qual o país, enfim, em quo estes e aqueles factos sucessivamente se tenham realizado?”

Ocasões há em que ser brasileiro é a maior das vergonhas. Estamos em uma dessas. Que responderemos ao estrangeiro que nos disser:— Sois um povo sem virtudes cívicas, sem a consciência dos deveres coletivos e públicos, sem coragem para fazer triunfar a Justiça e a Verdade. Sois um povo governado por irresponsáveis, Não prezais os vossos brios de nação, nem sabeis defender a vossa honra, a vossa fazenda é a vossa dignidade. No vosso país, desaparecem homens como desapareceu Rômulo:—sem que se venha nunca a saber ao certo que fim lhes foi dado. No vosso país não se respeitam os mortos, & não se respeitam os vivos, e representam só farsas como defuntos, tendo por palco o cemitério, é, senão com o vosso aplauso, ao menos com o vosso consentimento?...”

“...O nosso patriótico e sisudíssimo colega—*Jornal do Commercio*, dando ontem conta da nova exumação, escreveu a seguinte espantosa coisa: ‘No correr do dia espalhou-se pela cidade que a sepultura fora encontrada com sinais evidentes de ter sido violada, removendo-se os cadáveres que ali jaziam. Felizmente não era verdade, nem os peritos encontraram vestígios de profanação tão hedionda. Então também o decano da imprensa quer e vem concorrer com à autoridade da sua palavra para aumentar a confusão e lançar mais trevas nesta já confusa e negríssima questão? !...’

Como vem o *Jornal* dizer aos seus assinantes que a sepultura não foi violada, se à violação patente da sepultura foi, perante mais de mil pessoas (a cifra é do próprio *Jornal*), verificada, e se, a pedido da comissão de peritos, dirigida pelo ilustre e habilíssimo Dr. Barata Ribeiro, foi referida no auto judicial da exumação a circunstância de se achar) a terra mexida de fresco? Como vem dizer o *Jornal* que os peritos: não encontraram vestígios de profanação tão hedionda? Então as mil pessoas que lá estiveram— seriam cegas ou somente estaria no uso de razão o preclaro representante do *Jornal*? Então, todos os jornais da Corte que afirmaram aquele facto—e todos o afirmaram á excepção do *Jornal*—são mentirosos ou imbecis?...”

“...Pois não diz “o próprio *Jornal* na mesma Gazetilha, que: ‘Foram depois conduzidos para o depósito do cemitério dois cadáveres que não tinham calote craniana, um sem cabeça, um crânio separado, partes de uma abobada craneana sem couro cabeludo, uma calote craniana revestida de couro cabeludo, não qual havia destroços de cabelo da raça negra, tecidos de diferentes qualidades, cabelos soltos e destroços de jornais.’”

Existia tudo isso por acaso na referida sepultura, por ocasião da primeira exumação? É verdade que o Jornal não diz que esses cadáveres sem calote e sem cabeça, etc. FORAM ENCONTRADOS NA COVA; Mas com sublime ingenuidade satisfaz-se com dizer: ‘Foram depois conduzidos, etc.’ sem declarar onde foram encontrados. Vamos, respeitável é ilustradíssimo colega e mostre, responde! francamente: A quem desejais enganar?”

Fonte: “Notas à Margem”, *Gazeta de Notícias*, No. 360, 25/12/1884, p. 2.

Questões:

1. O jornal escreve uma crítica de um “estrangeiro hipotético” para o Brasil. Por que você acredita que eles fariam isso? Que imagem do Brasil e do estrangeiro busca se criar a partir disso?
2. O trecho afirma que, de acordo com a cifra do *Jornal do Commercio*, haviam mais de mil pessoas no cemitério para ver a exumação da cova 143, onde Malta teria sido enterrado. Esse número de pessoas pode indicar um grande interesse por parte do público leitor no caso Malta?
3. A matéria da *Gazeta de Notícias* critica o posicionamento do *Jornal do Commercio* na cobertura da exumação da cova onde Castro Malta foi enterrado. De que forma essa crítica é feita?
4. De acordo com a resposta da pergunta anterior, de que forma pode-se dizer que esses dois jornais relataram o mesmo evento?

INFORMAÇÃO DE APOIO

O jornal não é uma fonte imparcial da sociedade, mas uma produção intencional com diversos meios de deixar implícito ou explícito seu questionamento. Isso se evidenciaria na escolha dos fatos a serem noticiados e na escolha de palavras do texto, por exemplo. Todas essas marcas de um jornal vêm das escolhas feitas pelos responsáveis pela produção de periódicos, com seus interesses e perspectivas. Como consequência disso, diferentes jornais podem noticiar um mesmo fato de maneiras divergentes e, por isso, a imprensa também não deve ser usada apenas como forma de comprovação de acontecimentos[1].

[1] PEREIRA MARCILIO, D. A. *Ensino de História com o Uso de Jornais: Abordagens para uma Educação Patrimonial Emancipadora*. Revista Espacialidades, [S. l.], v. 18, n. 2, 2022, pp. 437–454, p. 9-13.

ATIVIDADE G - “COUSAS POLÍTICAS” PARTE 1

“...Seja, porém, como for; o que ninguém contesta, nem mesmo a polícia interessada na questão, é que Castro Malta esteve preso três dias, som nota de culpa.

Ora, a Constituição do Império diz que ‘ninguém poderá ser preso sem culpa formada, exceto nos casos declarados na lei: e destes dentro de vinte e quatro horas contadas da entrada na prisão.’ A Constituição diz mais que ‘os empregados públicos são estritamente responsáveis pelos abusos e omissões praticados no exercício de suas funções, e por não fazerem efetivamente responsáveis aos seus subalternos.’ Diz ainda a Constituição que ‘os Poderes Constitucionais não podem suspender a Constituição no que diz respeito aos direitos individuais, salvo nos casos de rebelião ou invasão do inimigo.’”

“...Além do caso Malta, deu-se ultimamente um outro, de paridade relativamente igual como atentado aos direitos individuais do cidadão, com uma pobre mãe de família, obrigada por um subdelegado a assinar termo de bem viver. Essa teve energia bastante para repelir a afronta e recorrer ao podar judiciário, que deixou bem claro que a digna senhora tinha sido simplesmente vítima de uma arbitrariedade; mas o subdelegado não foi punido pelo abuso que cometeu e não o será, porque nisto do abusos os nossas autoridades policiais entendem-se para fazer vingar o dito popular: uma mão lava a outra.

Como concilia o imperador, a quem a nação delegou o poder moderador, como concilia o poder executivo o seu modo de proceder nestas questões com as apontadas exigências terminantes do nosso pacto fundamental? A polícia mantém a ordem revogando a Constituição, e o governo e o imperador aplaudem a polícia. Durante esta questão, de cada voz que se diz que consta que o Sr. Conselheiro Tito de Mattos pediu demissão do cargo de chefe de polícia, o governo apressa-se em desmentir a notícia pelo Diário Oficial.

A segunda explicação, que pode ter à insistência do governo em declarar que o Sr. chefe de polícia não pediu demissão, consisto em querer o governo cobrir com a bandeira da solidariedade A funcionários em quem deposita confiança. Quem acusa esses funcionários é a imprensa, não levada por um interesse qualquer de partido, mas pela opinião, e esta imprensa não pode ser suspeita aos olhos do governo atual.

Foi esta mesma imprensa que desbravou no espírito publico, o caminho por onde segue hoje o governo com o seu programa de reforma do estado servil; é esta mesma imprensa que, recebendo inspirações da opinião publica, se coloca do lado do governo contra os seus adversários políticos e confia alguns do seus amigos, em uma questão quo ela considera de dignidade nacional.”

Fonte: “Cousas políticas”, *Gazeta de Noticias*, No. 364, 29/12/1884, p. 1.

Questões:

1. De que forma a matéria caracteriza as ações da polícia, do governo e da monarquia em relação à Constituição?
2. De que forma o jornal define os interesses da imprensa? Esse discurso poderia beneficiá-la? De que forma?
3. A matéria tem o título de “Cousas políticas”. Você acha que o discurso da imprensa sobre si mesma na resposta anterior condiz com o que ela realmente faz na sua cobertura dos fatos?

INFORMAÇÃO DE APOIO

A imprensa tem uma participação ativa na sociedade, justamente pelo fato de poder influenciar o seu público, por ser “um instrumento de manipular interesses e intervenção na vida social”[1]. Isso porque a imprensa como é “... a principal responsável pela difusão de informações”[2]. A partir de seu discurso de uma suposta neutralidade, a imprensa, segundo Santos, acabaria induzindo os leitores a não questionarem o conteúdo abordado[3].

[1] DOS SANTOS, Rodrigo Luís. *Ensino de História e a Imprensa: Diálogos Possíveis para o Uso de Jornais Impressos na Reflexão Sócio-histórica e Cultural em Sala de Aula*. Revista Urutáguá– Revista Acadêmica Multidisciplinar. Universidade Estadual de Maringá (UEM). N. 38, 2018, p. 98-102.

[2] *Idem*, p. 98.

[3] *Idem*, p. 105.

ATIVIDADE H - “COUSAS POLÍTICAS” PARTE 2

“...No ponto a que chegou a questão servil, não há governo possível sem qualquer medida tendente a resolver a crise, que é política, social e econômica. Nestas circunstâncias, tanto importa a opinião que no governo esteja o cidadão A ou o cidadão B. Não basta apresentar um projeto, dissolver uma câmara e eleger outra capaz de converter o projeto em lei; nos tempos que correm precisa-se de mais alguma coisa. Precisa-se de um governo forte, que conquiste aplausos da opinião livre, mas que também se dê ao respeito.

Legislar sobre o estado servil, no ponto a que chegou à questão, é alguma coisa, mas não é tudo. Só o governo só tem esta ideia isolada—libertar escravos do sessenta anos—, é um governo absolutamente insuficiente para as nossas necessidades; mas, admitindo mesmo que a magnitude da questão lhe consuma todas as forças, não se pode ele esquivar a ser correto e justo nas questões de momento, embora de alcance menos imediato...”

“...E acima deste governo, que um acano imperial constituiu, e de que o piparote de um bispo intolerante fez cair um fragmento, está o Imperador, com os seus sessenta anos de idade fatigados, assistindo ao revolvimento do lodo, em que tem de assentar o edifício do futuro de sua Augusta Filha.

Nesse lodo agitam-se as duas classes em que está dividida a sociedade brasileira: os grandes e os pequenos. Aqueles presos uns aos outros por dependências de toda a ordem, o constituindo como que uma fortaleza, em que a guarnição e os sitiados se entendem e se revezam; estes, constituindo a grande massa anônima, que trabalha ou vadia, a quem se não dá instrução, a quem se priva hoje do direito de voto, amanhã da liberdade e logo depois da vida; a quem se onera com as taxas aduaneiras; a quem se nega & torra para o cultivo; a quem se arranca os filhos por um recrutamento ilegal; a quem se obriga a assinar termo de bem viver, o que se não respeita nem a sepultura.

É com estes dois elementos, um cercado de todos os privilégios, outro privado de todos os direitos, que vai encontrar-se a representante de um princípio que se originou da força, mas que a evolução da humanidade tem ido cerceando, reduzindo o que foi o primeiro dos senhores a este símbolo da monarquia constitucional, cuja missão é deixar-se levar no sentido da corrente da opinião.”

Questões:

1. A “Questão servil” a que o texto se refere é a escravidão. O jornal parece favorável à escravidão? Por quê? O periódico estaria de acordo com a postura do governo nesse tópico?
2. A matéria menciona o Imperador Dom Pedro II. De que forma ele é caracterizado? Qual seria sua posição em relação ao governo?
3. A Gazeta de Notícias apresenta a sociedade brasileira como dividida em uas. Como eles caracterizam ambos os lados? Que temas são citados para caracterizar ambos?

INFORMAÇÃO DE APOIO

A imprensa tem uma participação ativa na sociedade, justamente pelo fato de poder influenciar o seu público, por ser “um instrumento de manipular interesses e intervenção na vida social”[1]. Isso porque a imprensa como é “... a principal responsável pela difusão de informações”[2]. A partir de seu discurso de uma suposta neutralidade, a imprensa, segundo Santos, acabaria induzindo os leitores a não questionarem o conteúdo abordado[3].

[1] DOS SANTOS, Rodrigo Luís. *Ensino de História e a Imprensa: Diálogos Possíveis para o Uso de Jornais Impressos na Reflexão Sócio-histórica e Cultural em Sala de Aula*. Revista Urutágua– Revista Acadêmica Multidisciplinar. Universidade Estadual de Maringá (UEM). N. 38, 2018, p. 98-102.

[2] *Idem*, p. 98.

[3] *Idem*, p. 105.

VOCÊ COMO JORNALISTA

Instrução: Seja você o jornalista por um dia. Escreva uma notícia sobre o caso Castro Malta depois de tudo que leu e aprendeu sobre o tema da imprensa e da cidadania no Império Brasileiro



CONCLUSÃO

1. O que você acredita ter ocorrido com Castro Malta? Qual foi o papel desempenhado pelos jornais, a polícia e outras instituições mencionadas? Justifique sua resposta usando informações colhidas ao longo da sua leitura.
2. Essas atividades te permitiram pensar sobre quais temas do Brasil Império? De que forma? O que mais te surpreendeu sobre o que foi discutido?
3. O que você achou do material usado? Ele se adequou para falar dos temas? Esses temas são relevantes para serem pensados nas aulas de história? Por que? Como foi a experiência de estudo?